FLÁVIA BALDOTTO DA ROCHA

**A SUSTENTABILIDADE NOS CONTRATOS AGRÁRIOS: OS
CONTRATOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ETANOL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ORIENTADOR: FERNANDO CAMPOS SCAFF

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO

2011

FLÁVIA BALDOTTO DA ROCHA

**A SUSTENTABILIDADE NOS CONTRATOS AGRÁRIOS: OS
CONTRATOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ETANOL**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre em Direito
junto ao Departamento de Direito Civil da
Faculdade de Direito da Universidade de São
Paulo.

Orientador: Professor Titular Fernando Campos
Scaff

SÃO PAULO

2011

Dedico este trabalho à minha família.

*Agradeço, de forma especial, aos professores
Flavia Trentini e Fernando Campos Scaff pela
oportunidade do convívio enriquecedor.*

Banca Examinadora

Professor Titular Fernando Campos Scaff

ÍNDICE

I. Introdução.....	8
II. Os contratos de comercialização de etanol.....	12
1. CONTRATOS AGRÁRIOS.....	13
<i>1.1. Pontos fundamentais do Direito Agrário: a atividade, o contrato e a empresa agrária.....</i>	<i>14</i>
<i>1.2. Normas aplicáveis.....</i>	<i>16</i>
<i>1.3. Contratos agrários típicos</i>	<i>18</i>
<i>1.3.1. Contrato de arrendamento.....</i>	<i>19</i>
<i>1.3.2. Contrato de parceria</i>	<i>23</i>
<i>1.4. Contratos agrários atípicos.....</i>	<i>25</i>
<i>1.4.1. Conceito de Agribusiness: novos agentes e formas de organização destes agentes.....</i>	<i>25</i>
<i>1.4.2. Falta de previsão legislativa dos contratos.....</i>	<i>26</i>
2. CONTRATOS NO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO ETANOL.....	27
2.1. Produtor rural x Usina.....	28
2.2. Usina x distribuidoras.....	31
2.3. Distribuidora x traders.....	32
2.4. Consumidor final.....	34
III. A Sustentabilidade.....	36
1. PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	36
2. A SUSTENTABILIDADE DE ACORDO COM O RELATÓRIO DA COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DA ONU	38
3. A SUSTENTABILIDADE PARA O DIREITO.....	39
3.1. A sustentabilidade no ordenamento jurídico pátrio.....	39
3.1.1. Conceito sustentável nas Constituições.....	39
3.1.2. Direito ambiental e a sustentabilidade.....	41

3.1.3. A sustentabilidade no Direito Civil.....	42
4. A DISCIPLINA DAS QUESTÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS NOS CONTRATOS	
AGRÁRIOS	42
4.1. Estatuto da terra e leis correlatas.....	42
4.2. Novas formas de organização dos agentes agrários: que papel a sustentabilidade assume nesses contratos	44
4.3. A sustentabilidade nos contratos do Sistema agroindustrial do etanol.....	45
4.3.1. Dimensão ambiental.....	46
4.3.2. Dimensão social.....	47
IV. Estudo de casos.....	50
1. METODOLOGIA	50
2. OBJETO DE ANÁLISE: CLÁUSULAS DE CONTRATOS CELEBRADOS ENTRE	
USINAS E DISTRIBUIDORAS/EXPORTADORAS DE ETANOL.....	50
2.1. Natureza das cláusulas.....	53
2.2. Cláusulas sociais.....	54
2.3. Cláusulas verdes.....	55
2.4. Previsão de rescisão por inadimplemento das cláusulas.....	57
3. CONTEÚDO DE TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS PRESENTES NESTAS	
CLÁUSULAS.....	58
3.1 Análise crítica de julgados das Cortes internacionais e Tribunais pátrios sobre inadimplemento contratual de cláusulas que tutelam interesses difusos.....	59
V. Considerações conclusivas.....	66
VI. Resumo.....	68
VII. Abstract.....	69

VIII. Bibliografia.....	70
--------------------------------	-----------

IX. Anexos.....	78
------------------------	-----------

1. ANEXO A.....	78
-----------------	----

2. ANEXO B.....	93
-----------------	----

3. ANEXO C.....	96
-----------------	----

I. Introdução

A dedicação ao estudo do tema proposto e, de modo geral, à questão dos biocombustíveis, se deu em razão da participação do Grupo de Estudos Agrários – GEA/USP na aprovação de projeto junto ao CNPq, por meio do edital jovens pesquisadores 06/2008.

O tema inicial do referido projeto, qual seja, “Análise dos contratos e da certificação dos biocombustíveis sob o paradigma da sustentabilidade”, foi desmembrado em sub temas com a divisão de grupos de trabalho, dentre os quais um grupo de análise dos contratos da cadeia do etanol.

O assunto, estudado sob as perspectivas do Direito e da Economia, apresentou inúmeras questões relevantes sobre as formas como os agentes que atuam no setor se organizam, que estratégias adotam, que tipo de contratos celebram e se suas condutas são norteadas pelos pilares da sustentabilidade – o social, o ambiental e o econômico.

Foi possível notar que os agentes que adquirem o etanol buscam se certificar que foram adotadas práticas sustentáveis durante todas as fases do processo produtivo e de transformação do bem, principalmente por meio da inserção de cláusulas nos contratos de comercialização,

Esses ajustes, que exigem condições adequadas de trabalho nas colheitas e usinas, a observância das normas ambientais, e preveem obrigações de cunho econômico, serão objeto de análise no estudo de casos proposto. Busca-se investigar a natureza das cláusulas, seu fundamento e, por fim, quais as consequências do descumprimento das mesmas¹.

* Os aspectos formais do presente estudo seguem as regras científico-jurídicas de metodologia sugeridas na obra de E. C. S. MARCHI, *Guia de Metodologia Jurídica*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 2009.

¹ Ao final do estudo de casos, nos propomos a analisar julgados sobre casos de descumprimento de cláusulas contratuais semelhantes àquelas ora tratadas.

Contudo, por mais que o denominado desenvolvimento sustentável esteja em foco, o tema não é novo para o Direito e, por assim dizer, não data das últimas três décadas, como aparentemente ocorre com a ascensão dos debates acerca da sustentabilidade.

A preocupação em conciliar o progresso econômico e a tutela dos interesses das futuras gerações pode ser observada, a título de exemplo, desde a limitação da propriedade na Constituição de Weimar. A partir de então, servindo ao bem da coletividade, a propriedade já não poderia mais ser utilizada da forma que aprouvesse ao titular daquele direito².

No mesmo sentido, o escopo sustentável pode ser equiparado ao espírito de “socialização” que revestiu os princípios e demais institutos de Direito privado, uma vez que as relações entre particulares e o exercício de seus direitos não podiam mais ser vistos como se estivessem afastados de um contexto.

Desta forma, mostra-se necessário que os estudiosos e aplicadores do Direito, principalmente aqueles voltados à apreciação do Direito Agrário, sejam capazes de compreender a dimensão e aplicabilidade da sustentabilidade frente àqueles institutos já conhecidos e influenciados pela socialização experimentada no último século, tais como a propriedade e os contratos.

As ideias trazidas com o conceito de sustentabilidade, que transcendam as normas reguladoras dos contratos agrários, podem e devem ser utilizadas como diretrizes na elaboração, execução e interpretação dos contratos agrários, uma vez que há estreita ligação da matéria agrária com os fatores ambientais, sociais e econômicos que hoje demandam especial atenção.

² O. L. RODRIGUES JUNIOR, *Propriedade e constitucionalização do Direito Civil*, in J.L. MATIAS – WACHOWICZ (coords.), *Propriedade e meio-ambiente - da inconciliação à convergência*, Lisboa – Florianópolis, Fundação Boiteux-Universidade Técnica de Lisboa, 2010, p. 4.

Parte-se do pressuposto que os contratos de comercialização de etanol são contratos agrários, uma vez que regulam atividade agrária conexa³ desempenhada por usinas que integram as atividades de cultivo, processamento e venda dos produtos finais⁴.

Assim, propomos uma análise das chamadas cláusulas de sustentabilidade inseridas nos instrumentos contratuais de comercialização de etanol, à luz dos preceitos legais que regulam a atividade agrária no Brasil, como o Estatuto da Terra e o Decreto 59.566/66 e, subsidiariamente, as normas de Direito Civil.

Contudo, para atingir os objetivos do presente trabalho, impõe-se o esclarecimento de algumas questões: Os contratos nos quais estão inseridas essas cláusulas são de fato contratos agrários? Em caso positivo, o que teria motivado as partes a incluí-las nos instrumentos contratuais? Em que consiste a sustentabilidade? E quais as consequências da inobservância destas cláusulas que regulam um acordo entre particulares, mas tutelam interesses difusos?

Após a tentativa de contextualização da questão na parte introdutória e, a fim de atestar tais proposições e responder às questões apresentadas, será traçada no *segundo capítulo* uma perspectiva da disciplina dos contratos agrários, a fim de situar o tema. Será analisada a relação entre a empresa agrária, as atividades agrárias tidas como principais e conexas, e os contratos agrários.

³ Não há consenso na doutrina quanto ao reconhecimento destas atividades como sendo atividades agrárias conexas, como se abordará no oportunamente, no tópico II. 1.1

⁴ Interessante questão se impõe quanto às usinas que não cultivam a cana, cuidando apenas do processamento (não considerado, por si só, atividade agrária, mas sim atividade primordialmente industrial). Algumas delas também desempenham o chamado CCT (corte, carregamento e transporte), o que implica total interferência na atividade de cultivo e, a nosso ver, faz suprir os critérios exigidos pela doutrina para a caracterização da atividade agrária como conexa. P. MASI aborda questão semelhante, quanto ao problema do exercício de forma associada e o critério objetivo da conexão. In N. IRTI, *Manuale di diritto agrario italiano*, Torino, UTET, 1978, pp. 108-112.

Posteriormente, tratar-se-á dos contratos tipificados, daqueles que não possuem previsão legal expressa, e ainda, das novas formas de organização dos agentes a partir do conceito de *agribusiness*.

No *terceiro capítulo* serão apreciados os contornos da sustentabilidade por meio da tentativa de identificação do surgimento do conceito. Serão analisados documentos e protocolos internacionais referentes ao tema, bem como os princípios e normas do Direito pátrio que traçam diretrizes semelhantes às aquelas que permeiam a idéia de atendimento às necessidades das presentes gerações, sem prejudicar os interesses das que estão por vir.

O *quarto capítulo* objetivará examinar como são redigidas as cláusulas em questão e como estão estruturados os instrumentos no que tange à adoção de práticas social e ambientalmente adequadas por parte dos contratantes. E, com base na literalidade das disposições, buscar-se-á identificar sua natureza, seu fundamento e, por consequência, o que motivou as partes a incorporar em um acordo privado, cláusulas protetivas de interesses difusos.

Por fim, serão traçadas linhas conclusivas a fim de apontar as atribuições e o alcance dos efeitos das cláusulas de sustentabilidade diante das normas que regulam os contratos agrários tipificados ou não, como aqueles de comercialização de etanol apresentados para análise.

II. Os contratos de comercialização de etanol

O etanol é produto que resulta da industrialização da cana-de-açúcar, servindo como matéria-prima de interesse de vários setores da economia, dentre os quais, no presente estudo, merece destaque o setor de distribuição de combustíveis.

A comercialização desse produto é concretizada por meio de instrumentos contratuais nos quais constam inúmeras cláusulas que versam sobre a preservação dos recursos naturais, e das relações sociais e econômicas.

Os estudos a respeito do conteúdo negocial dos referidos acordos veio à tona, juntamente com os ideais de sustentabilidade que tomaram a pauta mundial dos últimos tempos na política, na religião, no Direito e no universo corporativo.

Diante da crescente conscientização da sociedade quanto à necessidade de consumo de bens e adoção de práticas que tenham menor potencial agressivo ao meio-ambiente e que, de alguma forma, incentivem práticas social e economicamente sustentáveis, os agentes de mercado tem buscado melhorar sua imagem incorporando esses conceitos em seus produtos e serviços.

A incorporação desses valores nas diretrizes das empresas tem se mostrado um diferencial capaz de atrair consumidores ao passo que, aquelas que adotam práticas contrárias, estão sujeitas a sofrer retaliação da sociedade¹.

¹ Um caso recente que reflete a os reflexos negativos para a empresa foi o da empresa multinacional do segmento de roupas, a ZARA. Em agosto de 2011, o Ministério do Trabalho flagrou estrangeiros trabalhando em regime análogo ao se escravidão em oficina situada no interior do Estado de São Paulo, que fornece roupas para a empresa. O caso gerou repercussão mundial extremamente negativa, associando a marca de empresa a práticas degradantes. A empresa sustenta que exige de seus fornecedores a estreita observância das leis, porém o fato demonstrou que apenas a inserção de cláusulas contratuais como aquelas ora estudadas não é suficiente quando não atrelada a uma fiscalização rigorosa. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. (http://portal.mpt.gov.br/wpsportal/portal_do_mpt/comunicacao/noticias/conteudo_noticia/?ut/p/c5/04/connet/mpt/portal+do+mpt/comunicacao/noticias/caso+zara+empresa+e+mpt+se+reunem+para+definir+tac). [15 - 11 - 2011].

E não basta que as empresas apenas internalizem práticas sustentáveis, mas também devem se certificar e exigir que seus fornecedores e demais agentes da cadeia com quem mantêm relações comerciais sigam parâmetros sustentáveis.

No caso do etanol, essa preocupação foi incorporada aos instrumentos de comercialização deste biocombustível, por meio das cláusulas que são objeto de análise do presente estudo.

São cláusulas que tutelam interesses de toda a sociedade, inseridas no contexto de uma negociação privada, com a pontual finalidade de compra e venda de um bem. Nesse diapasão, surgem algumas questões relacionadas à natureza e aos efeitos destes negócios que, inicialmente, só poderão ser respondidas a partir da identificação do conjunto de normas que os regulamentam.

1. CONTRATOS AGRÁRIOS

Tendo em vista a *teoria agrobiológica da agrariedade* proposta por A. CARROZZA², na qual se enquadra o cultivo da cana-de-açúcar, matéria-prima do etanol, ousou-se iniciar o presente estudo partindo do pressuposto de que os contratos de comercialização desse biocombustível podem ser qualificados como contratos agrários³.

A importância da tal delimitação reside na necessidade de identificar se os contratos ora tratados possuem previsão legal ou se tratam de nova espécie contratual, bem como em precisar quais são as normas aplicáveis às relações formadas a partir de sua celebração.

² Segundo o autor “l’attività produttiva agricola consiste nello svolgimento di un ciclo biologico concernente l’allevamento di esseri animali o vegetali, che risulta legato direttamente o indirettamente allo sfruttamento delle forze e delle risorse naturali, e che si risolve economicamente nell’ottenimento di frutti (vegetali o animali) destinati al consumo, sia come tali sia previa una o più trasformazioni.” A. CARROZZA, *Lezioni di diritto agrario I - Elementi di Teoria Generale*, 1ª ed, Milano, Giuffrè, 1988, p. 10.

³ Em que pese haver teorias que defendem um “caráter alimentar” do Direito Agrário no que tange aos bens obtidos por meio da atividade desenvolvida, adotam-se no presente estudo os ensinamentos de A. CARROZZA, de acordo com o qual não houve mudança na essência biológica da agrariedade e, sendo assim, as atividades agrárias que geram produtos não comestíveis continuam possuindo natureza agrícola. A. CARROZZA, *Problemi generali e profili di qualificazione del diritto agrario*, v. I., 1ª ed., Milano, Giuffrè, 1975, p. 84.

Além das atividades de cultivo, transformação e comercialização da cana e seus derivados estarem inseridas no contexto de controle do ciclo biológico, é necessário tratar com maior clareza, e sob a ótica do Direito Agrário, dos elementos presentes no sistema agroindustrial do etanol⁴, que vai do plantio da cana ao consumidor final desse produto.

1.1. Pontos fundamentais do Direito Agrário: a atividade, o contrato e a empresa agrária

A partir do Código Civil italiano de 1942, a empresa agrária passou a ocupar posição de referência no estudo de todos os demais institutos de Direito Agrário, como defende grande parte da doutrina italiana jus agrarista, como N. IRTI, A. CARROZZA e G. GALLONI⁵.

A propriedade que antes estava no centro dos estudos de Direito Agrário em razão da preponderância das atividades ligadas a terra, deu lugar à empresa agrária, deixando para trás o estigma de Direito Fundiário⁶.

⁴ De acordo com D. ZYLBERSZTAJN, o SAG ou sistema agroindustrial, pode ser visto como: “[...] um conjunto de relações contratuais entre empresas e agentes especializados, cujo objetivo final é disputar o consumidor de determinado produto. Sendo assim, o SAG abrange desde a produção primária e os insumos, até a agroindústria, o atacado, o varejo, e o consumidor final. *Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial*, In D. ZYLBERSZTAJN – M. F. NEVES (org.), *Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares*, São Paulo, Pioneira, 2000, pp.13-19.

⁵ R. GRASSI NETO, *Contratos agrários*, 2ª ed., Santo André, Esetec, 2007, p. 87. Corroborando com a mesma opinião, F. C. SCAFF defende que “[...] seria o Direito Agrário um verdadeiro Direito da empresa agrária. Esta é a posição que nos parece a mais conveniente, por se utilizar de um instituto que, apesar de sua origem na ciência da Economia, foi assumido pelo Direito, a partir da pesquisa e sistematização que lhe foi dedicada especialmente pela doutrina italiana, pioneira no estudo deste instituto e, ainda hoje, aquela que maiores esforços oferece ao seu desenvolvimento.” *Aspectos fundamentais da empresa agrária*, São Paulo, Malheiros, 1997, p. 36.

⁶ Para A. CARROZZA, “la nozione di impresa appare pienamente idonea a sostituire la proprietà al centro del sistema del d.a., facendo di quest’ultimo davvero un diritto autonomo dell’impresa agricola, e non più soltanto un capitolo del diritto civile fondiario, come nel passato.” *Lezioni di Diritto Agrario* cit. (nota 2.II supra), p. 185.

A empresa agrária pode ser definida como sendo atividade cuja finalidade está pautada na produção de bens para o consumo, sendo desenvolvida de forma organizada em estabelecimento apropriado à criação de animais e ao cultivo de vegetais⁷.

Partindo desta concepção, são considerados agrários aqueles contratos que visam a regulamentar as atividades desenvolvidas no âmbito de uma empresa agrária⁸, podendo essas atividades ser classificadas como principais ou conexas.

Tem-se por atividades principais, aquelas voltadas ao cultivo de vegetais e criação de animais, devendo tais atividades realizarem-se, nos dizeres de F. C. SCAFF: “no sentido de alcançar, através da efetivação de um determinado ciclo biológico, a obtenção de produtos que sejam destinados, direta ou indiretamente, ao consumo do homem”⁹.

As atividades conexas, por sua vez, são aquelas voltadas à transformação e/ou comercialização do produto, devendo ser observados, contudo, um pressuposto subjetivo e outro objetivo. O primeiro diz respeito à necessidade do mesmo agente exercer tanto a atividade principal como a conexa para que esta seja reconhecida como agrária. Já o segundo fator diz respeito à exigência das duas atividades manterem uma ligação econômica¹⁰.

Tais lições permitem concluir que as atividades de transformação da cana-de-açúcar em etanol e, por consequência, a comercialização deste último são consideradas atividades agrárias quando desempenhadas pelo mesmo empresário¹¹.

⁷ F. C. SCAFF, *Aspectos fundamentais* cit. (nota 5.II. supra), p. 46.

⁸ Á. S. HERNANDEZ entende que “[...] não é possível desenvolver o conceito moderno de contrato agrário apenas ao redor da fazenda, mas de modo mais amplo, fundamentando-o na própria atividade agrária que explora a terra, mas também outros bens e serviços no interesse da produção agrícola.” *Accordi interprofessionali e contratti agroindustriali: problemi di inquadramento giuridico*, Pisa, ETS, 1990, p. 203.

⁹ F. C. SCAFF, *Aspectos fundamentais* cit. (nota 5.II supra), p. 81.

¹⁰ A. CARROZZA, *Lezioni di Diritto Agrario* cit. (nota 2.II supra) pp. 147 e 148.

¹¹ Para P. MASI “l’esercizio delle attività connesse non sembra separabile sotto il profilo soggettivo da quello di una delle attività agricole principali. L’identità del titolare dell’attività agricola principale e di quella connessa – c. d. presupposto soggettivo della connessione [...] – deve sussistere sempre, ed in particolare ache

Sendo assim os contratos em questão devem ser considerados contratos agrários, uma vez que: a) as Usinas que são partes nos contratos desenvolvem as atividades de cultivo, processamento e venda do etanol; e b) a comercialização representa a continuidade lógica do processamento para que o produto alcance sua destinação econômica¹².

1.2. Normas aplicáveis

Os contratos agrários estão disciplinados na Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra); na Lei 4.947/66; no Decreto 59.566/66, além de serem a eles aplicadas, subsidiariamente, as disposições do Código Civil, de acordo com o que preconiza o artigo 92, §9º do Estatuto da Terra.

A ideia de exercício de uma atividade mediante uso ou posse temporária da terra de outrem assim como os riscos a que estão sujeitos os empresários agrários considerando o desempenho de atividades que dependem das intempéries da natureza, por si só bastariam para defender a necessidade de regramento especial a esses contratos¹³.

nelle ipotesi di attività di trasformazione o alienazione dei prodotti le quali rientrino nell'esercizio normale dell'agricoltura. *Le attività connesse*, in N. Irti, *Manuale di Diritto agrario* cit. (nota 4.I supra), p. 90.

¹² Seguindo este mesmo raciocínio, F. C. SCAFF menciona em seu livro “Aspectos fundamentais...”, dentre outros, o exemplo específico o processamento da cana e a venda do açúcar e do álcool como atividades conexas ao cultivo da cana-de-açúcar. *Aspectos fundamentais* cit. (nota 5.II supra), pp. 84-85.

¹³ Segundo F. M. DE-MATTIA “(...) uma corrente doutrinária sustenta a existência dos contratos agrários como categoria contratual diferenciada - especialmente dos contratos do direito civil, caracterizada como formas de realização da empresa agrária em terreno alheio, relação jurídica encaminhada ao aproveitamento racional do solo e de outros bens suscetíveis de frutificação – mediante a vinculação harmônica entre o capital e o trabalho e sem que este segundo fator convirja a quem o aporte em proletário, subordinado jurídico, econômico e tecnicamente à terra. A especialidade dos contratos agrários se consubstancia porque neles um verdadeiro empresário conduz a exploração e assume seus riscos ou os divide com o proprietário do fundo que concede seu uso. Estes contratos têm por objeto a utilização pelo não titular de um direito real sobre fundo rústico e das coisas destinadas a obter um maior rendimento desse fundo, ou de retirar dele alguma utilidade (...)”. *Especialidade do Direito Agrário*, Tese (Titularidade) – Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 1992, p. 80.

Assim se justifica o tratamento protetivo reservado aos empresários agrários no Estatuto da Terra¹⁴, considerando a hipossuficiência daqueles que dependiam de imóvel alheio para exercer suas atividades, realidade esta que perdurou por anos desde a promulgação daquela lei, e que hoje não é mais regra para os contratos agrários.

Hoje o que se nota é a celebração de contratos de arrendamento e parceria por grandes empresas que nada tem de frágeis nas relações estabelecidas com os proprietários da terra. Esta é uma das principais críticas feitas ao Estatuto vigente, que também está defasado no que diz respeito à tipificação das figuras contratuais.

O artigo 92 do Estatuto prevê que “a posse ou uso temporário da terra serão exercidos em virtude de contrato expresso ou tácito, estabelecido entre o proprietário e os que nela exercem atividade agrícola ou pecuária, sob a forma de arrendamento rural, de parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa, nos termos desta Lei”¹⁵.

Se faz necessário que as novas figuras contratuais agrárias sejam disciplinas, razão pela qual novos projetos de lei¹⁶ estão sendo elaborados com propostas de regulamentação destas novas espécies que surgem a cada dia, para nortear as relações firmadas entre os agentes do mercado.

¹⁴ “De fato, adotando o Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30.11.1964) uma clara perspectiva de proteção àqueles que são considerados hipossuficientes nas relações contratuais agrárias, quais sejam os arrendatários, no contrato de arrendamento rural, e os parceiros, no caso dos contratos de parceria agrícola, pecuária, agroindustrial ou extrativa (art. 92 e seguintes), estabelece uma série de benefícios inderrogáveis a estas partes, tais como a garantia de prazos contratuais mínimos e de renovação dos contratos, direitos de preempção sobre a terra utilizada, limites máximos de pagamento pelo uso da terra e na partilha dos bens produzidos, direitos estes que deverão ser considerados incluídos, pois, dentre os elementos componentes do estabelecimento agrário, uma vez que esteja no poder de destinação do empresário fundado, exatamente, na existência de contrato agrário de uma dessas espécies”. F. C. SCAFF, *Teoria Geral do Estabelecimento Agrário*, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2001, pp. 109-110.

¹⁵ Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964.

¹⁶ Hoje tramita na Câmara dos Deputados o projeto de Lei nº 4.378/98 ao qual estão apensados os projetos nº 4444/2004; 3979/2008; e 8023/2010.

A regulamentação dos contratos representa uma redução nos custos de transação dos agentes, uma vez que servem para minimizar as incertezas inerentes aos negócios celebrados, principalmente no âmbito do Direito Agrário¹⁷.

Ademais, o Direito Agrário deve acompanhar o nascimento de novas questões envolvendo seus principais temas de interesse e, sendo assim, deve buscar estabelecer orientações mínimas às novas figuras contratuais atípicas¹⁸.

Como regra geral a todos os contratos agrários, o Estatuto prevê que os negócios poderão ser verbais ou na forma escrita¹⁹ e, dentro do contexto próprio que a especialidade da matéria proporciona, os contratos agrários serão interpretados à luz dos princípios da justiça social, da liberdade de iniciativa e da valorização do trabalho humano, como determina o artigo 103 do Estatuto da Terra.

1.3. Contratos agrários típicos

Nosso ordenamento dispõe sobre duas figuras contratuais e estabelece as normas específicas aplicáveis a esses contratos, quais sejam, os contratos de parceria e arrendamento.

¹⁷ Essa ideia é difundida na chamada Nova Economia Institucional principalmente por D. NORTH, para quem “quando os custos de transação são consideráveis, as instituições passam a adquirir importância [...] custos de transação podem ser definidos como aqueles a que estão sujeitas todas as operações de um sistema econômico”. *Custos de transação, instituições e desempenho econômico*, Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1998, p. 7-8.

¹⁸ Nesse sentido, F. C. SCAFF defende que “há um longo espaço para a regulamentação de contratos agrários, em especial no tocante às disposições que deverão constar das figuras que traduzam operações econômicas novas e que tenham potencial de gerar consequências que extrapolem os interesses das partes diretamente envolvidas em cada negócio jurídico”. *A Biotecnologia na origem de bens imateriais de Direito Agrário*, Tese (Titularidade) – Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2011, p. 57.

¹⁹ Assim dispõe o artigo 11 do Decreto 59.566/66 de 14 de novembro 1966. Este Decreto regulamenta as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o Capítulo III da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, e dá outras providências.

F. P. SODERO salienta em sua obra que os arrendatários e parceiros fornecedores de cana mereciam tratamento peculiar no que tange a algumas normas aplicáveis aos contratos de modo geral, como no caso da estipulação do preço, que cabia ao Instituto do Açúcar e do Alcool²⁰.

Como já mencionado, tais normas específicas, como aquelas instituídas pelos Decretos-lei n° 3.855/41 e n° 6.969/44, e pela lei n° 4.870/65, visavam à tutela do fornecedor de cana, assim considerado aquele lavrador que, em terra própria ou alheia, cultivasse a cana e abastecesse uma mesma usina durante, no mínimo, três safras consecutivas²¹.

No Estatuto da Terra também encontram-se disciplinadas as obrigações das partes, os prazos contratuais, preços, princípios balizadores para interpretação e aplicação das normas ali previstas.

1.3.1. Contrato de arrendamento

O Decreto 59.566/66²² define o contrato de arrendamento em seu artigo terceiro como sendo “o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e ou facilidades, com o objetivo de nêle ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agro-industrial, extrativa ou mista, mediante, certa retribuição ou aluguel, observados os limites percentuais da Lei”²³.

O mesmo artigo dispõe que as partes do contrato são o arrendador, que cede o imóvel para uso e gozo por tempo determinado ou não ao arrendatário, sendo este a pessoa ou o conjunto de pessoas que recebem ou tomam o bem por aluguel.

²⁰ F. P. SODERO, *Direito Agrário e Reforma Agrária*, São Paulo, Livraria Legislação Brasileira, 1968. p. 125.

²¹ F. P. SODERO, *Direito Agrário* cit. (nota 20.II supra), p. 125.

²² Decreto 59.566/66 de 14 de novembro de 1966.

²³ Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964.

F. P. BREBBIA define o contrato de arrendamento como aquele que, além de possuir as características de verdadeiro contrato de locação, tem por objeto a cessão de uso e gozo de prédio rústico para exploração de todo o tipo de exploração de atividade agropecuária²⁴.

Na doutrina pátria R. GRASSI NETO conceitua este tipo contratual como um contrato comutativo por meio do qual o arrendador aluga prédio rústico, mediante a entrega de determinada quantia em dinheiro, especificamente visando ao exercício de atividade agrária²⁵.

Trata-se de verdadeiro contrato de aluguel para fins de exercício de atividade agrária. De acordo com o disposto no artigo 42 do Estatuto da Terra, pode o arrendador se opor a interferências danosas como cortes ou podas, sendo suas obrigações: “I - entregar ao arrendatário o imóvel rural objeto do contrato, na data estabelecida ou segundo os usos e costumes da região; II a garantir ao arrendatário o uso e gozo do imóvel arrendado, durante todo o prazo do contrato (artigo 92, § 1º do Estatuto da Terra); III - fazer no imóvel, durante a vigência do contrato, as obras e reparos necessários; e IV - pagar as taxas, impostos, fôros e tôda e qualquer contribuição que incida ou venha incidir sobre o imóvel rural arrendado, se de outro modo não houver convencionado”²⁶.

Ao arrendatário, por outro lado, é permitido transferir a terceiro os direitos e obrigações do contrato celebrado, por meio de Subarrendamento. Suas principais obrigações consistem em: “I - pagar pontualmente o preço do arrendamento, pelo modo, nos prazos e locais ajustados; II - usar o imóvel rural, conforme o convencionado, ou presumido, e a tratá-lo

²⁴ *Manual de Derecho Agrario*, Buenos Aires, Astrea, 1992, p. 340. Para melhor definir este contrato, o autor cita em sua obra o texto da lei 13.246 que também traz o conceito do contrato: “art. 2º de la ley 13.246: habrá arrendamiento rural cuando una de las partes se obligue a conceder el uso y goce de un predio, ubicado fuera de la planta urbana de las ciudades o pueblos, con destino a la explotación agropecuaria en cualquiera de sus especializaciones y la otra a pagar por ese uso y goce un precio en dinero”, p. 339.

²⁵ *Contratos Agrários* cit. (nota 5.II supra), p. 129.

²⁶ Artigo 40 da lei 4.504/64.

com o mesmo cuidado como se fôsse seu, não podendo mudar sua destinação contratual; III - levar ao conhecimento do arrendador, imediatamente, qualquer ameaça ou ato de turbação ou esbulho que, contra a sua posse vier a sofrer, e ainda, de qualquer fato do qual resulte a necessidade da execução de obras e reparos indispensáveis à garantia do uso do imóvel rural; IV - fazer no imóvel, durante a vigência do contrato, as benfeitorias úteis e necessárias, salvo convenção em contrário; e V - devolver o imóvel, ao término do contrato, tal como o recebeu com seus acessórios; salvo as deteriorações naturais ao uso regular²⁷.

A lei atribui ao arrendatário a responsabilidade por eventuais prejuízos que sejam causados aos bens que compõem o estabelecimento e que tenham sido cedidos pelo arrendador, por conduta culposa ou dolosa de sua parte.

No que tange à responsabilização por danos ambientais ou prática de quaisquer ilícitos em razão da atividade realizada na área arrendada, a regra atualmente aplicada, como se verá quando da análise jurisprudencial, é a da responsabilidade objetiva e solidária entre arrendador e arrendatário.

Quanto aos princípios e demais condições que regem estes contratos, o Estatuto da Terra relaciona em seu artigo 95 inúmeros parâmetros que balizam a atuação dos agentes e a interpretação dos contratos celebrados²⁸.

²⁷ Artigo 41 da lei 4.504/64.

²⁸ Art. 95. Quanto ao arrendamento rural, observar-se-ão os seguintes princípios: I - os prazos de arrendamento terminarão sempre depois de ultimada a colheita, inclusive a de plantas forrageiras temporárias cultiváveis. No caso de retardamento da colheita por motivo de força maior, considerar-se-ão esses prazos prorrogados nas mesmas condições, até sua ultimação; II - presume-se feito, no prazo mínimo de três anos, o arrendamento por tempo indeterminado, observada a regra do item anterior; III - o arrendatário, para iniciar qualquer cultura cujos frutos não possam ser recolhidos antes de terminado o prazo de arrendamento, deverá ajustar, previamente, com o arrendador a forma de pagamento do uso da terra por esse prazo excedente; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007). IV - em igualdade de condições com estranhos, o arrendatário terá preferência à renovação do arrendamento, devendo o proprietário, até 6 (seis) meses antes do vencimento do contrato, fazer-lhe a competente notificação extrajudicial das propostas existentes. Não se verificando a notificação extrajudicial, o contrato considera-se automaticamente renovado, desde que o arrendador, nos 30 (trinta) dias seguintes, não manifeste sua desistência ou formule nova proposta, tudo mediante simples registro de suas declarações no competente Registro de Títulos e Documentos; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007). V - os direitos assegurados no inciso IV do caput deste artigo não prevalecerão se, no prazo

Além dos referidos parâmetros, o diploma lei estatui vedações ao proprietário da terra, com relação ao arrendatário, que também se aplicam aos parceiros, em seu artigo 93. É proibido que o dono da terra exija gratuidade nos serviços prestados; que a colheita seja vendida exclusivamente a ele; que o beneficiamento dos produtos seja feito no seu estabelecimento; que sejam adquiridas iguarias em seus armazéns ou barracões; bem como que aceite pagamento em outras formas, que não em moeda.

Por fim, ressalte-se que algumas regras gerais previstas nos artigos mencionados não se aplicam aos contratos de arrendamento firmados para exploração da terra por parte da agro-indústria da cana-de-açúcar.

Dentre tais exceções, estabelecidas por força do que dispõe o artigo 87 do Estatuto, está que prevê a presunção de prazo mínimo de três anos quando o contrato se der por prazo indeterminado.

de 6 (seis) meses antes do vencimento do contrato, o proprietário, por via de notificação extrajudicial, declarar sua intenção de retomar o imóvel para explorá-lo diretamente ou por intermédio de descendente seu; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007). VI - sem expresse consentimento do proprietário é vedado o subarrendamento; VII - poderá ser acertada, entre o proprietário e arrendatário, cláusula que permita a substituição de área arrendada por outra equivalente no mesmo imóvel rural, desde que respeitadas as condições de arrendamento e os direitos do arrendatário; VIII - o arrendatário, ao termo do contrato, tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis; será indenizado das benfeitorias voluptuárias quando autorizadas pelo proprietário do solo; e, enquanto o arrendatário não for indenizado das benfeitorias necessárias e úteis, poderá permanecer no imóvel, no uso e gozo das vantagens por ele oferecidas, nos termos do contrato de arrendamento e das disposições do inciso I deste artigo; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007). IX - constando do contrato de arrendamento animais de cria, de corte ou de trabalho, cuja forma de restituição não tenha sido expressamente regulada, o arrendatário é obrigado, findo ou rescindido o contrato, a restituí-los em igual número, espécie e valor; X - o arrendatário não responderá por qualquer deterioração ou prejuízo a que não tiver dado causa; XI - na regulamentação desta Lei, serão complementadas as seguintes condições que, obrigatoriamente, constarão dos contratos de arrendamento: a) limites da remuneração e formas de pagamento em dinheiro ou no seu equivalente em produtos; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007); b) prazos mínimos de arrendamento e limites de vigência para os vários tipos de atividades agrícolas; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007); c) bases para as renovações convencionadas; d) formas de extinção ou rescisão; e) direito e formas de indenização ajustadas quanto às benfeitorias realizadas; XII - a remuneração do arrendamento, sob qualquer forma de pagamento, não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do valor cadastral do imóvel, incluídas as benfeitorias que entrarem na composição do contrato, salvo se o arrendamento for parcial e recair apenas em glebas selecionadas para fins de exploração intensiva de alta rentabilidade, caso em que a remuneração poderá ir até o limite de 30% (trinta por cento) (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007); XIII - a todo aquele que ocupar, sob qualquer forma de arrendamento, por mais de cinco anos, um imóvel rural desapropriado, em área prioritária de Reforma Agrária, é assegurado o direito preferencial de acesso à terra ..Vetado.

1.3.2. Contrato de parceria

F. P. BREBBIA define o contrato de parceria como um contrato associativo por meio do qual as partes colaboram com o capital e trabalho na empresa agrária, dividindo os riscos da atividade²⁹.

No Brasil, grande parte das condições legais pelas quais se regem os contratos de parceria está prevista no artigo 96 do Estatuto da Terra³⁰, onde esta modalidade de contrato agrário é definida como sendo “o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes dele, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa vegetal ou mista; e/ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias-primas de origem animal, mediante partilha, isolada ou cumulativamente, dos seguintes riscos: I - caso fortuito e de força maior do empreendimento rural; II - dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais estabelecidos no inciso VI do caput deste artigo; III - variações de preço dos frutos obtidos na exploração do empreendimento rural”.

Conceito similar e anterior àquele citado acima é trazido pelo artigo 4º do Decreto 59.566/66 que, em seu artigo quinto, relaciona as modalidades de parceria divididas em parceria agrícola, pecuária, agro-industrial, extrativa e mista³¹.

²⁹ O autor menciona que o contrato de parceria é extremamente difundido na Argentina e cita em sua obra a definição prevista na lei daquele país: O artigo 21 da ley 13.246 prevê que: “habrá aparcería cuando una de las partes de oblique a entregar a otra animales o un predio rural con o sin plantaciones, sembrados, animales, enseres o elementos de trabajo, para la explotación agropecuaria en cualesquiera de sus especializaciones, con el objeto de repartirse los frutos [...]”. *Manual de derecho agrario* cit. (nota 24.II supra), pp. 389-391.

³⁰ § 1º do artigo 96 da lei nº. 4.504, de 30 de novembro 1964.

³¹ Art 5º Dá-se a parceria: I - agrícola, quando o objeto da cessão fôr o uso de imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, com o objetivo de nele ser exercida a atividade de produção vegetal; II - pecuária, quando o objetivo da cessão forem animais para cria, recria, invernagem ou engorda; III - agro-industrial, quando o objeto da sessão fôr o uso do imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, ou maquinaria e implementos, com o objetivo de ser exercida atividade de transformação de produto agrícola, pecuário ou florestal; IV - extrativa, quando o objeto da cessão fôr o uso de imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, e ou animais de qualquer

As partes do contrato denominam-se parceiro outorgante, que é o cedente, proprietário ou não, que entrega os bens; e o parceiro-outorgado, que pode ser uma pessoa ou o conjunto familiar, representado pelo seu chefe. E, assim como no arrendamento, o Estatuto da Terra disciplina as diretrizes com base nas quais deverão se pautar as partes, em seu artigo 96³².

espécie, com o objetivo de ser exercida atividade extrativa de produto agrícola, animal ou florestal; V - mista, quando o objeto da cessão abranger mais de uma das modalidades de parceria definidas nos incisos anteriores.

³² Art. 96. Na parceria agrícola, pecuária, agro-industrial e extrativa, observar-se-ão os seguintes princípios: I - o prazo dos contratos de parceria, desde que não convencionados pelas partes, será no mínimo de três anos, assegurado ao parceiro o direito à conclusão da colheita, pendente, observada a norma constante do inciso I, do artigo 95; II - expirado o prazo, se o proprietário não quiser explorar diretamente a terra por conta própria, o parceiro em igualdade de condições com estranhos, terá preferência para firmar novo contrato de parceria; III - as despesas com o tratamento e criação dos animais, não havendo acordo em contrário, correrão por conta do parceiro tratador e criador; IV - o proprietário assegurará ao parceiro que residir no imóvel rural, e para atender ao uso exclusivo da família deste, casa de moradia higiênica e área suficiente para horta e criação de animais de pequeno porte; V - no Regulamento desta Lei, serão complementadas, conforme o caso, as seguintes condições, que constarão, obrigatoriamente, dos contratos de parceria agrícola, pecuária, agro-industrial ou extrativa: a) quota-limite do proprietário na participação dos frutos, segundo a natureza de atividade agropecuária e facilidades oferecidas ao parceiro; b) prazos mínimos de duração e os limites de vigência segundo os vários tipos de atividade agrícola; c) bases para as renovações convencionadas; d) formas de extinção ou rescisão; e) direitos e obrigações quanto às indenizações por benfeitorias levantadas com consentimento do proprietário e aos danos substanciais causados pelo parceiro, por práticas predatórias na área de exploração ou nas benfeitorias, nos equipamentos, ferramentas e implementos agrícolas a ele cedidos; f) direito e oportunidade de dispor sobre os frutos repartidos; VI - na participação dos frutos da parceria, a quota do proprietário não poderá ser superior a: a) 20% (vinte por cento), quando concorrer apenas com a terra nua; b) 25% (vinte e cinco por cento), quando concorrer com a terra preparada; c) 30% (trinta por cento), quando concorrer com a terra preparada e moradia; d) 40% (quarenta por cento), caso concorra com o conjunto básico de benfeitorias, constituído especialmente de casa de moradia, galpões, banheiro para gado, cercas, valas ou currais, conforme o caso; e) 50% (cinquenta por cento), caso concorra com a terra preparada e o conjunto básico de benfeitorias enumeradas na alínea d deste inciso e mais o fornecimento de máquinas e implementos agrícolas, para atender aos tratos culturais, bem como as sementes e animais de tração, e, no caso de parceria pecuária, com animais de cria em proporção superior a 50% (cinquenta por cento) do número total de cabeças objeto de parceria; f) 75% (setenta e cinco por cento), nas zonas de pecuária ultra-extensiva em que forem os animais de cria em proporção superior a 25% (vinte e cinco por cento) do rebanho e onde se adotarem a meação do leite e a comissão mínima de 5% (cinco por cento) por animal vendido; g) nos casos não previstos nas alíneas anteriores, a quota adicional do proprietário será fixada com base em percentagem máxima de dez por cento do valor das benfeitorias ou dos bens postos à disposição do parceiro; VII - aplicam-se à parceria agrícola, pecuária, agropecuária, agro-industrial ou extrativa as normas pertinentes ao arrendamento rural, no que couber, bem como as regras do contrato de sociedade, no que não estiver regulado pela presente Lei. Parágrafo único. Os contratos que prevejam o pagamento do trabalhador, parte em dinheiro e parte percentual na lavoura cultivada, ou gado tratado, são considerados simples locação de serviço, regulada pela legislação trabalhista, sempre que a direção dos trabalhos seja de inteira e exclusiva responsabilidade do proprietário, locatário do serviço a quem cabe todo o risco, assegurando-se ao locador, pelo menos, a percepção do salário-mínimo no cômputo das duas parcelas. VIII - o proprietário poderá sempre cobrar do parceiro, pelo seu preço de custo, o valor de fertilizantes e inseticidas fornecidos no percentual que corresponder à participação deste, em qualquer das modalidades previstas nas alíneas do inciso VI do caput deste artigo; IX - nos casos não previstos nas alíneas do inciso VI do caput deste artigo, a quota adicional do proprietário será fixada com base em percentagem máxima de 10% (dez por cento) do valor das benfeitorias ou dos bens postos à disposição do parceiro. § 2o As partes contratantes poderão estabelecer a prefixação, em quantidade ou volume, do montante da participação do proprietário, desde que, ao final do

Por fim, deve-se mencionar que o artigo 50 do Decreto 59.566/66 faculta ao parceiro-outorgante e ao parceiro-outorgado, a qualquer tempo, dispor livremente sobre a transformação do contrato de parceria no de arrendamento. Saliente-se também que, caso não haja disposição expressa em contrário, as despesas com o tratamento e criação dos animais correrão por conta do parceiro-outorgado e que, por fim, aplicam-se à parceria as normas de sociedade, se e quando cabíveis.

1.4. Contratos agrários atípicos

1.4.1. Conceito de Agribusiness: novos agentes e formas de organização destes agentes

Para R. GRASSI NETO, o chamado *agribusiness* nada mais é do que uma visão ampla do sistema agroindustrial de determinado bem, incluindo, além da integração vertical³³ verificada na produção, as etapas anteriores e posteriores a esta.

Já a integração vertical ocorre por meio dos contratos agro-industriais³⁴ que representam uma forma de redução de custos de transação e de otimização da produção encontrada pelos produtores e indústrias que se unem com esse fim.

contrato, seja realizado o ajustamento do percentual pertencente ao proprietário, de acordo com a produção. § 3o Eventual adiantamento do montante prefixado não descaracteriza o contrato de parceria. § 4o Os contratos que prevejam o pagamento do trabalhador, parte em dinheiro e parte em percentual na lavoura cultivada ou em gado tratado, são considerados simples locação de serviço, regulada pela legislação trabalhista, sempre que a direção dos trabalhos seja de inteira e exclusiva responsabilidade do proprietário, locatário do serviço a quem cabe todo o risco, assegurando-se ao locador, pelo menos, a percepção do salário mínimo no cômputo das 2 (duas) parcelas. § 5o O disposto neste artigo não se aplica aos contratos de parceria agroindustrial, de aves e suínos, que serão regulados por lei específica.

³³ De acordo com os ensinamentos de R. Z. ZELEDÓN: “A integração vertical [...] se apresenta quando se integram dois ou mais setores de diferentes fases no mesmo ciclo produtivo. As empresas que se integram (duas ou mais) pertencem aos setores da agricultura, da indústria e do comércio, com diferentes variantes. Na integração vertical se supõe que na base está a atividade agrária, em um nível superior a industrialização (incluindo-se nesta a transformação), e em outro ainda mais alto está a comercialização”. A. CARROZZA - R. Z. ZELEDÓN, *Teoría general e institutos de derecho agrario*, Buenos Aires, Astrea, 1990, p. 312.

Essas figuras contratuais são comumente notadas na cadeia do etanol, por meio da integração entre produtor e usina, sendo que estas acabando sendo responsáveis, muitas vezes, pelo plantio, cultivo, processamento, destilação e comercialização dos bens, como se verá adiante.

1.4.2. Falta de previsão legislativa dos contratos

O legislador foi infeliz nos textos do artigo 96 do Estatuto da Terra; no artigo 5º, inciso III do Decreto 59.566/66; dentre outros dispositivos, ao chamar de Agroindustrial uma das modalidades de parceria regulamentada pelas citadas normas³⁵.

Atualmente, existem três projetos de lei apensados ao PL 4.378/98, que hoje tramita em regime de alta prioridade e tem como objetivo regular “as relações jurídicas entre a agroindústria e o produtor rural integrado e dar outras providências”³⁶.

³⁴ A. GERMANÒ define contratos agro-industriais da seguinte forma: “i singoli agricoltori ed industriali (o commercianti) stipulano, poi, propri contratti individuale che prendono il nomen legale di "contratti di coltivazione e vendita" e che, per coinvolgere soprattutto agricoltori ed industriali, sono chiamati, più genericamente, contratti agro-industriali”. *Manuale di diritto agrário*, 2ª ed, Torino, Giappichelli, 1997, p. 262. Já F. P. BREBBIA enxerga os contratos agroindustriais como uma espécie de integração vertical. *Manual de Derecho Agrari* cit. (nota 24.II supra), pp. 582-583.

³⁵ Nesse sentido, R. GRASSI NETO, *Contratos agrários* cit. (nota 5.II supra), p. 87 e 176.

³⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de lei n. 4.378/98. Regula as relações jurídicas entre a agroindústria e o produtor rural integrado e dá outras providências. O Congresso Nacional decreta: **Art. 1º** As relações jurídicas decorrentes de processos de integração entre a agroindústria e o produtor rural integrado reger-se-ão, no que couber, pelas disposições desta Lei. **Art. 2º** Para os objetivos desta lei, entende-se por: I – agroindústria – a empresa que industrializa ou beneficia produtos de origem agropecuária; II – produtor rural integrado – aquele que, de forma individual ou associativa, mediante contrato, assume etapa do processo produtivo determinado pela agroindústria; III – processo de integração – aquele em que o produtor rural integrado assume a realização de etapa determinada do processo de produção de animais ou vegetais, destinados à industrialização ou à comercialização, por parte da agroindústria contratante. **Parágrafo único.** Para os efeitos desta lei, equiparam-se à agroindústria os comerciantes e exportadores que, para obter produtos agrícolas, formalizam contratos de integração com produtores rurais. **Art. 3º** São direitos dos produtores integrados, sem prejuízo de outros: I – remuneração não inferior aos custos despendidos, nestes incluídos a reposição dos meios de produção utilizados pelo produtor e o valor da força de trabalho própria, familiar ou contratada, empregada para levar a termo a etapa de produção contratada. II – seguros obrigatórios com prêmio pago pela agroindústria, que contratará a apólice: a) de vida; b) de cobertura de prejuízos decorrentes de caso fortuito ou força maior que afetem o resultado do empreendimento contratado. **Art. 4º** A contribuição previdenciária devida pelos produtores rurais integrados, no que concerne à renda obtida das atividades contratadas, será recolhida pela agroindústria que, ao final do contrato ou de cada período anual,

Pela análise superficial dos textos, é possível notar que o legislador se preocupou em preservar o caráter protetivo constante no Estatuto da terra, de forma “adaptada” às novas figuras geradas em virtude da integração dos agentes.

Como mencionado no tópico 1.3, se faz necessária a tipificação das novas formas contratuais que surgem a cada necessidade dos agentes de mercado em negociar aspectos ainda não tratados pelo legislador.

Certo é que será impossível que as leis disciplinem todos os contratos existentes, contudo, as regras gerais e os princípios balizadores das relações devem estar estabelecidos e o esforço para abranger as características dos novos negócios deve ser incessante.

2. CONTRATOS NO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO ETANOL

O etanol ganhou papel de destaque no cenário mundial em virtude dos constantes aumentos no preço do petróleo e da conscientização da sociedade quanto aos danos nas esferas econômica, ambiental e social.

entregará ao produtor rural integrado os respectivos comprovantes. Art. 5º O contrato de integração não obriga a terceiros, ainda que membros da família do produtor rural integrado. Art. 6º É vedado à agroindústria fazer recair sobre o produtor rural integrado, a qualquer título, ônus decorrente de alterações em prazos, tecnologia de produção, uso de insumos, e demais aspectos técnicos, relativamente às atividades objeto do contrato. Art. 7º A responsabilidade do produtor integrado sobre o produto final da atividade mantém-se até o momento da comunicação feita à agroindústria da condição de finalização do processo produtivo, assumindo, esta, a partir daquele momento, a responsabilidade por quaisquer alterações que venham a ocorrer sobre o produto. Art. 8º Serão de responsabilidade da agroindústria todos os custos de armazenagem decorrentes do processo de integração, relativamente ao produto final pronto, mesmo quando realizada na propriedade do produtor rural integrado. Art. 9º São de responsabilidade da agroindústria todas as obrigações legais decorrentes da utilização de medicamentos e insumos, inclusive agrotóxicos, quando prescritos e fornecidos pela empresa, respondendo civil e penalmente por danos ao produtor rural integrado e a terceiros. Parágrafo único. Excetuam-se das disposições do *caput* as hipóteses comprovadas de aplicação incorreta dos insumos, por parte do produtor rural integrado, em desacordo com as prescrições dos profissionais da agroindústria ou por ela indicados. Art. 10 Sem prejuízo do disposto no art. 3º desta lei, no caso de contratos que condicionem o montante da remuneração do produtor rural integrado à aplicação de índices de produtividade ou pela classificação qualitativa do produto, a avaliação do resultado, do produtor e da média da respectiva comunidade, bem como a definição de critérios de classificação serão feitas por comissão municipal”. Disponível em: < http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=20847. [04-01-2010].

Nesse contexto e, após o lançamento dos carros *flex-fuel* no mercado nacional, que permitiu aos brasileiros optar abastecer seus carros com gasolina ou álcool combustível, a demanda mundial de etanol alcançou marcas antes não pensadas. Estes fatores, ao mesmo tempo em que impulsionam o setor, fazem com que seja necessária uma avaliação de toda a cadeia daquele produto.

Em que pese serem os contratos de comercialização celebrados entre usinas e distribuidoras/exportadoras o foco de análise no presente estudo, mostra-se de grande relevância a análise do contexto no qual estes acordos se encontram, ou seja, as demais relações que se concretizam ao longo de todo o sistema agroindustrial do etanol.

Ao longo de todo o sistema, poderão ser celebrados inúmeros contratos, até que o produto chegue ao consumidor final. Serão tratados neste estudo os negócios concretizados entre o produtor rural e a usina, os acordos firmados entre a usina e as distribuidoras, distribuidoras e *trading companies*, e os contratos dos quais é parte o consumidor final.

2.1. Produtor rural x Usina

Muitos são os bens de produção utilizados no cultivo da cana-de-açúcar. Dentre eles está a terra, ou fundo rústico³⁷, essencial ao exercício da atividade agrária de modo geral, e que assume papel relevante em algumas modalidades que demandam um volume grande de produção, como é o caso da cana.

Os proprietários da terra podem ceder a propriedade ao produtor agrícola por meio de contratos de parceria e de arrendamento, ou ainda podem desenvolver a atividade

³⁷ F. C. SCAFF alerta para o fato de que só se caracteriza como fundo rústico aquela fração de terra que viabilize o cultivo de vegetais ou a criação de animais. Nos dizeres do autor: “[...] da óptica do Direito Agrário, não é toda e qualquer fração de terreno, mas apenas aquela apta e adequada – ao menos potencialmente – para fornecer os elementos físicos, químicos e biológicos indispensáveis à realização das atividades agrárias principais e das conexas que eventualmente lá se desenvolvam, visando a obtenção dos frutos orgânicos pretendidos”. *Teoria geral do estabelecimento agrário* cit. (nota 14.II supra), p. 116.

pessoalmente, como ocorre com as usinas que são partes nos contratos objeto de análise do estudo, ocorrendo a denominada integração vertical.

Neste caso se caracteriza, no tocante à produção, uma integração vertical que, em alguns casos, abrange fase anterior como entre o fornecimento dos insumos e a produção. Essas iniciativas podem significar importante estratégia para aqueles agentes que se encontram em etapa à frente na cadeia, uma vez que terão maior segurança com relação ao fornecimento de insumos necessários à produção.

A integração também pode ocorrer quanto aos fornecedores de outros bens usados na produção da cana como o maquinário, defensivos e fertilizantes, valendo ressaltar que, no caso da cana-de-açúcar, além da possibilidade de geração de energia por meio do uso do bagaço (biomassa), alguns subprodutos podem ser transformados em insumos, como acontece com a vinhaça e a torta de filtro.

No que tange ao maquinário, em virtude da mobilização em prol da causa ambiental, estão ocorrendo mudanças visando à mecanização do processo, a fim de reduzir as queimadas para atender aos critérios de sustentabilidade.

Outro bem necessário ao processo produtivo da cana-de-açúcar que traz questão de grande relevância para o tema da sustentabilidade aqui discutido é o equipamento de proteção utilizado pelo trabalhador rural, que deve ser homologado e aprovado por órgão oficial de controle³⁸.

Adquirindo insumos ou integrando o fornecimento dos mesmos, o produtor cultiva a cana-de-açúcar que serve como matéria prima para as usinas. Estas, normalmente se situam

³⁸ De acordo com o que estabelece a NR 31 do Ministério do Trabalho e Emprego. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Nr 31*. Dispõe sobre segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária silvicultura, exploração florestal e aquíicultura. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/legislacao/normas_regulamentadoras/nr_31.pdf>. [03-01-11].

próximas às plantações, tendo em vista o alto custo de transporte a as especificidades de degradação deste bem³⁹.

Por este mesmo motivo, se faz relevante mencionar um acordo celebrado entre produtor e indústria, comumente chamado CCT (Corte, carregamento e transporte), que se caracteriza por algo próximo a uma integração entre produtor e usina, onde o primeiro é responsável pelo cultivo e a segunda pelo corte, carregamento e transporte da cana.

Os riscos são do produtor, que recebe preço fixo referente a uma parte da produção. Essa participação expressiva da usina na produção descaracteriza o fornecimento⁴⁰, trazendo consequências inclusive para a análise da classificação proposta para o Direito Agrário quanto às atividades agrárias principais e conexas⁴¹.

Além da simples compra e venda da matéria-prima e dos contratos de fornecimento, que criam um vínculo maior entre produtor e usina, pode ser constatada nessa fase a celebração de contratos de parceria e arrendamento, onde o que se negocia é a cessão de uso da terra, de acordo com as teorias estudadas em tópico anterior.

Enquanto alguns produtores arrendam a propriedade de terceiro ou da própria usina para desenvolver o cultivo da cana, outros celebram parcerias que, muitas vezes vêm

³⁹ R. S. WAACK - M. F. NEVES. *Competitividade do Sistema Agroindustrial da Cana-de-açúcar*, in E. M. M. Q. FARINA – D. ZYLBERSZTAJN, *Competitividade no Agribusiness Brasileiro, Versão Final*, São Paulo, 1998, vol. 5, p. 1 - 185.

⁴⁰ “O reconhecimento dessa realidade é muito importante. Ao assumir as operações de CCT, a usina processadora passa a ter o direito de decisão sobre a colheita, podendo definir o momento, o método e a forma de realização do CCT. Essas decisões, por outro lado, terão reflexos diretos no resultado econômico do produtor [...], especialmente ao considerar o rendimento da colheita, a produtividade, a sanidade e longevidade do canavial. Essa repartição de riscos e direitos de propriedade é um importante foco de conflitos entre as firmas, que muitas vezes não estão previstas nem nos contratos, nem nos acordos realizados pelos agentes [...]”. F. C. SCAFF – F. TRENTINI – M. S. M. SAES, *Sustentabilidade: o desafio dos biocombustíveis*, v. 1, São Paulo, Annablume, 2010, p. 36.

⁴¹ Se o poder de interferência e decisão no cultivo por parte da indústria for capaz de atender ao requisito subjetivo das teorias de conexão da atividade agrária já mencionadas.

acompanhadas por outros dois contratos: um contrato de venda; e um contrato de serviço de corte, carregamento e transporte de cana-de-açúcar (CCT)⁴².

2.2. Usina x distribuidoras

As usinas, a que o presente trabalho faz referência, produzem etanol e, para tanto, contam com destilarias anexas, sendo capazes de produzir ambos os produtos. Entretanto, as destilarias produzem exclusivamente o etanol.

Além de possuir seu próprio plantio, algumas usinas também compram cana-de-açúcar de produtores rurais localizados próximo às suas instalações. Existe também a figura de um intermediário, a quem cabe coordenar o fornecimento da matéria-prima de um grupo de produtores à usina⁴³.

Importante notar que algumas processadoras vendem seu produto diretamente às distribuidoras, outras usinas optam por formar grupos de comercialização, a fim de buscar condições melhores de negociação. O que não se nota com frequência nesta etapa da cadeia é a integração vertical das processadoras e distribuidoras, como ocorre na fase de cultivo e processamento da cana.

Os contratos celebrados costumam ter vigência de um a dois anos, atrelados ao ano-safra ou ao ano civil. Apesar de existirem contratos de até três anos, os contratos são efetivamente pensados para valer por um ano, com cláusulas que permitem a sua renovação por meio da celebração de um termo aditivo contratual.

⁴² R. PEDROSO JÚNIOR. *Arranjos institucionais na agricultura brasileira: um estudo sobre o uso de contratos no sistema agroindustrial sucroalcooleiro da região centro-sul*. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 100-101.

⁴³ R. PEDROSO JÚNIOR. *Arranjos institucionais na agricultura brasileira*, cit. (nota 42.II supra), p. 100-101.

O contrato determina um volume a ser comercializado mensalmente entre as partes, bem como as retiradas do produto. As mais comuns são retiradas semanais ou quinzenais. Apesar do estabelecimento de um cronograma, admite-se a flexibilização das datas determinadas para que os agentes tenham a possibilidade de ajustar as datas às suas necessidades conjunturais.

Considerando que o etanol é uma commodity⁴⁴, a redução dos custos durante todo o processo é uma estratégia fundamental para gerar lucro para as firmas. Como se tratar de processo extremamente custoso, o preço da produção pesa sobre os custos do etanol, e as peculiaridades de seu ciclo produtivo coordenam a produção da usina.

Para as usinas, a formação de grupos de comercialização pode significar em aumento de poder de barganha junto às distribuidoras quando da comercialização do etanol, apesar dos instrumentos contratuais preverem condições bem mais vantajosas a essas últimas. Vendendo de forma conjunta a outros agentes, as usinas podem gerenciar as vendas utilizando da mesma estrutura, que envolve escritório, material e pessoal.

2.3. Distribuidora x *traders*

Para produzir a gasolina comercializada nos postos de abastecimento, as distribuidoras misturam a gasolina isenta de etanol, que a Petrobrás fornece às distribuidoras, com o etanol anidro vendido pelas usinas. Esta mistura, que determina a composição de um outro tipo de gasolina, é regulada pela ANP, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, a qual prevê que o etanol deve perfazer entre vinte e vinte e cinco por cento da mistura.⁴⁵

⁴⁴ Em que pese não haver ainda uma especificação definitiva firmada entre os vários países que produzem e comercializam esse bem.

⁴⁵ F. C. SCAFF – F. TRENTINI – M. S. M. SAES, *Sustentabilidade: o desafio dos biocombustíveis* cit. (nota 40.II supra), p. 40.

Esta gasolina, resultado da mistura, é então comercializada com os postos de abastecimento, enquanto o etanol hidratado, adquirido pelas distribuidoras, é revendido aos postos sem sofrer alterações.

Outro agente presente nesta fase da cadeia é o chamado Transportador Revendedor Retalhista (TRR), o qual é responsável por atender pequenas empresas consumidoras e também produtores rurais, enquanto os postos de abastecimento atendem diretamente automobilistas e caminhoneiros. Há também grandes consumidores que adquirem o etanol diretamente das distribuidoras⁴⁶.

Vale ainda mencionar, a estratégia adotada pelas pequenas distribuidoras, que priorizam o atendimento aos postos bandeira branca, que não são cobiçados pelas grandes distribuidoras. Estas pequenas distribuidoras não celebram contratos com as usinas, comprando o etanol apenas no mercado *spot*⁴⁷.

No que diz respeito às exportações, tem-se que as mesmas são concretizadas, em sua maioria, pelos já mencionados grupos de comercialização, por usinas independentes, e pelas *trading companies*, que adquirem o etanol para revendê-lo futuramente⁴⁸.

Sobre os instrumentos contratuais, deve-se mencionar a existência de cláusulas suspensivas em virtude de alterações drásticas no mercado. Assim, apenas a quantidade de álcool, as datas de retirada e os descontos são cláusulas permanentes nestes acordos.

Quanto às características de qualidade do produto comercializado e do serviço prestado, há que se comentar as ações empenhadas pelos postos de abastecimento para fidelizar seus

⁴⁶ F. C. SCAFF – F. TRENTINI – M. S. M. SAES, *Sustentabilidade: o desafio dos biocombustíveis* cit. (nota 40.II supra), p. 40.

⁴⁷ F. C. SCAFF – F. TRENTINI – M. S. M. SAES, *Sustentabilidade: o desafio dos biocombustíveis* cit. (nota 40.II supra), p. 93.

⁴⁸ F. C. SCAFF – F. TRENTINI – M. S. M. SAES, *Sustentabilidade: o desafio dos biocombustíveis* cit. (nota 40.II supra), p. 45.

clientes por meio de investimentos em suas lojas de conveniência, bem como a constante busca por uma certificação dos produtos.

As distribuidoras também buscam negociar o etanol com usinas que adotem práticas socioambientais condizentes com seus princípios e valores, como nos casos sob análise, em que as compradoras impõem inúmeras cláusulas com obrigações nesse sentido.

2.4. Consumidor final

A comercialização do etanol nos postos de abastecimento se dá por meio informal, tendo as vendas aumentado expressivamente após o lançamento dos carros bicom bustíveis. O que se nota, é que a escolha do consumidor se dá com base na avaliação comparativa do preço da gasolina e do álcool combustível.

Entretanto, não basta que o etanol tenha o preço declarado abaixo do preço da gasolina. A eficiência energética do álcool é menor quando comparada à da gasolina, motivo pelo qual é necessário que a comparação de preços envolva no cálculo o desempenho do motor do veículo.

O alto custo de logística faz com que o etanol perca competitividade em muitos Estados brasileiros, situados em locais distantes aos grandes centros de distribuição. Em busca da redução desta desvantagem, pesquisas têm sido desenvolvidas a fim de aprimorar a eficiência dos motores para que funcionem melhor com o álcool, devendo-se mencionar também a luta do setor junto ao Poder Público para conseguir incentivos fiscais ao fabricante e ao usuário dos carros *flex*⁴⁹.

⁴⁹ E. L. SOUSA – I. C. MACEDO (Coords. e orgs.), *Etanol e bioeletricidade: A cana-de-açúcar no futuro da matriz energética*, São Paulo, Gráficos Burti, out. 2009, p. 32-35.

Não obstante, quando se trata da escolha de compra do etanol por parte dos consumidores, além das considerações a respeito do preço e eficiência alcançada pelos motores com o uso deste biocombustível, duas questões cruciais devem ser destacadas: a informação e a conscientização da sociedade a respeito do produto que estão consumindo.

No que tange à conscientização quanto aos benefícios ambientais constantes na opção por um combustível limpo, o que se pode facilmente constatar é que, nos países onde a população possui renda insuficiente ao suprimento de necessidades básicas, o preço falará mais alto do que qualquer apelo sustentável. Uma possível solução seria insistir na constante busca por redução de custos e incentivos aos agentes do setor.

Pelas mesmas razões, a busca pela certificação do etanol em nível nacional, tanto com relação às características do produto, quanto à observância de adoção de práticas sustentáveis por parte dos agentes da cadeia, não se mostrará opção viável e atrativa.

Todavia, para a exportação do etanol, a certificação se faz imprescindível na maioria das negociações, tendo em vista a existência de barreiras não tarifárias. Com relação ao etanol, divulgação de matérias a respeito de trabalho escravo e infantil em lavouras brasileiras, e especulações sobre desmatamento da Amazônia para produção de cana, são capazes de fechar as portas do comércio exterior para esse biocombustível.

Grande parte das usinas brasileiras que tem a exportação como destino de sua produção, está adotando os critérios estabelecidos pela BONSUCRO^{MT} (*Better Sugar Cane Initiative*).⁵⁰ Contudo, é importante ressaltar que não há um consenso quanto a estes critérios de sustentabilidade⁵¹.

⁵⁰ BONSUCRO. *Better Sugar Cane Initiative Production Standard - December 2010*. Disponível em: <<http://www.bonsucro.com/standard/index.html>>. [01-01-11]

⁵¹ Na União Européia, a diretiva 2009/28/EC estipula critérios a serem observados por todos os estados-membros na comercialização de biocombustíveis e outros tipos de fontes de energia. UNIÃO EUROPÉIA. Diretiva 2009/28/EC. Disponível em: <http://europa.eu/legislation_summaries/energy/renewable_energy/en0009_en.htm>. [03-01-11]

III. A sustentabilidade

As transformações acarretadas pelo desenvolvimento econômico aumentam a complexidade das relações e propulsionam drásticas mudanças nos fatores ambientais, além de uma constante violação de fatores sociais e, cada vez mais, o abuso de poder econômico por parte dos agentes de mercado.

Principalmente no que tange ao aspecto ambiental, notou-se uma mobilização mundial, em todos os segmentos da sociedade. A Conferência das Nações Unidas realizada em Estocolmo no ano de 1972 foi ponto crucial desta transformação⁵².

Posteriormente, com a criação da Comissão Mundial sobre o Meio ambiente e Desenvolvimento, em 1983, inúmeras conferências e encontros resultaram em significativos trabalhos voltados à busca de um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e o bem estar social das presentes e futuras gerações, para o qual o meio ambiente preservado concorre primordialmente⁵³.

1. PERSPECTIVA HISTÓRICA

Muito se tem ouvido, no decorrer das últimas décadas, a respeito da adoção de práticas sustentáveis, dos três pilares da sustentabilidade, dentre outros termos. Em decorrência disso, o que se pode notar é uma “vulgarização” de termos e expressões.

⁵² P. F. I. LEMOS, *Direito ambiental: responsabilidade civil e proteção ao meio ambiente*, 3ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2010, p. 69-71.

⁵³ Dentre tais documentos se destacam o Relatório Brundtland, por meio do documento “Nosso futuro comum”; o Protocolo de Montreal (1987); a Resolução 44/228 e a Agenda 21, contendo conclusões da ECO 92 (1992); Protocolo de Quioto (em vigor desde 2005); dentre outras conclusões de encontros como a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (realizada em Joanesburgo no ano de 2002) e as Conferências sobre o clima (como a COP 15, ocorrida na Dinamarca em 2009). R. VECCHIA, *O meio ambiente e as energias renováveis: instrumentos de liderança visionária para a sociedade sustentável*, Barueri, Manole, 2010, p. 60-72.

As distorções de conceitos são naturais mas inadmissíveis quando o que se busca é situar aquele instituto no Universo do Direito, analisar sua correlação com outras figuras do ordenamento e mensurar os efeitos de sua aplicação prática.

A princípio, o termo sustentabilidade traz à tona a questão de preservação dos recursos naturais, que foi acrescida, no âmbito do desenvolvimento sustentável, das preocupações com o social e o econômico a partir do reconhecimento de que o fracasso em qualquer uma destas esferas, pode causar desequilíbrio sem tamanho.

Ainda que não haja um conceito fechado, o que se buscará fazer é conjugar o máximo de iniciativas do Setor Público e Privado, nacional e internacionalmente, a fim de consolidar diretrizes, como os indicadores formulados por Nordhaus e Tobin⁵⁴ e por outros que o sucederam.

Um dos marcos no tema é o Relatório Brundtland, de 1987, resultado das propostas apresentadas pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU. Neste momento, deixou-se de dar ênfase apenas aos aspectos ambientais, sendo levantado ponto crucial: de satisfação das necessidades da sociedade atual, sem que as necessidades das gerações que ainda estão por vir, sejam sacrificadas.

Passou-se então a discutir os problemas sociais existentes, sob novos enfoques e buscando novas causas e possíveis soluções que ultrapassassem a ideia de preservação, impusessem condutas positivas no âmbito da política, da economia, e outras ciências.

No que tange ao emprego de biocombustíveis, em detrimento da utilização de combustíveis fósseis, principalmente no Brasil, a ideia de sustentabilidade abarca muito mais do que o aspecto meramente ambiental.

⁵⁴ VEIGA, José Eli da. Indicadores de sustentabilidade. *Revista Estudos Avançados* 24 (68), USP: 2010, p. 42.

Aqueles que fazem parte do sistema agroindustrial do etanol, e na maioria dos casos cultivam, produzem, distribuem e comercializam o produto final, estão envidando esforços para que o mundo enxergue este combustível como a melhor alternativa quando se pensa em uma matriz energética sustentável.

Diante de todo o exposto, é proposta uma análise da regulamentação da sustentabilidade: das proposições oriundas de interações entre a sociedade civil, as organizações de interesses privados, e as não governamentais; das normas jurídicas nacionais e internacionais; e até mesmo de formulações propostas pelo setor privado, que se mostra grande interessado na promoção de ideais sustentáveis.

2. A SUSTENTABILIDADE DE ACORDO COM O RELATÓRIO DA COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DA ONU

A conceituação da sustentabilidade a partir das dimensões social, ambiental e econômica se deu, pela primeira vez, nas disposições do chamado Relatório Brundtland, a seguir transcritas:

“i. Sustentabilidade ambiental ou ecológica, à adoção de medidas que evitem danos ao ambiente causados pelos processos de desenvolvimento, tais como, substituição do consumo de combustíveis fósseis por renováveis, redução das emissões de poluentes, preservação da biodiversidade entre outros;

ii. Sustentabilidade econômica, à necessidade de manter os investimentos públicos e privados – preocupação dominante nos planos de desenvolvimento tradicionais – e à gestão eficiente dos recursos produtivos. Coloca-se que os benefícios do crescimento econômico

possibilitem fortalecer as fontes endógenas de poupança e de investimento; e

iii. Sustentabilidade Social, ao fato de que o desenvolvimento deve ser considerado na sua função multidimensional, abrangendo todo aspecto de necessidades materiais e não materiais. Além disso, o sistema deve funcionar de forma a reduzir significativamente as desigualdades sociais e a alinhar os modelos de desenvolvimento às especificidades de cada sociedade.”

No presente estudo, a análise principal se dará com relação aos aspectos ambiental e social principalmente, uma vez que estão presentes em todos os instrumentos analisados, bem como por gerarem maior repercussão do tema junto à sociedade.

3. A SUSTENTABILIDADE PARA O DIREITO

3.1 A sustentabilidade no ordenamento jurídico pátrio

3.1.1 Conceito sustentável nas Constituições

O Estado brasileiro, na Constituição Federal vigente, reconhece a necessidade de realização do desenvolvimento sustentável em sua perspectiva tridimensional e propõe sua concretização a partir da harmonização e efetivação de direitos individuais, sociais e ambientais.

O artigo primeiro e seus incisos determinam o caráter social do Estado Democrático de Direito, que tem como fundamento, dentre outros, a cidadania (II), a dignidade humana

(III) e os valores do trabalho (IV). Nesse contexto, nos termos do artigo terceiro, a busca de uma sociedade justa e solidária, o desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades sociais são alguns dos objetivos do Estado brasileiro.

Já os requisitos do desenvolvimento sustentável estão previstos no artigo 170 o qual determina que as atividades econômicas devem ser exercidas em harmonia com os aspectos sociais e de conservação ao meio ambiente.

O artigo 186, ao especificar os requisitos da função social da propriedade e ao legitimar a tutela do direito de propriedade, exige expressamente a integração simultânea das dimensões do desenvolvimento sustentável.

Outro dispositivo constitucional que consagra o desenvolvimento sustentável como princípio de direito é o artigo 225, que proclama o dever de proteger o meio ambiente equilibrado para as futuras gerações.

Embora a Constituição Federal não mencione a expressão “desenvolvimento sustentável”, ela reconhece e consagra sua existência. A Constituição, que tem como escopo último o bem-estar de todos, incumbe ao Estado e à sociedade a responsabilidade pela efetivação do desse princípio.

O que se pode notar é que os países que não conseguem implementar políticas de desenvolvimento sustentável, ou mesmo disseminar os ideais atrelados a esses princípios junto ao seu povo, são menos desenvolvidos e, caso não haja apoio dos demais países e a adoção de medidas conjuntas e a nível mundial, ficará cada vez mais difícil que consigam atingir essas metas.

3.1.2 Direito ambiental e a sustentabilidade

A preservação do meio ambiente está definida no artigo 9º, parágrafo 3 da lei nº 8.629/93. Segundo o dispositivo, considera-se preservação do meio ambiente a manutenção das características próprias do meio natural e da qualidade dos recursos naturais ambientais, na medida adequada à manutenção do equilíbrio ecológico da propriedade e da saúde e qualidade de vida das comunidades vizinhas.

A lei institui também que áreas não são passíveis de aproveitamento por deverem ser destinadas à preservação permanente, necessária à preservação dos recursos naturais em virtude de sua localização ou outras características peculiares.

Edis Milaré⁵⁵ propõe que se pense em uma estratégia mundial para que se alcance uma sociedade sustentável. Os princípios propostos pelo autor são os seguintes: a) Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos; b) Melhorar a qualidade da vida humana; c) Conservar a vitalidade e a diversidade do planeta Terra; d) Minimizar o esgotamento de recursos não renováveis; e) Permanecer nos limites da capacidade de suporte do planeta Terra; f) Modificar atitudes e prática pessoais; g) Permitir que as comunidades cuidem de seu próprio meio ambiente; h) Gerar uma estrutura nacional para a integração de desenvolvimento e conservação e, por fim; i) Constituir uma aliança global entre todos os países.

Sendo assim, aliadas às normas e tratados internacionais, as leis brasileiras garantem uma proteção abrangente dos recursos naturais e sua aplicação mostra-se rigorosa pelos Poderes Judiciário e Executivo que visam a assegurar que as normas serão cumpridas exatamente como estabelecidas pelo legislador.

⁵⁵ MILARÉ, Edis. *Direito do ambiente*: doutrina, jurisprudência, glossário. 5 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 72-77.

3.1.3 A sustentabilidade no Direito Civil

Durante o último século, o Direito Privado revestiu-se de um espírito de “socialização” em seus princípios e institutos, diante da constatação da necessidade de se estabelecer certos limites às relações privadas e aos direitos providos de um caráter despótico.

A ideia de sustentabilidade ora apresentada guarda relação próxima com a eticidade e a socialidade, duas das diretrizes que nortearam a elaboração do Novo Código Civil Brasileiro⁵⁶.

Contudo, é válido ressaltar que, apesar do caráter iminentemente individualista do Código Civil Brasileiro de 1916, princípios que emanam justiça social, como a função social da propriedade e a boa-fé, já se faziam presentes em nosso ordenamento.

A aplicação desses princípios de direito civil também se aplicam aos contratos agrários, por força do que dispõe o Decreto 59.566/66, em seu artigo 88, servindo também como norte aos contratos de comercialização, apesar de não se tratarem de contratos típicos.

4. A DISCIPLINA DAS QUESTÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS NOS CONTRATOS AGRÁRIOS

4.1. Estatuto da terra e leis correlatas

A terra onde são desenvolvidas as atividades agrárias é desgastada pelo desenvolvimento dessas atividades, reguladas pelos contrários agrários. O esgotamento dos recursos

⁵⁶ M. REALE, *História do novo Código Civil*, in *Biblioteca de Direito Civil, Estudos em Homenagem ao Professor Miguel Reale*. M. REALE – J. M. COSTA (Coords.), São Paulo, Revista dos Tribunais, 2005.

empregados na produção agrícola pode dar lucro imediato, mas, aos poucos, elimina sua produtividade⁵⁷.

Por esta razão é importante que esses recursos sejam utilizados de maneira consciente e sustentável para assegurar não só o bom desempenho das empresas agrárias, mas também a boa condição de vida das futuras gerações.⁵⁸

Assim como a inserção de cláusulas de caráter social e ambiental pode ser notada nos contratos voltados à negociação de etanol, o mesmo ocorre com os demais contratos desta cadeia, como nos instrumentos de arrendamento e parceria.

A inclusão de obrigações referentes à preservação dos recursos naturais, da sadia condição de trabalho no campo, e proteção econômica dos agentes vulneráveis é imposta pelo Estatuto da Terra.

O artigo 103 do Estatuto da Terra determina que a aplicação daquela lei terá como objetivo “a perfeita ordenação do sistema agrário do país, de acordo com os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano.”

Já a lei 4.947/66, no capítulo que disciplina os contratos agrários prevê que estes serão regulados pelos princípios gerais do Direito Comum, no que concerne ao acordo de vontade das partes e ao objeto do contrato, observados alguns preceitos ali estabelecidos.⁵⁹

⁵⁷ Segundo A. GERMANÒ, “l’Ordinamento giuridico attribuisce alla terra, a *tutta* la terra oggetto di attività agricola, non solo un ruolo produttivo, ma anche una funzione conservativa e tutelatrice dell’ambiente. [...] La conseguenza è che in sostanza l’Ordinamento riconosce alla terra funzioni che obbligano *ob rem* il titolare del diritto della utilizzazione di essa. Dunque, se per produrre è necessario conservare (supra, par. 5), produrre è anche conservare. Una razionale coltura della terra e del bosco, infatti, equivale a salvaguarda dell’ecosistema e, in quanto tale, è premessa indispensabile alla tutela della salute.” *Manuale di diritto agrario*, 2ª ed, Torino: Giappichelli, 1997, pp. 148-149.

⁵⁸ “A conservação dos recursos naturais é, inquestionavelmente, tema da maior importância para a sociedade como um todo e apresenta particular relevância para aquele que exerce atividade agrária, seja ela de natureza agrícola, pecuária, extrativa, ou, ainda, mista. Os meios para a cultura, terra ou água, com efeito, dependem de cuidado constante para que possam ser utilizados de modo racional e sustentável, pois tanto sua degradação como seu total esgotamento, ou tem caráter definitivo, ou demoram muito para serem revertidos”. R. GRASSI, *Segurança alimentar: da produção agrária à proteção ao consumidor*, Tese (Livro-docência) Faculdade de Direito Civil da USP, São Paulo, 2012, p. 176.

Por fim, o artigo 2º do Decreto nº59.556/66, dispõe que as normas ali previstas são de obrigatória aplicação aos contratos agrários celebrados em todo o território nacional e irrenunciáveis os direitos e vantagens nelas instituídos (art.13, inciso IV da Lei nº 4.947-66) e, de acordo com o parágrafo único desse mesmo artigo, toda e qualquer estipulação contratual que contrarie aquelas normas, será nula de pleno direito e de nenhum efeito.

4.2. Novas formas de organização dos agentes agrários: que papel a sustentabilidade assume nesses contratos

Em que pese não estarem previstos no Estatuto da terra e demais instrumentos normativos de nosso ordenamento, todos os princípios, tanto de direito Agrário como de Direito Civil são aplicáveis às novas figuras contratuais já tratadas.

A medida que vão surgindo novas figuras e se estabelecendo novas relações, os valores intrínsecos ao conceito de sustentabilidade devem ser incorporados, sendo feitas as adaptações necessárias e dentro do contexto de cada época.

⁵⁹ Art. 13 - Os contratos agrários regulam-se pelos princípios gerais que regem os contratos de Direito comum, no que concerne ao acordo de vontade e ao objeto, observados os seguintes preceitos de Direito Agrário: I - artigos 92, 93 e 94 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, quanto ao uso ou posse temporária da terra; II - artigos 95 e 96 da mesma Lei, no tocante ao arrendamento rural e à parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa; III - obrigatoriedade de cláusulas irrevogáveis, estabelecidas pelo IBRA, que visem à conservação de recursos naturais; IV - proibição de renúncia, por parte do arrendatário ou do parceiro não-proprietário, de direitos ou vantagens estabelecidas em leis ou regulamentos; V - proteção social e econômica aos arrendatários cultivadores diretos e pessoais. § 1º - O disposto neste artigo aplicar-se-á a todos os contratos pertinentes ao Direito Agrário e informará a regulamentação do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. § 2º - Os órgãos oficiais de assistência técnica e creditícia darão prioridade aos contratos agrários que obedecerem ao disposto neste artigo.

4.3 A sustentabilidade nos contratos do sistema agroindustrial do etanol⁶⁰

Como já observado, a demanda mundial de etanol fez inserir em toda a cadeia a ideia de sustentabilidade, sendo a presença desta exigida principalmente no que diz respeito a seus aspectos ambiental e social. Significa dizer que, quando da comercialização do álcool combustível (por diversas formas), as condutas de todos os agentes da cadeia são levadas em consideração, sob pena de não concretização da negociação futura.

Por se tratar de uma commodity, os atributos do etanol são bem definidos⁶¹, sendo a tecnologia de produção deste bem, bastante difundida entre os agentes. De qualquer forma são incluídas cláusulas nos contratos dispondo sobre as características básicas do produto negociado.

Com maior razão, devem os agentes incluir nos instrumentos de negociação cláusulas que estabelecem condutas, positivas e negativas, relacionadas às práticas de cultivo e processamento do etanol, principalmente enquanto não são definidos indicadores ou critérios sólidos de sustentabilidade.

Independentemente do que motiva a inserção das citadas cláusulas de sustentabilidade nos instrumentos contratuais, se o receio de não concretização das vendas ou a influência da conscientização mundial, fato é que há normas nacionais e internacionais disciplinando a matéria.

⁶⁰ “La tutela degli agroecosistemi, tesa ad evitare gli effetti collaterali dannosi della produzione, e la sostenibilità della loro evoluzione diventano parte integrante dello “sviluppo rurale sostenibile” che a tal punto costituisce aspetto particolare e fondante della concezione, omnicomprensiva, dello sviluppo sostenibile in generale. È questa, la consapevolezza dell’importanza del ruolo che l’agricoltura ha avuto, sia in positivo che in negativo, sulla trasformazione del paesaggio e dell’ambiente, e della necessità di integrare la politica ambientale con quella economico-agricola.” P. MAGNO – G. GIOVE, *Profili del nuovo diritto agrario e dell’ambiente*, Milano, Giuffrè, 2006, pp. 393-394.

⁶¹ A especificação técnica do etanol é continuamente aperfeiçoada e formalizada em regulamentações da ANP.

Estipuladas cláusulas de proteção social, econômica ou ambiental por agentes que desempenham atividades no início do Sistema agroindustrial, ou por aqueles atuantes na distribuição e comercialização, sua análise e interpretação deve ser feita sob a perspectiva de que o interesse de toda a coletividade está sendo pactuado naquela oportunidade.

Sendo assim, mostra-se necessária a busca pelo alcance das dimensões do conceito de sustentabilidade ou, na ausência de um conceito fechado, de seus indicadores, a fim de que seja possível situa-lo no mundo jurídico para uma melhor aplicação no que tange a todos os contratos agrários, não só aqueles que regulam negociações envolvendo etanol.

4.3.1 Dimensão ambiental⁶²

Um dos principais aspectos envolvendo o sistema agroindustrial do etanol, no que tange à questão ambiental, é o problema da queimada da cana-de-açúcar. A legislação pátria ambiental, desde o final da década de 1990, sofreu alterações e passou a proibir essa atividade, de acordo com cronograma progressivo.

Levando em consideração o modo de produção da cana-de-açúcar, pode-se concluir que essas mudanças impactaram especialmente as operações de corte carregamento e transporte feitas pelos produtores rurais pois, as operações de colheita manual da cana-de-açúcar serão consideradas ilegais e também violam aspectos sociais, tendo em vista a péssima condição dos trabalhadores desse meio.

⁶² “Atividades que envolvem combustíveis são consideradas potencialmente poluidoras desde a sua pesquisa, exploração, refino, distribuição, até sua revenda varejista. Destarte, devem ser desenvolvidas em conformidade com as normas ambientais e regulatórias aplicáveis, incluindo as normas sobre licenciamento ambiental; geração, tratamento e destinação adequada de resíduos; liberação de emissões atmosféricas; geração, tratamento e descarte de efluentes; entre outras.” A. L.L. E. Grizzi, *Direito Ambiental aplicado aos contratos*, São Paulo, Editora Verbo Jurídico, 2008, p. 120.

Ao ter que mecanizar a colheita é necessário que o produtor substitua o corte carregamento e transporte e mude toda a infraestrutura de seu estabelecimento agrário. Além do alto custo das máquinas a cana, quando colhida de forma mecânica é picada e deixa de ser “enleirada” e carregada por guinchos, exigindo o carregamento por máquinas específicas para esse fim.

Sendo assim, os empresários do setor terão que se adaptar para enquadrar o desenvolvimento de suas atividades aos conceitos de sustentabilidade disseminados em toda a sociedade e principalmente nas normas que regulam suas atividades.

Contudo, tais restrições podem limitar a atuação de pequenos e médios produtores de cana-de-açúcar, sobretudo os de menor escala. Esse fator certamente gerará um aumento da integração vertical, por meio da celebração de contratos agroindustriais.

Sendo assim, ao mesmo tempo que a mecanização da colheita colabora para a implementação da sustentabilidade da cadeia, pode gerar ineficiência e resultados negativos no que tange ao aspecto econômico.

4.3.2. Dimensão social

Além dos malefícios ambientais, a queimada da palha da cana-de-açúcar está diretamente relacionada aos aspectos sociais do SAG da cana e, conseqüentemente, do etanol. As queimadas e o trabalho rural desempenhado por meio de muito esforço são práticas agrícolas quase sempre indissociáveis e reciprocamente prejudiciais.

Em virtude desses fatos, a sustentabilidade ambiental da produção da cana-de-açúcar e, por conseguinte, do etanol carburante, está diretamente associada ao abandono das queimadas como método despalhador.

No Estado de São Paulo foi firmado um Protocolo de Cooperação entre o Governo do Estado de São Paulo e a UNICA (União das Agroindústrias canavieiras do Estado de São

Paulo), no dia 4 de Junho de 2007 que, em linhas gerais, estabeleceu obrigações para atingir objetivos sustentáveis⁶³.

Todas as obrigações previstas nesse protocolo já estavam previstas, de alguma forma, na legislação em vigor. Nesse sentido se dão as disposições do Código Florestal, especialmente o artigo 2º que trata da proteção permanente das matas ciliares, das nascentes e dos cursos d'água, e o artigo 6º § 2º da lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que trata sobre o tratamento e o descarte das embalagens de agrotóxicos, dentre outras.

Esses protocolos são importantes pois consolidam os avanços legislativos já-existentes, e colocam ainda mais em evidência os padrões de sustentabilidade da produção da indústria brasileira sucro-energética visando, talvez, a certificação dos produtos da cadeia.

Assim, pode-se concluir que o objetivo real dos agentes, relaciona-se muito mais à consolidação das condições de acesso a mercados do que à adoção de melhores índices de sustentabilidade. Esses já tinham sido exigidos e cobertos por outras políticas públicas, direcionadas à agricultura em geral e ao setor em especial.

⁶³ 1. Por parte dos produtores: a) antecipação do prazo para eliminação da queimada da palha da cana-de-açúcar; b) dispensa, imediata, da queimada da palha da cana-de-açúcar em áreas de expansão de canaviais; c) adoção de práticas de prevenção da queima a céu aberto de subprodutos da indústria canavieira, como o bagaço; d) adoção de medidas de conservação das matas ciliares e nascentes de cursos d'água; e) adoção de boas práticas agrícolas, para evitar erosões, especialmente em áreas de carregadores e estradas; f) implantação de tecnologias de otimização do aproveitamento e reuso da água nos processos industriais; g) adoção de práticas adequadas no descarte de embalagens vazias de agrotóxicos; h) adoção de práticas e tecnologias para minimizar a poluição atmosférica decorrente dos processos industriais. 2. Por parte do Governo Estadual Paulista: a) fomento à pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias para o aproveitamento energético e econômico da palha da cana-de-açúcar; b) apoio à instalação de canais logísticos adequados à exportação dos produtos canavieiros; c) concessão de certificado de conformidade agroambiental aos produtores que cumprirem com as obrigações prescritas no protocolo; d) estimular a mecanização e o abandono da queimada da palha pelos pequenos produtores (com área plantada menor do que cento e cinquenta hectares).

Outro fator cuja discussão mostra-se essencial quando abordado o aspecto social da sustentabilidade, no que tange ao SAG do etanol é o trabalho escravo muitas vezes empregados nas colheitas da cana.

Sobre esse assunto, merecem destaque dois marcos legislativos: a aprovação da Lei no 10.803/03⁶⁴, que alterou o art. 149 do Código Penal, ampliando e explicitando o conceito de trabalho escravo; e a edição, pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, da Portaria nº 86, de 03 de março de 2005, que aprovou a norma regulamentadora nº 31⁶⁵, com o objetivo de “estabelecer os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho”.

Embora se tratem de normas gerais, aplicáveis a diversos setores da economia, essas mudanças tem especial alcance na cadeia da cana e no incremento de suas condições de sustentabilidade.

⁶⁴ A partir da lei no 10.803/03, a tipicidade do crime de escravidão passou a ser descrita da seguinte forma:

“Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.”

⁶⁵ Com ainda maior impacto, mas trazendo clareza às relações de trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar, foram editadas as normas trazidas pela NR 31, que dispuseram, de maneira pormenorizada, as obrigações e os procedimentos necessários ao empregador rural relacionados com a segurança e o bem estar dos trabalhadores. Assim, ficaram mais rigorosas, porém mais claras, as exigências feitas ao empregador rural.

IV. Estudo de casos

1. METODOLOGIA

Foram utilizados no presente estudo os métodos dialético e indutivo⁶⁶, por meio da análise da doutrina constante na bibliografia, bem como da análise de casos concretos para tentar concatenar as duas fontes e tornar possível a formulação de proposições mais tangíveis aos aplicadores do Direito.

Quanto ao seu objetivo, o estudo mostra-se exploratório uma vez que, além da pesquisa eminentemente bibliográfica, envolvendo análise legislativa, jurisprudencial e doutrinária, foi feito um estudo de casos por meio da análise de instrumentos contratuais de comercialização de etanol celebrados entre usinas e diversos compradores, a fim de avaliar a aplicação prática da sustentabilidade como obrigação contratual nos citados instrumentos.

O estudo dos contratos de comercialização de etanol e da sustentabilidade sob a ótica do Direito Agrário, aliado à análise pormenorizada de diversas cláusulas relacionadas ao tema do trabalho, possibilitaram a elucidação de algumas questões que surgiram no mundo jurídico com a eclosão do conceito de sustentabilidade⁶⁷.

2. OBJETO DE ANÁLISE: CLÁUSULAS DE CONTRATOS DE COMERCIALIZAÇÃO CELEBRADOS ENTRE USINAS E DISTRIBUIDORAS/EXPORTADORAS DE ETANOL⁶⁸

⁶⁶ E.C.S. MARCHI, *Guia de Metodologia Jurídica*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 2009, pp.86-87.

⁶⁷ De acordo com Robert YIN, um dos estudiosos sobre o estudo de casos, neste método “[...]faz-se uma questão do tipo ”como” e ”porque” sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre o qual o pesquisador em pouco ou nenhum controle”. R. YIN, *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 3ª. Ed, Porto Alegre, Bookman, 2005.

⁶⁸ Optou-se pelo sigilo quanto à identidade das partes uma vez que tais informações em nada alterariam a análise a ser desenvolvida.

A fim de desenvolver o estudo de casos proposto, foram selecionados três contratos de comercialização celebrados entre usinas⁶⁹ e distribuidoras/exportadoras do etanol, nos quais são pactuadas cláusulas prevendo preço, prazo e demais aspectos habituais a qualquer tipo de negociação, bem como as chamadas “cláusulas de sustentabilidade”.

Inicialmente, mostra-se necessário frisar que estes instrumentos, de acordo com a fundamentação apresentada em capítulo anterior, sendo considerados contratos agrários, dispõem de conteúdo negocial e, por esta razão, não se tratam de meros “acordos” não vinculativos por ausência de tipificação.

R. GRASSI NETO, ao escrever sobre os contratos agroindustriais e de *agribusiness*, menciona a celebração do que chama de “acordos agroindustriais”, os quais preveem condições a serem observadas pelo produtor para que seu produto seja vendido por determinada empresa⁷⁰.

O conteúdo do instrumento apresentado pelo autor se aproxima ao conteúdo do que aqui se apresenta, uma vez que as cláusulas abaixo estudadas representam a compilação de inúmeras condições de cunho social e ambiental, que assegurem ao comprador estar o etanol de acordo com diretrizes sustentáveis.

Em texto recente, ao falar sobre as obrigações das partes nos contratos agroindustriais, R. GRASSI NETO refere-se às cláusulas ora sob análise como “cláusulas especiais” que podem

⁶⁹ Os contratos foram inseridos em anexos do trabalho por sugestão quando do exame de qualificação e a fim de possibilitar uma melhor análise por parte dos leitores. Como já mencionado, foram escolhidos instrumentos celebrados por usinas que integram a atividade de produção e processamento dos produtos.

⁷⁰ Nas palavras do autor: “Atualmente está em plena expansão, por exemplo, a adoção de “acordos agroindustriais”- de natureza não-obrigatória para as partes que o firmam- e que simplesmente estabelecem de modo prévio os requisitos mínimos a serem preenchidos pelos produtos de determinado cultivador ou criador, ou para que sejam adquiridos por uma determinada empresa, ou que para que [*sic*] recebam desta última um selo dito de “qualidade de origem”. R. GRASSI NETO, *Contratos agrários*, cit. (nota 5.II supra), p. 177. Nas páginas subsequentes, o autor transcreve trechos das cláusulas, que muito se assemelham àquelas objeto de análise do presente estudo.

prever a exigência de não utilização de mão-de-obra infantil e a manutenção e preservação de áreas de preservação florestal, dentre outros exemplos citado pelo autor⁷¹.

O primeiro dos instrumentos analisados prevê a compra e venda de álcool hidratado, celebrado entre empresa produtora de etanol e uma companhia comercial exportadora, onde constam cláusulas e condições sustentáveis, além de haver previsão de observância dos princípios empresariais do grupo do qual a compradora faz parte⁷².

No anexo do referido instrumento, que traz a relação dos princípios da empresa, há várias previsões de cunho ambiental, social e de práticas pautadas na ética, com as quais a usina vendedora concorda no ato de assinatura do contrato.

Outro contrato estudado é, da mesma forma, instrumento padrão, de simples adesão por parte da usina produtora e vendedora de álcool etílico combustível, com cláusulas e condições estipuladas pela distribuidora que atua no segmento de comercialização e distribuição de etanol. Neste contrato não se nota a preocupação com estipulações de cunho ambiental, social e econômico como nos demais, em que pese estar inserido no contexto de outras negociações⁷³.

O terceiro e último instrumento analisado é um “Termo regulador das condições gerais para compra de álcoois etílicos combustíveis na modalidade spot”, celebrado em Dezembro de 2005. Trata-se de um contrato padrão, que é utilizado pela distribuidora para compras de álcoois etílicos combustíveis de empresas autorizadas pelos órgãos competentes a produzir e comercializar este tipo de mercadoria⁷⁴.

⁷¹ R. GRASSI NETO, Contratos Agroindustriais e a Regulamentação Legal da Produção de Biocombustíveis, p. 95-96, in F.C. SCAFF – F. TRENTINI – M. S. M. SAES (Orgs.), *Ensaio sobre os biocombustíveis*, v. 2, São Paulo, Annablume, 2010.

⁷² Anexo A.

⁷³ Anexo B.

⁷⁴ Anexo C.

2.1. Natureza das cláusulas

Uma das principais questões traçadas para o presente estudo diz respeito à natureza das cláusulas que estipulam obrigações de cunho social, ambiental e econômico, constantes nos instrumentos contratuais de comercialização de etanol.

Trata-se de cláusulas inseridas em contratos firmados por duas ou mais partes, porém, cujo conteúdo é primordialmente voltado ao ganho direto de uma coletividade de pessoas, alheias àquele negócio.

Com o fenômeno da socialização do Direito é certo que todos os negócios celebrados, ainda que regulem interesses essencialmente privados, são interpretados em um contexto maior, de forma que não se admite falar em direitos individuais ilimitados assegurados por força de uma avença.

Da mesma forma, os contratos por adesão - frutos da massificação das relações após a Revolução industrial do Século XIX – que, por consistirem em um conjunto de cláusulas impostas àqueles que não tem alternativa a não ser aderir aos termos do contrato padronizado, são interpretados de forma sempre mais favorável à parte “débil” da relação⁷⁵.

Contudo, é possível notar nos contratos que trazem em seus textos cláusulas que abordam as três vertentes da sustentabilidade, que as disposições já foram formuladas visando a atender um interesse maior.

Atender aos anseios dos consumidores, destinatários finais do etanol obtido por meio do plantio, do processamento e da comercialização da cana-de-açúcar é certamente um

⁷⁵ E. ROPPO, *O contrato*, Coimbra, Almedina, 2009, p. 312.

importante mecanismo concorrencial⁷⁶ e fator capaz de determinar a própria sobrevivência daquele agente no mercado.

A seguir, será estudado como os principais aspectos que norteiam o conceito de sustentabilidade foram incorporados aos instrumentos selecionados para análise. Como já abordado, as cláusulas tutelam interesses de terceiros, que não são partes nos contratos, mas podem sofrer os efeitos diretos pelo descumprimento daquelas disposições.

2.2. As “cláusulas sociais”

Dentre as cláusulas sociais encontradas nos contratos de comercialização de etanol, encontram-se disposições a respeito do trabalho infantil, mão-de-obra escrava e prevenção de acidentes que se espera não sejam sofridos pelos trabalhadores.

Tais previsões são inseridas em meio às condições gerais dos contratos, ou até mesmo em capítulos próprios que tratam das responsabilidades dos contratantes, garantias e demais obrigações relativas à integridade física e moral dos trabalhadores.

Além das usinas prestarem o compromisso de não infringir as leis, e de não praticar as condutas previstas nas cláusulas em questão, ficam obrigadas a permitir avaliações periódicas em suas instalações e a tomar medidas de fato, para banir situações prejudiciais e aprimorar o ambiente de trabalho.

Como no caso recente e notório ocorrido com a empresa Zara⁷⁷, tal qual a violação de regras protetivas ao meio ambiente, as condutas prejudiciais ao bem-estar do ser humano

⁷⁶ Ressalte-se que o consumidor é beneficiário direto da proteção à concorrência leal. Nesse sentido C. S. FILHO, *Direito Concorrencial – as estruturas*, São Paulo, Malheiros, 1998, p.65. Assim, pode-se afirmar que a implementação dos ideais de sustentabilidade dos contratos representam duplo aspecto de proteção aos interesses dos consumidores.

⁷⁷ A esse respeito, ver nota 1.I.

causam repulsa à sociedade que, inevitavelmente, é composta pelos destinatários diretos do etanol.

Independente de uma análise mais aprofundada sobre a questão e estudo sobre os efetivos impactos dessas condutas, o que se mostraria interessante, certo é que os agentes que prezam por se manter no mercado não só devem inserir estas cláusulas em seus contratos com fornecedores e demais *players*, como também devem se assegurar quanto ao estrito cumprimento das mesmas.

Ademais, a adoção de condutas como implementação de projetos em benefício de seus empregados, implementação de ações junto a comunidades necessitadas e obras dos mais diversos tipos está sendo objeto de ampla divulgação na mídia.

Essas condutas então se tornam estratégias e, ao invés de evitar a perda de uma fatia de mercado como reação ao descumprimento da lei ou de fator moralmente reprovável, os agentes conseguem atrair e conquistar seu público alvo.

2.3. As chamadas “Cláusulas verdes”

No tocante às cláusulas de conteúdo protetivo ambiental, é válido apontar a busca de uma Distribuidora por formar entendimento comum a respeito do que seja considerado “meio ambiente” no âmbito daquela contratação: “14.1.1 Para fins deste instrumento, a expressão meio ambiente ou aquelas relativas à responsabilidade ambiental abrangem os demais temas regulados pelas normas a ela referentes, tais como saúde pública, ordenamento urbano, patrimônio histórico/cultural e administração ambiental”⁷⁸.

Não obstante, alguns pontos encontrados em mais de um instrumento merecem destaque, tais como: a) a estipulação de exclusão de responsabilidade por danos ambientais; b)

⁷⁸ Anexo C.

obrigatoriedade de observância de todas as leis ambientais; c) garantia de condições operacionais adequadas e seguras para que não sejam causados danos ao meio ambiente; d) garantia de obtenção e manutenção válida de todas as licenças, e) autorizações e estudos exigidos para o pleno desenvolvimento das atividades; f) obrigação de comunicar as autoridades competentes sobre quaisquer danos ambientais; dentre outros.

O que se nota é que, na maioria dos casos, os adquirentes tem como principal preocupação a busca de proteção frente à possível responsabilização por danos ambientais que estejam, de alguma forma, ligados àquele contrato.

As cláusulas, de modo geral, preveem pouca ou nenhuma exigência de conduta positiva e, quando o fazem, não há a efetiva fiscalização da conduta da outra parte, o que acaba por fazer daquela estipulação uma cláusula sem efeito.

Talvez antes da ascendência em âmbito mundial das preocupações com os fatores sustentáveis, fosse mais vantajoso aos contratantes arcar com eventual punição ou responsabilização por descumprimento das poucas cláusulas de caráter protetivo ambiental que deviam ser inseridas nos contratos.

No mercado atual o que se espera que as empresas possam garantir que de fato as leis de preservação ambiental estão sendo cumpridas e, mais do que isso, iniciativas e projetos inovadores estão sendo implementados a fim de reduzir os impactos causados pelas atividades.

Toda e qualquer atividade gera impactos ambientais positivos ou negativos⁷⁹ e, sendo assim, por meio de cláusulas que assegurem o mínimo de proteção nesse sentido, as usinas

⁷⁹ Como assevera A. L. L. E. GRIZZI “toda e qualquer atividade é causadora de impacto ambiental negativo e, consequentemente, de potencial dano ambiental. É exatamente por isso que cada contrato deve possuir cláusulas ambientais específicas ao seu objeto”. *Direito Ambiental aplicado aos contratos* cit. (nota 62.III supra), p. 65.

e distribuidoras conseguem provisionar parte do risco inerente às atividades sujeitas às intempéries da natureza.

2.4. Previsão de rescisão por inadimplemento das cláusulas

Inicialmente, antes mesmo da análise das cláusulas contratuais que preveem a rescisão por inadimplemento contratual, vale ressaltar que o artigo 79 do Decreto 59.566/66⁸⁰ dispõe sobre a competência do então IBRA, hoje INCRA, para controlar e fiscalizar os contratos agrários, especialmente com relação ao descumprimento das cláusulas obrigatórias que asseguram a conservação dos recursos naturais e a proteção social e econômica dos arrendatários e dos parceiros-outorgados⁸¹.

Não obstante, caso haja determinação dos INCRA para que as partes cumpram as cláusulas violadas, e as mesmas não o façam, parágrafo primeiro do citado artigo 79 prevê as seguintes sanções:

“[...]

§ 1º O não atendimento de exigências para o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Regulamento, acarretará:

- a) aos arrendatários ou parceiros-outorgantes, a perda de condições para a classificação de seus imóveis como Empresa Rural;
- b) aos arrendatários ou aos parceiros-outorgados, a cassação do Certificado de Uso Temporário.

§ 2º As sanções previstas no parágrafo anterior perdurarão até que sejam cumpridas ou restabelecidas aquelas condições.”

Feitas essas considerações a respeito das sanções impostas legalmente aos contratantes que descumprirem as cláusulas obrigatórias mencionadas, passar-se-á ao conteúdo negocial dos instrumentos sob análise, que trata sobre rescisão por descumprimento contratual.

⁸⁰ Decreto nº 59.566, de 14 de novembro 1966.

⁸¹ Art.13, incisos III e V da Lei nº 4.947-66.

Tais disposições preveem que os contratos de comercialização poderão ser rescindidos de pleno direito, a critério da parte inocente, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, com a aplicação à parte infratora da penalidade prevista, ocorrendo o inadimplemento de qualquer cláusula ou condição daqueles instrumentos; e caso a VENDEDORA não atenda as garantias de qualidade definidas.

Há ainda previsão de casos em que se admitirá a rescisão mediante aviso e/ou notificação ou, havendo infringência de qualquer cláusula do contrato e, notificada a parte infratora, esta não corrigir a falha dentro de 10 (dez) dias após o recebimento de notificação expressa e específica da parte inocente.

Nos três contratos, a parte que der motivo à rescisão, ou seja, a parte considerada “culpada” fica obrigada a pagar à outra parte as perdas e danos que foram apuradas em virtude do descumprimento de cláusula contratual.

Importante ressaltar, como faz L. C. PENTEADO que, de acordo com o que estabelece o artigo 394 do Código civil Vigente, “a mora no Brasil não é apenas o atraso no pagamento, mas o cumprimento que desatende a um padrão de expectativas”.⁸²

3. CONTEÚDO DE TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS PRESENTES NESTAS CLÁUSULAS

Em que pese servirem para regular os interesses dos contratantes, as cláusulas ora em discussão afetam os direitos de toda a coletividade, como consumidores, como seres humanos que devem viver em um meio ambientalmente adequado, dentre outros.

⁸² L. C. PENTEADO, *Efeitos contratuais perante terceiros*, São Paulo, Quartier Latin, 2007, p.

Entendemos que essas pessoas são terceiros interessados os quais, de acordo com L. C. PENTEADO são aqueles que estão em situação “[...] tal que o suceder de acontecimentos no interior da relação obrigatória pode claramente lhe provocar efeitos prejudiciais [...]”.⁸³

A partir do descumprimento de uma das cláusulas que asseguram esses direitos, qualquer dessas pessoas interessadas e os órgãos que os representam tem legitimidade para buscar a reparação que se faça necessária.

Em que pese haver cláusulas nos contratos que limitam responsabilidade, as mesmas não são passíveis de gerar efeitos perante terceiros, justamente em razão da natureza desses direitos postos em questão⁸⁴.

3.1 Análise crítica de julgados das Cortes internacionais e Tribunais pátrios sobre inadimplemento contratual de cláusulas que tutelam interesses difusos

A idéia inicial em estudar os julgados que envolvem as questões debatidas na presente pesquisa tinha como intenção verificar como as partes contratantes enfrentam o descumprimento de cláusulas que tutelam interesses difusos.

⁸³ O autor defende ainda que “quando se fala de terceiro interessado, fala-se de pessoa não parte, mas afim às vicissitudes da relação jurídica. [...] É o interesse um dos elementos de fato que serve de suporte para a juridicização da relação entre parte e o terceiro”. L. C. PENTEADO, *Efeitos* cit. (nota 81.IV supra), pp. 48-49.

⁸⁴ “São usuais em contratos de fornecimento de combustíveis cláusulas que delimitam o risco dos contratantes quando da transferência do produto e as que impõem limites monetários para indenizações em caso de danos relacionados ao objeto do contrato. No entanto, delimitar o risco dos contratantes quando da transferência do produto sem levar em conta as responsabilidades ambientais estipuladas pela legislação ambiental é um equívoco. Da mesma forma, é um equívoco impor limites monetários para indenizações de danos que guardam relação com o objeto do contrato sem levar em conta a responsabilidade civil ambiental objetiva e solidária. As normas ambientais são normas cogentes, de ordem pública, que não podem ser ab-rogadas pelos contratantes quando da celebração de contratos. Por esse motivo, os contratantes devem estar cientes que referidas cláusulas tem eficácia exclusivamente inter partes: em casos de infração às normas ambientais não são eficazes perante terceiros.” *Direito Ambiental aplicado aos contratos* cit. (nota 61.III supra), p. 121

Assim como as demais cláusulas contratuais, se não observada, a cláusula de cunho social ou ambiental gera a possibilidade de rescisão contratual⁸⁵ além da possibilidade de execução daquela obrigação não cumprida.

Ocorre que não foram encontrados julgados nesse sentido. Afora decisões proferidas em inúmeras ações civis públicas e demais medidas judiciais próprias de cada ordenamento, não foi identificado sequer um caso de litigância entre as partes contratantes envolvendo o descumprimento das cláusulas chamadas sustentáveis.

O que se esperava era poder discutir, por meio da análise da jurisprudência: eventuais discussões a respeito da legitimidade do particular em pleitear reparação por inadimplemento de cláusulas cujos efeitos são difusos; a causa de pedir de tais ações; bem como os limites dos pedidos em razão da natureza das cláusulas.

Por meio da análise proposta, caso fossem identificadas ações ajuizadas pelos contratantes, seria possível concluir que, de fato, a motivação dos agentes para a inserção das cláusulas sustentáveis poderia ser a mesma que culminou com a disseminação desse valor nos dias atuais.

De modo oposto, a falta de tais iniciativas pode levar à conclusão de que a real motivação se trata apenas da busca pela diminuição de externalidades⁸⁶, voltada apenas para benefício do próprio contratante.

⁸⁵ Hipótese prevista na cláusula 15 do ANEXO A.

⁸⁶ “Ao incorporar a variável ambiental aos contratos estar-se-á, automaticamente, gerindo os riscos ambientais inerentes às atividades econômicas por meio da minimização das contingências ambientais derivadas do objeto do contrato, resultado esse que beneficia diretamente as partes contratantes e indiretamente toda a sociedade; bem como estar-se-á, mediatamente, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Por conseguinte, a incorporação da variável ambiental aos contratos traduz-se em bem coletivo, em prol da sociedade, por contribuir para o desenvolvimento sustentável e, consequentemente, para a sadia qualidade de vida, direito de todos”. *Direito Ambiental aplicado aos contratos* cit. (nota 62.III supra), p.65.

E, uma vez descumprida a cláusula e experimentado prejuízo pela outra parte, como no caso de eventual diminuição nas vendas por repercussão negativa, perda de expressivas contratações ou até mesmo financiamentos, a parte possivelmente buscaria amparo e reparação.

Ademais, um estudo mais aprofundado de julgados de Côrtes Internacionais envolvendo a aplicação das cláusulas contratuais que visam à tutela de interesses difusos prescindiria de uma análise pormenorizada do contexto legislativo que embasa aquela determinada decisão.

De qualquer forma, na busca pelos mencionados julgados, foram encontradas algumas decisões sobre as quais é possível tecer algumas considerações relevantes a respeito dos aspectos ambientais e sociais em questão.

O primeiro acórdão foi proferido pela Câmara Reservada ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça de São Paulo. Trata-se de embargos à execução fiscal opostos por Usina que foi multada em razão da prática de queima da palha de cana-de-açúcar.⁸⁷

A sentença prolatada em primeira instância julgou improcedentes os embargos e manteve a sanção aplicada à usina, a qual argumenta não ter sido a responsável pela queimada da palha, podendo o fogo ter sido provocado por acidente.

⁸⁷ **EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL POR MULTA AMBIENTAL - QUEIMA DE PALHA DE CANA-DE-AÇÚCAR INFRINGÊNCIA DO ART. 26 DO REGULAMENTO DA LEI Nº 997/76, APROVADO PELO DECRETO Nº 8.468/76 - ALEGADA A INEXISTÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE - DESCABIMENTO - RESPONSABILIDADE OBJETIVA FUNDADA NA TEORIA DO RISCO INTEGRAL - INTERPRETAÇÃO DO ART. 14, § 1º, DA LEI 6.938/81 E DO ART. 225, § 2º, DA CF, O QUAL IMPÕS AO PODER PÚBLICO E À COLETIVIDADE O DEVER DE DEFENDER E PRESERVAR O MEIO AMBIENTE PARA AS PRESENTES E FUTURAS GERAÇÕES - PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE E VERACIDADE DA AUTUAÇÃO - PROPORCIONALIDADE DA MULTA APLICADA, DIANTE DA MANIFESTA NOCIVIDADE PARA O AMBIENTE, A SAÚDE PÚBLICA E AGRICULTURA - MANTIDA A SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS EMBARGOS - APELO DA INFRATORA DESPROVIDO (TJSP, Câmara Reservada ao Meio Ambiente, Apel. Cível nº 9063539-69.2009.8.26.0000, rel. Renato Nalini, j. 31-03-11, p. 15-04-11).**

Para buscar se eximir da responsabilidade a ela imputada, a Usina ainda ressalta o fato de não ser ela a proprietária da área onde ocorreu a conduta alvo da autuação o que, contudo, não foi acolhido pelos julgadores.

Em razão de a usina ter se “beneficiado” da conduta lesiva ao meio ambiente, uma vez que a cana coletada foi utilizada em suas atividades, a maioria dos desembargadores decidiu pela manutenção da multa aplicada⁸⁸.

A sustentabilidade foi outro argumento utilizado para embasar o julgado, nos seguintes termos: *“Ora, nada mais ilícito que receber matéria prima obtida a expensas de um meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, da saúde dos membros da comunidade, e de práticas agrícolas sustentáveis. Todo agente causador de dano ecológico é responsável por suas conseqüências. Está totalmente superada a questão procedimental estéril de se eximir alguém da responsabilidade, sob argumento de que não foi o causador da queimada. A jurisprudência segue o caminho mais sensato: todo aquele que tirar proveito da conduta lesiva, poderá ser chamado a responder por ela. Parceiro, arrendatário, titular, promitente comprador, meeiro, seja qual for a natureza jurídica da avença ou a situação que se pretenda fazer configurar, a resposta do Estado-juiz deverá ser a mesma. Já não é possível invocar descomprometimento para se eximir de obrigações assumidas perante as atuais e as futuras gerações.”*

Basta a leitura do trecho citado acima para se notar a importância da regulamentação dos contratos agrários atuais, aliada à preocupação em incorporar os conceitos sustentáveis em toda e qualquer disciplina do ordenamento pátrio.

⁸⁸ Por meio da celebração de contrários agrários, pode-se entender pela responsabilidade do arrendatário ou parceiro. Nesse sentido, A L. L. E. GRIZZI esclarece que “apesar das disposições do Estatuto da Terra para fins ambientais (norma de ordem pública), o arrendatário pode vir a ser considerado poluidor indireto e, consequentemente, pode vir a responder por danos ambientais relacionados à área arrendada, mesmo que tenham sido causados em data anterior ao início do arrendamento. A definição abrangente de poluidor indireto constante nas normas ambientais aliada à objetividade da responsabilidade civil ambiental podem vir a embasar entendimento nesse sentido que eventualmente venha a ser construído pelos Tribunais. *Direito ambiental* cit. (nota 62.III supra), p.141.

Entretanto, no que diz respeito ao aspecto ambiental mencionado no caso analisado, é sempre necessário atentar para o risco de posições radicais inviabilizarem o desenvolvimento de atividades que precisam de um tempo de adaptação, como é o caso da queima da palha, ou daquelas passíveis de ajustamento.

O equilíbrio mostra-se importante, pois ao mesmo tempo em que a preservação de recursos naturais é essencial para viabilizar o desenvolvimento das atividades no futuro, medidas extremas podem representar insegurança jurídica e até mesmo inibir a atuação de agentes que contribuem de várias formas com a sociedade de modo geral.

O segundo julgado foi proferido pelo Tribunal Agrário do Segundo Circuito Judicial de San Jose da Costa Rica e, ao decidir sobre a competência daquele Tribunal para julgar o caso, fala sobre todas as questões discutidas no âmbito do presente estudo, principalmente no tocante à incorporação do conceito de sustentabilidade ao Direito Agrário⁸⁹.

⁸⁹ VOTO Nº 249-C-04 - TRIBUNAL AGRARIO DEL SEGUNDO CIRCUITO JUDICIAL DE SAN JOSE. Goicoechea, a las catorce horas veinte minutos del treinta de abril del dos mil cuatro.- Proceso Ordinario, planteado por CUSTODIA DE PROPIEDADES GUANACASTECAS SOCIEDAD ANONIMA, cédula jurídica número tres - ciento uno - cero siete siete dos nueve dos, representada por Richmond Phipps Richmond, mayor, divorciada, empresaria, nacionalidad costarricense, cédula número ocho - cero cuarenta y siete- ochocientos ochenta y uno, en su condición de apoderada generalísima sin límite de suma; contra SOL DE NOSARA S.A., cédula jurídica número tres - ciento uno - cero cuarenta y seis cuatrocientos veintiuno, representada por Bolivar Bermúdez Ugalde, mayor, cédula número cinco - ciento ochenta y ocho - novecientos setenta y cinco, GIBBS CLIFFORD JAMES, casado una vez, ingeniero, ciudadano estadounidense con pasaporte novecientos cuatrocientos cuarenta y nueve mil seiscientos diecinueve, vecino de Arabia Saudita, Dhahran; THARIR PLAZA S.A., cédula jurídica número tres - ciento uno - sesenta y nueve setecientos ochenta, representada por Terry Virgil Kennedy, mayor, casado, estadounidense, vecino Guanacaste, pasaporte número cero tres dos cinco cero tres tres seis nueve; M-VEINTIOCHO NOSARA S.A., cédula jurídica número tres - ciento uno - ciento veintitrés cuatrocientos setenta y nueve, representada por James Marvin Rodengen Wooley, mayor, divorciado una vez, empresario, vecino de Heredia, cédula de identidad número ocho - cero cincuenta y tres - cuatrocientos veintinueve; WAYNE THOMAS HAMILTON, mayor, casado, pasaporte de su país número Z5867011; THOMAS NATHANIAL TERRY, mayor, casado dos veces, nacionalidad estadounidense, vecino de Arabia Saudita, pasaporte de su país Z8022039, tramitado en el Juzgado Agrario de Nicoya. Actúan como apoderados especiales judiciales de la sociedad actora, los licenciados Sergio Artavia Barrantes y Jonatan Picado León, mayores, casados, abogados, vecinos de San José, en el carácter de abogado director de la sociedad M - Veintiocho -Nosara, el licenciado Javier Francisco Chaverri Ross, de calidades desconocidas en autos, como abogado director de la sociedad Tharir Plaza S.A, el licenciado Diego Vargas Gould, mayor, abogado, soltero demás calidades desconocidas en autos.- Redacta el juez ULATE CHACÓN; y, CONSIDERANDO: I - Al contestar la demanda, la Sociedad M-VEINTIOCHO NOSARA S.A. opuso la excepción de “incompetencia de jurisdicción”, alegando que no se está en presencia de un asunto agrario. Se trata aduce, de una disputa empresarial entre inversionistas, ninguno es trabajador de la tierra ni empresario agrario, el fundo no es de naturaleza agraria, y lo que se pretende es la declaratoria de

nulidad de planos catastrados, sobre terrenos que no son de vocación agrícola ni forestal, ni están dedicados a la explotación agraria. Además, agrega, son terrenos de vocación turística. Sostiene que su representado estaba sembrando cuatro hectáreas de teca “por amor a la tierra, a la naturaleza...” pero ello no significa eso sea función social de la tierra, tratándose de un conflicto puramente privado.

II.- No lleva razón la parte demandada. La tendencia actual de la jurisdicción agraria, es la evolución de su competencia a todo lo relacionado con el derecho agroambiental, agroalimentario y al desarrollo rural sostenible, como nuevas dimensiones de la materia, originadas en los derechos humanos de la tercera generación, que están perfectamente contenidos en nuestra Constitución Política, especialmente, en los artículos 45, 46, 50 y 69, así como en todas las leyes agrarias, agroambientales, agroalimentarias así como todas las normas orientadas a promover el desarrollo rural sostenible. En efecto, solo para citar algunos ejemplos, la actual Ley de Biodiversidad No. 7788 del 30 de abril de 1998, le otorga competencia a la jurisdicción agraria (artículo 108), para conocer de todas las controversias relacionadas con la biodiversidad, cuando sea entre particulares. En esta misma normativa, el artículo 8 contempla la función económica, social y ambiental de la propiedad inmueble, y en diversas normas se regula todo lo relativo a los servicios ambientales (artículo 37 y siguientes), en consonancia con lo dispuesto por la Ley Forestal No. 7575 del 5 de febrero de 1996 y sus reformas. Ella contiene regulado todo el régimen relativo a los bosques y plantaciones forestales, sean estos públicos o privados, estableciendo reglas especiales para la regulación de las actividades privadas. Las leyes relativas al desarrollo rural sostenible del país, tales como Ley de Tierras y Colonización, Ley Orgánica del Ambiente, Ley de Fomento a la Producción Agropecuaria, entre otras, también contienen disposiciones relacionadas con la planificación, el uso de los terrenos públicos y privados, a fin de que los mismos cumplan la función social de la propiedad, y presten servicios ambientales o rurales a las comunidades. Especialmente, la Ley de Uso, Manejo y Conservación de Suelos No. 7779 de 30 de abril de 1998, también contiene disposiciones sobre competencia favorable a la jurisdicción agraria en su artículo 56. Por otra parte, el tema del desarrollo rural sostenible es de especial importancia actual, dentro de una visión de apertura de los mercados, de inversión extranjera y de desarrollo de las zonas especialmente aptas para el agroturismo, el ecoturismo y el turismo rural, conceptos que hoy define la doctrina moderna como parte de una noción ampliada de la materia agraria. Estas actividades, tienen a revalorizar el medio rural, el ambiente, la cultura de los pueblos y comunidades rurales; especialmente, a revalorizar la función del territorio (y lógicamente, los terrenos privados ubicados en él), para que los visitantes de esas zonas se compenentren con el modo de vida, con las tradiciones, con el ambiente natural y rural. Todo ello es parte de la revalorización e importancia que estos fundos “agroambientales”, tienen no solo desde una óptica puramente económica (como sería la inversión), sino también desde una perspectiva empresarial orientada a promover el desarrollo rural sostenible del país, y promover la inversión a fin de lograr un mejor equilibrio social, económico y ambiental de las comunidades rurales. También el tema agroalimentario, ofrece una rica y muy dispersa legislación sobre la materia, contenida en normas no sólo constitucionales, para proteger la salud de los consumidores (artículo 46), sino en normas legales orientadas a promover la seguridad agroalimentaria interna, tales como la Ley del Consejo Nacional de la Producción, la legislación en materia de salud, de medidas sanitarias y fitosanitarias, así como los acuerdos y tratados internacionales firmados en el marco de la Organización Mundial del Comercio, y del Sistema de Integración Económica, Social y Ambiental Centroamericana.

III.- La presente demanda ordinaria versa sobre varios inmuebles o fundos que están ubicados en Nosara de Nicoya. Se trata de una zona evidentemente de vocación agroturística y agroambiental, y por ende entra dentro de las nuevas tendencias evolutivas del Derecho Agrario. Efectivamente, según se desprende de los autos, la actora reclama ser la propietaria de una finca con una cabida superior a las doscientas hectáreas, la cual tiene zonas de urbanización, protección de bosque primario y secundario, apta para el desarrollo de la actividad agraria y la protección forestal, sometida al régimen forestal con base al plano catastrado G-6974-70, según lo manifiesta la actora (ver demanda a folio 190). Por otra parte, pide la nulidad de una serie de planos de terrenos que oscilan entre los mil quinientos y diez mil metros cuadrados, con lo cual lógicamente se puede concluir que son terrenos destinados a proyectos de desarrollo agroturístico o ecoturístico. Amén de lo anterior, la Sociedad actora, podría considerarse como una empresa agraria forestal, al dedicarse como lo indica a la protección forestal del bosque, pues eso origina eventualmente la prestación de servicios ambientales a la comunidad, (Artículo 2 inciso K de la Ley Forestal). La misma demandada, al oponer la excepción de “incompetencia de jurisdicción”, siendo la denominación correcta “falta de competencia por

Por meio da leitura de inúmeras decisões, das quais as duas mencionadas nesta oportunidade foram as mais emblemáticas no que tange à análise dos critérios de sustentabilidade, é possível depreender como se faz necessária a regulamentação de tais valores, ainda que não de forma exaustiva.

Da mesma forma que se mostra essencial a incorporação dos critérios de sustentabilidade nas sentenças, acórdãos e todos os tipos de decisões proferidas pelos órgãos do Poder Judiciário e Administrativo, também se mostra necessário que o jurisdicionado tenha um norte que possibilite o mínimo de segurança jurídica.

Uma vez que se tratam de conceitos subjetivos e de aplicação diversa em cada caso, há grande risco de que as reais intenções pensadas quando da elaboração do Relatório Brundtland sejam distorcidas e empregadas de forma a trazer mais malefícios do que benefícios.

razón de la materia”, manifiesta que se ha dedicado a sembrar cuatro hectáreas de teca, lo cual es evidentemente una actividad de tipo agroambiental, de tipo forestal, aún cuando tenga meramente fines paisajísticos, ecoturísticos o de conservación de la naturaleza.

IV.- Por todo lo anterior, siendo este asunto de naturaleza agraria, procede rechazar la excepción de incompetencia interpuesta por la parte demandada, para que el Juzgado Agrario especializado continúe con el conocimiento de este proceso ordinario. Por tanto: Se rechaza la excepción de falta de competencia, por razón de la materia, opuesta por la sociedad demandada. (C.B.M PROCESO ORDINARIO - EXP. N° 01-000205-0391-AG)Disponível em: [http://200.91.68.20/scij/busqueda/jurisprudencia/jur_repartidor.asp?param1=XYZ&nValor1=1 &tem1=Desarrolloagrariosostenible&nValor2=267323¶m7=&strTipM=T&l Volver Indice=&lResultado=2&cmbDespacho=&strNomDespacho=Tribunal Agrario¶m01=&txtAnno= \[26-12-11\]](http://200.91.68.20/scij/busqueda/jurisprudencia/jur_repartidor.asp?param1=XYZ&nValor1=1 &tem1=Desarrolloagrariosostenible&nValor2=267323¶m7=&strTipM=T&l Volver Indice=&lResultado=2&cmbDespacho=&strNomDespacho=Tribunal Agrario¶m01=&txtAnno= [26-12-11]).

V. Considerações conclusivas

Em virtude dos receios com o clima e demais fatores ambientais que afetam todo o mundo, uma das principais iniciativas da sociedade foi a busca por novas fontes de energia limpa e renovável. Essa mobilização resultou no aquecimento do mercado de etanol e torna cada vez mais frequentes as negociações envolvendo este biocombustível.

Produzido a partir da cana-de-açúcar, o álcool combustível brasileiro se apresenta como alternativa menos poluente aos combustíveis fósseis, além do bagaço da cana (biomassa) servir como fonte limpa de geração de eletricidade. Contudo, na produção da cana-de-açúcar se concentram atividades com alto potencial lesivo ao meio ambiente, além de ser utilizado trabalho intensivo e com grande risco de danos àqueles que exercem atividades de colheita e manuseio da cana.

Destarte, simultaneamente ao crescimento da demanda mundial do etanol, é possível notar um aumento das restrições quando da aquisição deste bicomcombustível. Agentes públicos e privados inserem cláusulas nos contratos de comercialização e exigem certificações que atestem que durante todas as fases do processo produtivo e de transformação do bem foram adotadas práticas sustentáveis⁹⁰.

Por meio do presente estudo, buscou-se fazer uma análise dessas cláusulas: como são escritas; os limites da sua abrangência (de seus efeitos); os fatores que motivam a inserção de cláusulas dessa natureza nos instrumentos contratuais; e o que se tem decidido nas Cortes nacionais e internacionais quando há descumprimento de cláusulas da mesma natureza.

⁹⁰ Algumas destas práticas estão expressas em normas internacionais e textos que buscam identificar indicadores de sustentabilidade, como aqueles previstos na Diretiva 2009/28/EC.

A incorporação de cláusulas protetivas de direitos difusos está prevista no Estatuto da Terra, o qual se aplica aos instrumentos estudados uma vez que os contratos de comercialização podem ser considerados contratos agrários.

Contudo, uma vez que tais contratos não são estão disciplinados na referida lei, tende-se a acreditar que a motivação dos agentes para inclusão das cláusulas ora estudadas nos contratos, resulta das vantagens econômicas que a incorporação desses valores pode lhes gerar.

A busca da sociedade por produtos e serviços cuja produção e fornecimento obedeçam às leis de cunho ambiental, social e até mesmo concorrencial, fazem com que as empresas queiram cada vez mais promover boas práticas dentro das empresas, bem como exigir que seus fornecedores também o façam, em virtude de possível responsabilização objetiva e solidária.

Ademais, também em virtude da disseminação desses valores, a repressão do Poder Público às condutas contrárias às citadas leis aumenta a cada dia. As multas e demais penalidades aplicadas em casos de descumprimento ou a necessidade de adaptação aos parâmetros determinados geram custos altíssimos aos agentes.

Contudo, o que se pode concluir por meio da análise dos instrumentos e pela falta de ações judiciais movidas pelos agentes em face do outro contratante que descumpriu uma cláusula sustentável do contrato, é que essas disposições muitas vezes se mostram de pouca aplicação prática, servindo apenas para a defesa dos interesses das próprias partes, não sendo oponíveis contra terceiros em virtude da natureza dos valores envolvidos.

VI. Resumo

O presente estudo tem como questão central fazer uma análise da aplicação das condicionantes da sustentabilidade no âmbito dos contratos de comercialização de etanol. O tema mostra-se de extrema relevância tendo em vista a crescente conscientização da sociedade no que diz respeito à preservação de recursos naturais e do equilíbrio das relações sociais. Tais valores são inseridos nos contratos por meio de cláusulas que determinam a adoção de condutas que geram efeitos àqueles que não participam do negócio celebrado. E, a partir da delimitação da natureza do negócio celebrado, é possível contextualizá-lo frente ao conjunto de normas que regulam a relação, como o Estatuto da Terra, que determina a inserção de cláusulas protetivas nos contratos agrários. A análise atenta dos instrumentos celebrados entre usinas e distribuidoras/*traders* permite compreender melhor o que motiva a incorporação de cláusulas que tutelam interesses difusos no âmbito de contratos celebrados por particulares. Superada esta questão, é possível fazer uma avaliação mais completa do papel que as mesmas desempenham no mercado e de seus efeitos para a sociedade e para os agentes contratantes.

VII. Abstract

The present study's central issue is to review the application of sustainability conditions in the context of ethanol trading contracts. The theme appears to be of utmost importance considering increasing awareness of society regarding the preservation of natural resources and the search for balance in social relations. These values are inserted in contracts through provisions that determine the adoption of behaviors and effects those who do not participate in the contract agreed. And, taking into account the definition of the contract's nature, it is possible to contextualize it against the set of rules governing the relationship, such as the Land Act, which determines the inclusion of protective clauses in agricultural contracts. A careful examination of the instruments concluded between plants and distributors / traders helps us to understand what motivates the inclusion of clauses that protect diffuse interests under contracts concluded by individuals. Overcome this issue, you can make a more complete evaluation of the role those clauses play in the market and its effects on society and the agents contractors.

VIII. Bibliografia

Livros e artigos

AGUILA-REAL, Jesus Alfaro. *Las condiciones generales de la contratacion: estudio de las disposiociiones generales*, Madrid, Civitas, 1991.

ALESSI, R. *L'impresa agricola, art. 2.135-2.140-II: Codice civile: comentario diretto da Piero Schlensiger*, Milano, Giuffrè, 1978.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *A boa-fé na formação dos contratos*. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, RT, v. 3, set-dez, 1992.

_____. *Insuficiências, deficiências e desatualização do Projeto de Código Civil na questão da boa-fé objetiva nos contratos*, Revista dos Tribunais, v. 775, p. 11-17, maio 2000.

BESSONE, Mario, *Adempimento e rischio contrattuale*, Milano, Giuffrè, 1998.

_____. *Casi e questioni di diritto privato*, V – obbligazioni e contratti, 8 ed, Milano, Giuffrè, 1999.

BREBBIA, Fernando P., *Manual de derecho agrario*, Buenos Aires, Astrea, 1992.

CARROZZA, Antonio. *Lezioni di Diritto Agrario I: Elementi di Teoria Generale*, 1. ed., Milano, Giuffrè, 1988.

_____. *Problemi Generali e Profili di Qualificazione del Diritto Agrario*. v. I. 1 ed. Milano, Giuffrè, 1975.

CARROZZA, Antonio - ZELEDON, Ricardo Zeledón, *Teoria general e institutos de derecho agrario*, Buenos Aires, Astrea, 1990.

GERMANÒ, Alberto, *Manuale di diritto agrário*, 2 ed., Torino, Giappichelli, 1997.

GHESTIN, Jacques, *The contract as economic trade*, in BROUSSEAU, Eric - GLACHANT, Jean-Michel. *The economics of contract: theories and applications*, Cambridge University Press, 2002.

GRASSI NETO, Roberto, *Contratos agrários*, 2. ed, Santo André, Esetec, 2007.

GRIZZI, Ana Lici Limonta Esteves, *Direito Ambiental aplicado aos contratos*, São Paulo, Editora Verbo Jurídico, 2008, p. 120.

IRTI, N, *Manuale di diritto agrario italiano*, Torino, UTET, 1978.

LARENZ, Karl, *Base del negocio jurídico y cumplimiento de los contratos*, Granada: Comares, 2002.

LEMO, Patrícia Faga Iglecias, *Direito ambiental: responsabilidade civil e proteção ao meio ambiente*. 3. ed. rev., atual. e ampl, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2010.

LISBOA, Roberto Senise, *Contratos difusos e coletivos: consumidor, meio ambiente, trabalho, agrário, locação, autor*, 3 ed. Rev., atual. e ampl, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MAGNO, Pietro - GIOVE, Giuseppe, *Profili del nuovo diritto agrario e dell'ambiente*. Milano, Giuffrè, 2006.

MARCHI, Eduardo Cesar Silveira Vita, *Guia de Metodologia Jurídica*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 2009.

MARTINS, Fran, *Contratos e obrigações comerciais*, 8 ed. rev. e aum, Rio de Janeiro, Forense, 1986.

MASSART, Alfredo - HERNÁNDEZ, A. S. (Coords.), *Manual de Instituciones de derecho agroambiental euro-latinoamericano*, Pisa, ETS, 2001.

MENEZES CORDEIRO, Antônio Manuel da Rocha e, *Da boa-fé no Direito Civil*, v. 1 e 2Coimbra, Almedina, 1984.

MILARÉ, Edis, *Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário*. 5 ed. rev. atual. e ampl, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2007.

NEVES, Marcos Fava - Castro, L. T., *Agronegocio y Desarrollo Sustentable*. Agroalimentaria, v. 27, Caracas, 2008.

_____. - Conejero, M. A, *Sistema agroindustrial da cana: cenários e agenda estratégica. Econ. Aplic.*, São Paulo, v. 11, n.4, p. 587-604, out./dez 2007.

NORONHA, Fernando, *O direito dos contratos e seus princípios fundamentais (autonomia privada, boa-fé, justiça contratual)*, São Paulo, Saraiva, 1994.

NORTH, Douglas C. *Institutions*, Journal of Economic Perspectives, Winter, p. 97-112, 1991.

NOSSO FUTURO COMUM. *Relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1988.

PENTEADO, Luciano de Camargo, *Efeitos contratuais perante terceiros*, São Paulo, Quartier Latin, 2007.

RODRIGUES JÚNIOR, Otavio Luiz. Propriedade e constitucionalização do Direito Civil.(Versão modificada e ampliada), in MATIAS, João Luís Nogueira - WACHOWICZ (Coords.). *Propriedade e meio-ambiente: da inconciliação à convergência*, Lisboa – Florianópolis, Fundação Boiteux-Universidade Técnica de Lisboa, 2010.

ROPPO, Enzo, *O contrato*, Tradução de Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Almedina, 2009.

SAES, Sylvia. *Organizações e Instituições* in ZYLBERSZTAJN, Décio – NEVES, Marcos Fava (org.). *Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares*, São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2005.

SCAFF, Fernando Campos, *Aspectos fundamentais da empresa agrária*, São Paulo, Malheiros, 1997.

_____. *Teoria geral do estabelecimento agrário*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2001.

_____; TRENTINI, Flavia - SAES, Maria Sylvia Macchione (Orgs.). *Ensaio sobre os biocombustíveis*, v. 2., São Paulo, Annablume, 2010.

_____; _____. *Sustentabilidade: o desafio dos biocombustíveis.*, v. 2, São Paulo, Annablume, 2010.

SCUOLA SUPERIORI DI STUDI UNIVERSITARI E DI PERFEZIONAMENTO S. ANNA DI PISA, *Accordi interprofessionali e contratti agroindustriali: problemi di inquadramento giuridico*, Pisa, ETS, 1990.

VECCHIA, Rodnei, *O meio ambiente e as energias renováveis: instrumentos de liderança visionária para a sociedade sustentável*, Barueri, Manole, 2010.

VEIGA, José Eli da, *Indicadores de sustentabilidade*, Revista Estudos Avançados 24 (68), USP, 2010, p. 39-52.

_____- VIANNA, Sérgio Besserman - ABRANCHES, Sérgio, *A sustentabilidade do Brasil*, in GIAMBIAGI; BARROS (Orgs.), *Brasil Pós-Crise, Agenda para a próxima década*, Rio de Janeiro, Campus, 2009, p. 305-324.

WAACK, R. S., NEVES, M. F. *Competitividade do Sistema Agroindustrial da Cana-de-açúcar*, in FARINA, E. M. M. Q - ZYLBERSZTAJN, Décio, *Competitividade no Agribusiness Brasileiro, Versão Final*, v. 5, São Paulo, 1998.

YIN, Robert, *Estudo de Caso: planejamento e métodos*, 3. Ed, Porto Alegre, Bookman, 2005.

ZELEDON, Ricardo Zeledón, *Sistemática del derecho agrario*, San José, Porvenir, 2002.

ZYLBERSZTAJN, DÉCIO, *Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial*, in D. ZYLBERSZTAJN – M. F. NEVES (org.), *Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares*, São Paulo, Pioneira, 2000.

Periódicos

Compromisso Nacional: aperfeiçoar as condições de trabalho na cana-de-açúcar, In Secretaria-Geral da Presidência da República (Coord.). Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, 2009.

SOUSA, Eduardo Leão de.; Macedo, Isaias de Carvalho (Coords. e orgs.), *Etanol e bioeletricidade: A cana-de-açúcar no futuro da matriz energética*. São Paulo: Gráficos Burti, out. 2009.

Sugarcane-based bioethanol: energy for sustainable development/ coordination BNDES and CGEE, Rio de Janeiro, BNDES, 2008.

UNICA Sustainability report 2008, São Paulo, Gráficos Burti, 2009.

Teses e dissertações

DE-MATTIA, Fabio Maria, *Especialidade do direito agrário*. 1992. Tese (concurso para provimento de cargo de professor titular) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

DOLNIKOFF, Fabio, *Contratos de etanol carburante e a racionalidade econômica da relação entre usinas e distribuidoras de combustíveis*. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GRASSI NETO, Roberto, *Segurança alimentar: da produção agrária à proteção ao consumidor*, Tese (Livre-docência) Faculdade de Direito Civil da USP, São Paulo, 2012.

PEDROSO JÚNIOR, Roberto, *Arranjos institucionais na agricultura brasileira: um estudo sobre o uso de contratos no sistema agroindustrial sucroalcooleiro da região centro-sul*. 2008. 209f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SCAFF, Fernando Campos, *A Biotecnologia na origem de bens imateriais de Direito Agrário*, Tese (Titularidade) – Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2011.

TRENTINI, Flavia. *Denominação de origem: elemento fundamental às atuais empresas rurais*. 2006. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Texto em meio eletrônico

FURRIELA, Rachel Biderman. Educação para o Consumo Sustentável. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/download/cibec/pce/2001/47-55.pdf>>. Acesso em: out. 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em: http://portal.mpt.gov.br/wpsportal/portal_do_mpt/comunicacao/noticias/conteúdo_noticia/!ut/p/c5/04/connect/mpt/portal+do+MPt/comunicacao/noticias/caso+zara+empresa+e+mpt+se+reunem+para+definir+tac). Acesso em: 15/11/2011.

Legislação

BRASIL. Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2010.

BRASIL. Código Florestal. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 mai. 2010.

_____. Código Tributário Nacional. Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16 jan. 2010.

_____. Código de Defesa do Consumidor (CDC). Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/DPDC/servicos/legislacao/cdc.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2010.

_____. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16 jan. 2010.

_____. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Estatuto da Terra. Lei nº. 4.504, de 30 de novembro 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 02 jan. 2011.

_____. Decreto 2.661/98, de 8 de Julho de 1998. Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (código florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 mai. 2010.

_____. Decreto nº 59.566, de 14 de novembro 1966. Regulamenta as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o Capítulo III da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 02 jan. 2011.

_____. Legislação brasileira Instrução especial do INCRA, nº. 5, de 6 de junho de 1973. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/legislacao/instrun/05.htm>. Acesso em: 10 jun. 2010.

_____. Lei nº. 5.889, de 8 de junho de 1973. Estatui normas reguladoras do trabalho rural. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2010.

_____. Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

_____. Lei nº. 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2010.

_____. Lei nº. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 07 jan. 2010.

_____. Lei nº. 9.279, de 14 de maio de 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 07 jan. 2010.

_____. Proposta de alteração legislativa do Projeto de Lei nº. 6.960/02. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09 jan. 2010.

_____. Federal Agriculture Improvement and Reform Act. Disponível em: <<http://www.agriculture.house.gov/hearings/21farm.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

_____. Farm Security and Rural Investment Act. Disponível em: <<http://www.agriculture.house.gov/hearings/21farm.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

ITALIA. Codice civile: costituzione e leggi speciali. TRAVERSO, C.E. (Coord.). Milano: Guiffirè, 1991.

_____. Constituição Italiana. Disponível em: <http://www.ecco.com.br/cidadania/const_italiana.asp>. Acesso: 03 jan. 2011.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Disponível em: <http://www.oecd.org/topic/0,2686,fr_2649_33773_1_1_1_1_37401,00.html>. Acesso em: 16 mai. 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Acordo sobre a agricultura. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/docs_s/legal_s/04-wto_s.htm>. Acesso em: 15 mai. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Agenda 21. Disponível em <http://www.mma.gov.br/?id_estrutura=18&id_conteudo=597>. Acesso em: 03 jan. 2011.

_____. Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em <http://www.mma.gov.br/?id_estrutura=18&id_conteudo=597>. Acesso em: 10 out. 2010.

_____. Convenção da Diversidade Biológica. Disponível em: <http://www.prodiversitas.bioetica.org/doc1.htm#_Toc532923949>. Acesso em: 10 out. 2010.

SÃO PAULO. Lei nº 11.241, de 19 de setembro de 2002. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2002/lei%20n.11.241,%20de%2019.09.2002.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2010

IX. Anexos

1. ANEXO A

USINA XXX, com sede na Fazenda XXX, s/nº, Município XXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXX, neste ato representada por seus diretores abaixo-assinados, doravante simplesmente denominada USINA/VENDEDORA e DISTRIBUIDORA XXX, sociedade empresarial, com sede na Av. XXX, Cidade XXX, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada na forma de seu contrato social, doravante denominada simplesmente DISTRIBUIDORA/COMPRADORA

CONSIDERANDO QUE a USINA/VENDEDORA produz e comercializa álcool etílico hidratado combustível;

CONSIDERANDO QUE a DISTRIBUIDORA é uma empresa que atua no segmento de comercialização e distribuição de combustíveis, e que deseja adquirir álcool etílico hidratado combustível;

as partes resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes, que reciprocamente outorgam e aceitam.

1 OBJETO

1.1 A USINA/VENDEDORA se obriga a fornecer a DISTRIBUIDORA os volumes de álcool etílico hidratado combustível de acordo com os volumes mensais negociados, abaixo indicados:

UNIDADE PRODUTORA	VOLUME (m3)
USINA XXX	1000
TOTAL	1000

1.2 Os volumes especificados acima representam meras estimativas e poderão sofrer, de acordo com a necessidade da DISTRIBUIDORA, uma variação, para mais ou para menos, de até 10% (dez por cento), quando a DISTRIBUIDORA informar, até o 1º dia útil de cada mês, os volumes que efetivamente serão consumidos dentro daquele mês. No caso de não ser prestada qualquer informação, aplicam-se os volumes acordados neste contrato. Os volumes informados pela DISTRIBUIDORA ou constantes deste contrato, conforme o caso, deverão ser considerados para fins de faturamento, desde que o volume efetivamente

retirado seja menor do que o volume informado pela DISTRIBUIDORA, a temperatura pré-convencionada de 20°C.

1.3. Este Contrato não garante exclusividade à USINA/VENDEDORA no fornecimento dos produtos à DISTRIBUIDORA, reservando-se a DISTRIBUIDORA o direito de contratar este fornecimento com quaisquer outros fornecedores.

2. PREÇO

PREÇO PVU

2.1 O preço PVU do litro do Álcool Etílico hidratado Combustível à 20°C, no mês “N”, acrescido de PIS, COFINS e do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, será o seguinte:

PREÇO FINAL DE FATURAMENTO

1) ÍNDICE ESALQ SEMANAL – indicador de preço semanal de Álcool Etílico Hidratado – ESALQ/U.S.P, sem PIS/COFINS e ICMS, calculado e divulgado para o Estado de São Paulo pela equipe de pesquisadores do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura – CEPEA/ESALQ, da Universidade de São Paulo.

2.1.1 As partes de comum acordo definem que o volume total do contrato, para efeito de fixação de preço, terá o seu total fracionado em 80% (“COTA FIXA”) que serão pagos conforme item 2.1.2, e os demais 20% (“COTA LIVRE”) pagos conforme item 2.1.3.

2.1.2 Para o cálculo do valor da COTA FIXA será adotado os seguintes critérios (i) para meses de 4 semanas, 25% (vinte e cinco por cento) do total da COTA FIXA deverá ser faturada considerando cada ESALQ divulgado na sexta feira anterior à retirada do volume, enquanto que (ii) para meses de 5 semanas, a proporção será de 20% (vinte por cento) do volume definido como COTA FIXA.

2.1.3 Para a fixação da COTA LIVRE a DISTRIBUIDORA terá a opção de definir, a sua exclusiva discricção, a semana em que esse volume será faturado. Referido direito deverá ser exercido até a quinta feira de cada semana, sempre antes da divulgação do novo ESALQ Semanal. Caso não seja feita qualquer escolha, a USINA/VENDEDORA deverá faturar a COTA LIVRE considerando o último ESALQ Semanal.

2.2 Na hipótese de entrega PVU, caberá a DISTRIBUIDORA informar a USINA/VENDEDORA a distribuição por base.

PREÇO PVB

2.2 O preço PVB do litro do Álcool Etílico Hidratado Combustível 20°C, no mês “N”, excluído de PIS, COFINS e do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de

Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, será o seguinte:

- PREÇO FINAL DE FATURAMENTO = ÍNDICE ESALQ SEMANAL * 0,97 + CUSTO LOGÍSTICO (frete) + (TRIBUTOS)

1) ÍNDICE ESALQ SEMANAL – indicador de preço semanal de Álcool Etílico Hidratado – ESALQ/U.S.P, sem PIS/COFINS e ICMS, calculado e divulgado para o Estado de São Paulo pela equipe de pesquisadores do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura – CEPEA/ESALQ, da Universidade de São Paulo.

2) CUSTOS LOGÍSTICOS – valor que será negociado pelas partes e acrescido ao preço a título de custo logístico (frete) quando o volume do Álcool Hidratado combustível estiver sendo entregue pela USINA, com destino a qualquer base de distribuição da DISTRIBUIDORA. No caso das entregas efetuadas a partir da unidade produtora, com destino à base da compradora na cidade de XXX e da cidade de XXX, acordam desde já as partes que o custo será de R\$82,00 (oitenta e dois reais) e R\$31,00 (trinta e um reais) respectivamente, sendo que os valores poderão ser revistos trimestralmente de comum acordo entre as partes.

2.2.1 As partes de comum acordo definem que o volume total contrato, para efeito de fixação de preço, terá o seu total fracionado em 80% (“COTA FIXA”) que serão pagos conforme item 2.1.2, e os demais 20% (“COTA LIVRE”) pagos conforme item 2.1.3.

2.3 Na hipótese de entrega PVB, caberá à DISTRIBUIDORA informar a USINA/VENDEDORA a distribuição por base e a cadência de entrega.

3. TRIBUTOS

3.1 Todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do presente Contrato ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na legislação tributária.

3.2 A USINA/VENDEDORA, quando fonte retentora dos pagamentos que efetuar, descontará e recolherá, nos prazos da lei, os tributos a que esteja obrigada a reter pela legislação vigente.

3.3 A USINA/VENDEDORA declara haver levado em consideração, ao pactuar os valores referidos neste instrumento, os tributos (impostos, taxas, pedágios, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) incidentes sobre a execução (serviço, venda, transporte, etc.), não cabendo qualquer reivindicação devida a erro nesta avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

3.4 Se, durante o prazo de vigência deste Contrato, ocorrer qualquer dos seguintes eventos abaixo, serão revistos os preços, a fim de adequá-los às modificações havidas, compensando-se, na primeira oportunidade, quaisquer diferenças decorrentes dessas alterações:

- a) criação de novos tributos;
- b) extinção de tributos existentes;
- c) alteração de alíquota e/ou valor pré-definido;
- d) instituição de estímulos fiscais de qualquer natureza e isenção ou redução de tributos federais, estaduais ou municipais que, comprovadamente, venham a majorar ou diminuir os ônus das partes contratantes;

3.5 Uma vez apurado que a USINA/VENDEDORA acresceu a seus preços valores correspondentes a tributos, que não eram até então incidentes sobre a execução das vendas, a DISTRIBUIDORA poderá exigir a imediata exclusão desses valores, com a consequente redução dos preços praticados e/ou reembolso dos valores pagos e não recolhidos.

4. FATURAMENTO

4.1 O faturamento dos produtos vendidos será efetuado conforme os prazos e condições acordados neste Contrato.

4.2 A USINA/VENDEDORA obriga-se a adotar os seguintes procedimentos quando da emissão das notas fiscais, faturas e/ou demais documentos de cobrança do preço dos produtos retirados e/ou recebidos pela DISTRIBUIDORA:

4.2.1 Os produtos serão acompanhados de documentos fiscais apropriados e entregues ao estabelecimento contribuinte.

4.2.2 As faturas serão emitidas considerando os volumes informados pela DISTRIBUIDORA ou constantes deste contrato, na forma do item 1.2, acrescidos do prazo de pagamento de 5 (cinco) dias fora o mês (mensal + 5) e deverão ser apresentadas no escritório indicado pela DISTRIBUIDORA até o terceiro dia corrido subsequente ao término do respectivo mês. Caso as faturas sejam apresentadas além deste dia, os dias equivalentes em atraso serão dados como prorrogação nos pagamentos e nos valores equivalentes.

4.2.3 Os saldos não retirados ao final de semana / mês de volume inferior ou igual a 5.000 litros não devem ser faturados, a menos que solicitados pela DISTRIBUIDORA.

4.2.3.1 Os complementos de saldos que porventura não tenham sido retirados / entregues ao final do mês deverão ser faturados contra o último Esalq semanal vigente do mês em questão.

4.2.4 Salvo ajuste expresso e por escrito em contrário entre as partes, o pagamento deverá ser efetuado mediante quitação de boleto bancário emitido pela USINA/VENDEDORA e

entregue à DISTRIBUIDORA com pelo menos cinco dias úteis antes da sua data do vencimento. Se a USINA/VENDEDORA vier a emitir duplicata, a mesma não poderá, em qualquer hipótese, ser endossada a terceiro.

4.3 A DISTRIBUIDORA deverá informar a USINA/VENDEDORA as bases para faturamento, bem como a cadência de entrega nas operações PVB.

4.4 A critério da DISTRIBUIDORA a mesma poderá solicitar a antecipação do volume da semana posterior sem que isso prejudique o exposto no item 2.1.1.

5 PRAZO

5.1 O presente contrato vigorará a partir de 1º de Julho de 2007 e vigorará até 31 de Maio de 2008, podendo ser renovado mediante a celebração de termo aditivo contratual.

6 QUALIDADE/QUANTIDADE

6.1 A VENDEDORA na condição de produtora, se responsabiliza pela especificação e quantidade dos produtos vendidos, conforme norma vigente estabelecida pelo órgão oficial, obrigando-se a cada carregamento a anexar à respectiva nota fiscal ou constar no corpo da mesma, cópia do certificado de análise do tanque expedidor dos produtos vendidos, contendo, no mínimo, as especificações abaixo, sem prejuízo das demais obrigações previstas na lei vigente.

CARACTERÍSTICAS	UNIDADE
Acidez total (em ácido acético)	mg/l
Aparência	-
Condutividade elétrica	us/m
Massa específica a 20°C	kg/m3
Potencial hidrogeniônico	(pH)
Teor alcoólico	°INPM

6.1.1 Entende-se por produto com qualidade aquele que atende às especificações determinadas pela ANP ou outro órgão regulador que venha a substituí-la. Na ausência de um órgão regulador, será considerada a última especificação vigente até que uma nova seja estabelecida de comum acordo, pela USINA/VENDEDORA e pela DISTRIBUIDORA/COMPRADORA.

6.2 A DISTRIBUIDORA/COMPRADORA poderá realizar testes, quando do recebimento dos produtos e, caso verifique qualquer não conformidade de responsabilidade da USINA/VENDEDORA, esta se obriga a receber a parcela do produto reputada não-conforme de volta, reembolsando a DISTRIBUIDORA/COMPRADORA pelas despesas que a mesma tiver incorrido para o recebimento do produto que se demonstrou inadequado,

obrigando-se ainda a fornecer igual volume ao devolvido, sem custo adicional para a DISTRIBUIDORA/COMPRADORA.

6.3 A DISTRIBUIDORA/COMPRADORA se reserva o direito de verificar as técnicas de determinação da qualidade e apuração dos volumes utilizados pela USINA/VENDEDORA, as quais as partes desde já convencionam que deverão obedecer aos padrões internacionalmente aceitos e aplicáveis de acordo com a lei nacional, sendo certo, porém, que tal verificação não eximirá a USINA/VENDEDORA de suas responsabilidades.

6.4 A DISTRIBUIDORA/COMPRADORA se reserva também o direito de promover a coleta de amostras testemunhas dos produtos adquiridos, com a finalidade de se certificar de sua especificação, sem que isto represente exoneração de responsabilidade da USINA/VENDEDORA pela especificação e qualidade dos aludidos produtos.

7. RETIRADA DOS PRODUTOS

7.1 A USINA/VENDEDORA se obriga a disponibilizar nas Unidades Produtoras indicadas no item 1.1 os produtos vendidos a DISTRIBUIDORA/COMPRADORA.

7.2 A USINA/VENDEDORA se obriga a disponibilizar suas facilidades operacionais para o carregamento de auto tanques e/ou vagões tanque no período de expediente (segunda à sexta das 07:00 às 17:00). Nos casos em que seja necessário carregamento fora desse horário, a DISTRIBUIDORA/COMPRADORA deverá solicitar com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas a USINA/VENDEDORA a disponibilização desses serviços, onde os custos serão negociados entre as Partes.

7.3 Caso seja impossível à USINA/VENDEDORA fornecer os produtos objeto deste contrato à DISTRIBUIDORA, total ou parcialmente, de acordo com os volumes e prazos acordados pelas Partes, fica a USINA/VENDEDORA obrigada a indicar com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data em que terá problemas com fornecimento, através de correspondência, fac-símile ou outro meio inequívoco de comunicação, outras fontes produtoras à DISTRIBUIDORA para retirada dos volumes contratados na data prevista para o fornecimento, obrigando-se, também, a ressarcir-la de todos os acréscimos de custos envolvidos, inclusive aqueles referentes a diferenças no custo do frete e sobrestadias por demora no carregamento, nas ocasiões em que estes ocorrerem.

7.4 Caso a USINA/VENDEDORA não cumpra com o disposto no item antecedente, deixando de indicar fornecedor alternativo, fica facultado à DISTRIBUIDORA adquirir junto a terceiros o volume não fornecido pela USINA/VENDEDORA, ficando esta última, de toda forma, responsável por ressarcir a DISTRIBUIDORA de todos os acréscimos de custos envolvidos, inclusive aqueles referentes a diferenças no custo do frete e sobrestadias por demora no carregamento, nas ocasiões em que estes ocorrerem, na forma do item anterior.

7.5 Poderá a USINA/VENDEDORA, a fim de cumprir as obrigações assumidas neste contrato, na eventualidade de não disponibilizar o volume de álcool contratado, oferecer a DISTRIBUIDORA o mesmo produto oriundo de qualquer outro estabelecimento produtor pertencente ao seu grupo econômico ou não, desde que tal estabelecimento produtor seja previamente aprovado pela DISTRIBUIDORA, obrigando-se pelas diferenças no custo do frete no carregamento, bem como outros acréscimos de custos envolvidos nas ocasiões em que estes ocorrerem.

8. DANOS A TERCEIROS

8.1 Cada uma das Partes será responsável pelos danos e prejuízos causados a outra parte e/ou a terceiros como consequência do inadimplemento ou do adimplemento inadequado de qualquer de suas obrigações descritas no presente instrumento.

8.2 A USINA/VENDEDORA se compromete a manter a DISTRIBUIDORA/COMPRADORA isenta de qualquer responsabilidade por danos ou prejuízos causados a ela, a terceiros ou ao meio ambiente em razão do cumprimento do presente contrato e para os quais a DISTRIBUIDORA/COMPRADORA não tenha concorrido. Tal compromisso inclui, mas não se limita, ao pagamento e ressarcimento de todas as despesas que eventualmente a DISTRIBUIDORA/COMPRADORA possa ser compelida a pagar, assim como daquelas que tiver de incorrer para defesa de seus interesses.

8.3 A DISTRIBUIDORA se compromete a manter a USINA/VENDEDORA isenta de qualquer responsabilidade por danos ou prejuízos causados a ela, a terceiros ou ao meio ambiente em razão do cumprimento do presente contrato e para os quais a USINA/VENDEDORA não tenha concorrido. Tal compromisso inclui, mas não se limita, ao pagamento e ressarcimento de todas as despesas que eventualmente a USINA/VENDEDORA possa ser compelida a pagar assim como daqueles que tiver de incorrer para defesa de seus interesses.

9 CUMPRIMENTO DA LEI

9.1 As partes se comprometem a cumprir e fazer cumprir, por seus empregados e prepostos, todas as leis e regulamentos aplicáveis à comercialização, utilização e armazenamento dos produtos a serem adquiridos.

9.2 A DISTRIBUIDORA adota, desde muito tempo, política de ética comercial que determina: (a) existência de controles internos apropriados; (b) adequados registros e contabilização de todas as transações e (c) rigorosa obediência a todas as leis aplicáveis. A USINA/VENDEDORA assegura cumprir as determinações legais aplicáveis às sociedades por quotas de responsabilidade limitada e a manter um sistema de controle interno que assegure a adequada descrição dos fatos e a exatidão dos dados financeiros e outros relativos às transações mantidas pelas partes, em razão deste ou de outros contratos. A USINA/VENDEDORA não poderá, em qualquer situação ou momento, sentir-se autorizada

a praticar qualquer ato em nome da DISTRIBUIDORA, ou ainda, realizar registro ou assentamento contábil em desacordo com a Lei.

9.3 A USINA/VENDEDORA obriga-se a indenizar e a manter a DISTRIBUIDORA livre de quaisquer prejuízos, reclamações, ações judiciais, multas e responsabilidade decorrentes do não cumprimento do estabelecido nesta cláusula.

9.4 Caso a USINA/VENDEDORA seja detentora, junto a Secretaria de Fazenda, de regime Especial que implique na modificação da sistemática tributária, assumirá esta a responsabilidade de informar a DISTRIBUIDORA qualquer alteração que venha a ser promovida pela Fazenda pública, sob pena de indenizar a contratante por quaisquer prejuízos ocasionados pelo mencionado Regime.

10 AUDITORIA

10.1 A DISTRIBUIDORA mediante prévio aviso, com 7 (sete) dias de antecedência, tem o direito de solicitar e a USINA/VENDEDORA obrigação de fornecer cópias dos registros contábeis, cópias de outros documentos exclusivamente referentes aos negócios objeto deste contrato, bem como acesso por parte dos auditores da DISTRIBUIDORA, nas instalações das unidades produtoras para possibilitar a verificação quanto ao cumprimento do contrato. Este direito poderá ser exercido, mesmo após o término deste contrato, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da última retirada de produtos pela DISTRIBUIDORA.

11 CONFLITO DE INTERESSES

11.1 As partes deverão envidar seus melhores esforços, no sentido de evitar conflito de interesses entre seus empregados e prepostos. Caso verifiquem a ocorrência de tal fato, deverão comunicar um ao outro, o mais rapidamente possível.

12 INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

12.1 As partes se obrigam a manter confidencialidade acerca de todos os dados e registros, referentes a este contrato, não podendo de forma alguma transferir para terceiros, sem prévia e escrita autorização, tais dados e registros, mesmo após o término deste contrato, respondendo por quaisquer perdas e danos que possam causar um ao outro, no caso de descumprimento desta obrigação.

12.1.1 A obrigação aqui contratada não inclui o cumprimento de Lei ou ordem judicial, solicitação de autoridade competente para requisitar, auditar, copiar, ou até mesmo, apreender tais registros e dados.

13. PREVENÇÃO DE ACIDENTES E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

13.1. As partes, desde já, confirmam seu propósito de desenvolver em conjunto, seus melhores esforços, no sentido de estabelecer e praticar técnicas preventivistas contra eventos acidentais na busca de um ambiente de trabalho livre de acidentes.

13.1.1 Para tanto a DISTRIBUIDORA fará avaliações periódicas e em conjunto com pessoal da USINA/VENDEDORA, visando garantir o aprimoramento na área de prevenção de eventos acidentais.

13.1.2 Em se encontrando um cenário de risco crítico as partes se comprometem a analisar, em conjunto, e definir medidas preventivas aplicadas ao caso.

13.2 Não obstante o disposto nos demais itens desta cláusula e, ainda, nos itens 8.2 e 8.3, a USINA/VENDEDORA reconhece que será a única responsável pelos eventuais passivos ambientais que venham a se formar em suas instalações, em consequência do fornecimento objeto deste contrato, aí incluídos os danos derivados da armazenagem de Álcool Etilíco hidratado Combustível, operações de carregamento de auto-tanques e vagões-tanque, falta de manutenção das facilidades operacionais para carregamento dos produtos objeto deste contrato, obrigando-se desde este momento, a ressarcir à DISTRIBUIDORA/COMPRADORA toda e qualquer multa ou penalidade que lhe seja indevidamente exigida ou imposta em razão de tais passivos, mediante comprovação prévia de seu pagamento pela DISTRIBUIDORA/COMPRADORA.

14 PENALIDADES

14.1 A USINA/VENDEDORA ficará sujeita à multa moratória diária, correspondente a 0,07% (sete centésimos de por cento) do valor do produto não disponibilizado até o último dia útil do respectivo mês “N”, limitada ao valor de até 2,1% (dois vírgula um por cento) do preço do ÁLCOOL não disponibilizado, a qual deverá ser paga pela USINA/VENDEDORA a DISTRIBUIDORA em até cinco (05) dias após a entrega do produto, podendo, a DISTRIBUIDORA compensar o valor correspondente à multa moratória com valores eventualmente devidos a USINA/VENDEDORA.

14.2 Caso a USINA/VENDEDORA não disponibilize o produto no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do último dia útil do respectivo mês “N” a DISTRIBUIDORA, poderá rescindir o presente Contrato, observada a notificação referida no item 15.2 infra, hipótese em que a USINA/VENDEDORA ficará sujeita ao pagamento de multa compensatória equivalente a 10% (dez por cento) do valor do volume não disponibilizado no mês “N” e, ainda, ao pagamento de indenização pelos prejuízos comprovadamente causados à DISTRIBUIDORA.

14.2.1 A USINA/VENDEDORA deverá pagar o valor da multa compensatória referida na cláusula 14.2 no prazo de até 5 (cinco) dias após o recebimento de notificação expressa e por escrito da DISTRIBUIDORA declarando rescindido o Contrato, ficando obrigada ainda a arcar, tão logo lhe sejam apontados, com os prejuízos que tiver comprovadamente causado à DISTRIBUIDORA.

14.3 Caso a DISTRIBUIDORA não efetue os pagamentos que lhe couberem nos prazos ajustados neste contrato, a mesma ficará sujeita à multa moratória diária, correspondente a 0,07% (sete centésimos de por cento) do valor em atraso, limitado ao valor de até 2,1% (dois virgula um por cento) do total.

14.4 Caso o atraso no pagamento chegue a 30 (trinta) dias, a USINA/VENDEDORA poderá rescindir o presente Contrato, observada a notificação referida no item 15.2 infra, hipótese em que a DISTRIBUIDORA ficará sujeita ao pagamento de multa compensatória equivalente a 10% (dez por cento) do valor em atraso, deduzido o valor da multa moratória diária referida neste item, e, ainda, ao pagamento de indenização pelos prejuízos comprovadamente causados à USINA/VENDEDORA.

14.4.1 A DISTRIBUIDORA deverá pagar o valor da multa compensatória referida na cláusula 14.4 no prazo de até 5 (cinco) dias após o recebimento de notificação expressa e por escrito da USINA/VENDEDORA declarando rescindido o Contrato, ficando obrigada ainda a arcar, tão logo lhe sejam apontados, com os prejuízos que tiver comprovadamente causado à USINA/VENDEDORA.

14.5 O não pagamento dos valores devidos nos termos deste Contrato nas datas em que foram devidos, sujeitará a parte inadimplente ao pagamento de correção monetária, calculada de acordo com a variação do IGP-M/FGV.

15. RESCISÃO E MULTA

15.1 O presente contrato poderá ser rescindido na ocorrência dos seguintes eventos:

15.1.1 Inadimplemento de qualquer das obrigações deste ajuste;

15.1.2 Se qualquer das partes não efetuar, no respectivo vencimento, o pagamento de qualquer quantia devida à outra; e

15.1.3 Falência ou recuperação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; em que não haja continuação do negócio.

15.2 O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, unilateralmente, independentemente de aviso e/ou notificação, se houver infringência de qualquer cláusula do contrato e, notificada a parte infratora, esta não corrigir a falha dentro de 10 (dez) dias após o recebimento de notificação expressa e específica da parte inocente.

16. CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

16.1 Será nula de pleno direito qualquer cessão ou transferência, por qualquer forma, dos direitos e/ou obrigações contidas neste instrumento, salvo à cessão ou transferência feita às empresas afiliadas da DISTRIBUIDORA.

17. PRINCÍPIOS EMPRESARIAIS GERAIS DO GRUPO

17.1 A DISTRIBUIDORA declara ter integral conhecimento dos Princípios Empresariais Gerais do Grupo, descritos no ANEXO ÚNICO que, rubricado pelas partes, integra este Contrato para todos os fins e efeitos de direito, e concorda que a observância de tais Princípios é fundamental para a condução dos negócios de maneira ética e responsável, tal como as partes pretendem atuar. Sendo assim, na execução do objeto deste Contrato, a USINA/VENDEDORA se obriga a adotar e a respeitar integralmente os Princípios Empresariais Gerais do Grupo e a conduzir suas atividades em absoluta consonância com estes Principais.

18 ENDEREÇOS

18.1 A correspondência referente a este contrato ou à sua execução deverá ser dirigida para os endereços indicados a seguir, facultando às partes o direito de indicar, por escrito, outros endereços:

USINA/VENDEDORA

Fazenda XXXX, s/nº - Zona Rural

CEP

Tel.

DISTRIBUIDORA/COMPRADORA

Div. Suprimentos

CEP

Tel.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. A tolerância quanto a eventuais infrações do presente contrato não constituirá novação ou renúncia dos direitos que são conferidos a ambas as partes, seus cessionários ou sucessores a qualquer título.

19.2 A USINA/VENDEDORA declara que se encontra em conformidade com as leis do país, e declara expressamente (i) promover a igualdade de oportunidades de emprego, bem como políticas não discriminatórias; (ii) assegurar o respeito à liberdade de associação e ao direito de organização; (iii) garantir a não utilização de práticas de escravidão, trabalho forçado ou trabalho de menores de idade; em tal sentido, a USINA/VENDEDORA declara não utilizar menores de idade para trabalhos que possam resultar perigos para sua saúde ou segurança; (iv) assegurar condições saudáveis e seguras de trabalho; (v) criar condições estáveis de emprego; e, (vi) respeitar os direitos dos povos e comunidades indígenas.

20. FORO

20.1 Para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente contrato, as partes elegem o foro da cidade do XXXXX com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas assinam o presente contrato em duas vias de igual valor para que produza todos os efeitos legais de direito.

PRINCÍPIOS EMPRESARIAIS DA DISTRIBUIDORA

Os Princípios Empresariais Gerais da DISTRIBUIDORA norteiam a condução dos negócios de cada uma das companhias que integram o Grupo XXX.

VIVENDO SEGUNDO NOSSOS PRINCÍPIOS

Os objetivos do Grupo XXX são o engajamento, com eficiência, responsabilidade e lucratividade, em atividades de petróleo, gás, produtos químicos e outras, e a participação na busca e no desenvolvimento de outras fontes de energia a fim de atender à evolução das necessidades dos clientes e à crescente demanda mundial de energia. Nossos valores centrais compartilhados de honestidade, integridade e respeito pelas pessoas sustentam nosso trabalho e constituem o embasamento de nossos Princípios Empresariais.

Os Princípios Empresariais se aplicam a todas as transações, grandes ou pequenas, e norteiam o comportamento esperado de cada empregado em cada companhia na condução de suas atividades em todas as ocasiões. Somos julgados pelo modo como agimos. Nossa reputação será mantida se agirmos de acordo com as leis e nossos Princípios Empresariais. Incentivamos nossos parceiros comerciais a viver segundo os mesmos princípios ou princípios equivalentes. É responsabilidade da Direção liderar pelo exemplo a fim de assegurar que todos os empregados tenham consciência desses princípios e se comportem de acordo com o espírito e com o texto desta declaração. A aplicação desses princípios é sustentada por um conjunto abrangente de processos de garantia, concebidos para assegurar que nossos empregados entendam os princípios e confirmem que agem de acordo com eles. Como parte do sistema de garantia, cabe também à Direção a responsabilidade de proporcionar aos empregados canais seguros e confidenciais para a colocação de questões sensíveis e o relato de casos de desrespeito dos Princípios Empresariais. Por outro lado, cabe aos empregados a responsabilidade de relatar à empresa quaisquer suspeitas de infração dos Princípios Empresariais. Os Princípios Empresariais têm sido, há muitos anos, fundamentais para a maneira pela qual conduzimos nossos negócios e viver segundo tais princípios é crucial para a continuidade do nosso sucesso.

NOSSOS VALORES

Os empregados da XXX compartilham um conjunto de valores centrais - honestidade, integridade e respeito pelas pessoas. Também acreditamos firmemente na importância da confiança, da transparência, do trabalho em equipe e profissionalismo, bem como do orgulho do que fazemos.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Como parte dos Princípios Empresariais, temos o compromisso de contribuir para o desenvolvimento sustentável. Isto requer o equilíbrio de interesses de curto e longo prazo, integrando considerações econômicas, ambientais e sociais ao processo decisório da empresa.

RESPONSABILIDADES

As companhias XXX reconhecem cinco áreas de responsabilidade. É dever da Direção avaliar continuamente as prioridades e desempenhar tais responsabilidades inseparáveis com base nessa avaliação.

a. Com os acionistas

Proteger o investimento dos acionistas e proporcionar a eles um retorno a longo prazo, competitivo em relação aos de outras companhias importantes do setor.

b. Com os clientes

Conquistar e manter os clientes por meio do desenvolvimento e fornecimento de produtos e serviços que ofereçam valor em termos de preço, qualidade, segurança e impacto ambiental e que sejam apoiados pelas competências tecnológica, ambiental e comercial necessárias.

c. Com os empregados

Respeitar os direitos humanos dos nossos empregados e dar a eles condições de trabalho dignas e seguras, bem como termos e condições competitivas de emprego. Promover o desenvolvimento e o melhor uso dos talentos de nossos empregados; criar um ambiente de trabalho inclusivo, em que cada empregado tenha igual oportunidade de desenvolver suas habilidades e talentos. Incentivar o envolvimento dos empregados no planejamento e na direção de seu trabalho; proporcionar-lhes canais para o relato das questões sensíveis para eles. Reconhecemos que o sucesso comercial depende do pleno empenho de todos os empregados.

d. Com nossos parceiros e fornecedores

Buscar relacionamentos mutuamente benéficos com empreiteiros, fornecedores e em consórcios e, ao fazê-lo, promover a aplicação destes Princípios Empresariais Gerais da empresa ou princípios equivalentes em tais relacionamentos. A capacidade de promover esses princípios com eficácia será um fator importante para iniciar e conservar tais relações.

e. Com a sociedade

Conduzir os negócios como membros empresariais responsáveis da sociedade, acatar as leis e regulamentações aplicáveis, apoiar os direitos humanos fundamentais em linha com o exercício legítimo do negócio e dar atenção apropriada à saúde, à segurança e ao meio ambiente.

PRINCÍPIO 1

ECONOMIA

A lucratividade a longo prazo é essencial para o cumprimento de nossas metas comerciais e para um crescimento contínuo. Ela é uma medida tanto da eficiência quanto do valor

conferido pelos clientes aos produtos e serviços da empresa. Fornece os recursos empresariais necessários ao investimento contínuo, essencial para o desenvolvimento e a produção dos suprimentos futuros de energia para satisfazer as necessidades dos consumidores. Sem lucros e sem um sólido embasamento financeiro, o desempenho de nossas responsabilidades se tornaria impossível.

Os critérios para as decisões de investimento e desinvestimento incluem considerações de desenvolvimento sustentável (econômicas, sociais e ambientais), bem como uma avaliação dos riscos do investimento.

PRINCÍPIO 2

CONCORRÊNCIA

As companhias do Grupo apoiam o livre empreendimento. Procuramos concorrer, justa e eticamente, dentro da estrutura das leis de concorrência aplicáveis, sem impedir que outros concorram livremente conosco.

PRINCÍPIO 3

INTEGRIDADE NOS NEGÓCIOS

As companhias do Grupo insistem na honestidade, na integridade e na justiça em todos os aspectos de nossas atividades, e esperam o mesmo em nosso relacionamento com parceiros e fornecedores.

O oferecimento, solicitação, aceitação ou pagamento, direto ou indireto, de subornos de qualquer espécie é inaceitável. Pagamentos para fins de facilitação também constituem suborno e não devem ser efetuados. Os empregados devem evitar conflitos de interesse entre suas atividades privadas e sua parte na condução dos negócios da companhia. Os empregados devem também declarar à respectiva companhia empregadora quaisquer conflitos de interesse em potencial. Todas as transações comerciais feitas em nome de uma companhia do Grupo devem refletir-se com precisão e justeza nas contas da companhia, de acordo com os procedimentos estabelecidos, e estão sujeitas a auditoria e divulgação de informações.

PRINCÍPIO 4

ATIVIDADES POLÍTICAS

a. Das companhias

As companhias do Grupo agem de forma socialmente responsável, dentro das leis dos países onde operamos, na busca de nossos legítimos objetivos comerciais. As companhias do Grupo não fazem pagamentos a partidos ou organizações políticas, nem a seus representantes. As companhias do Grupo não participam de políticas partidárias. Porém, ao tratar com governos, as companhias do Grupo têm o direito e a responsabilidade de tornar conhecida nossa posição sobre quaisquer assuntos que nos afetem, ou a nossos empregados, clientes, acionistas ou comunidades locais de maneira condizente com nossos valores e Princípios Empresariais.

b. Dos empregados

Onde indivíduos desejarem se engajar em atividades na comunidade, inclusive se candidatando em eleições para cargos públicos, ser-lhes-á dada a oportunidade de fazê-lo, quando isso for apropriado à luz das circunstâncias locais.

PRINCÍPIO 5

SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

As companhias do Grupo têm uma abordagem sistemática ao gerenciamento de saúde, segurança e meio ambiente para obter uma melhoria contínua de desempenho. Para tal fim, as companhias do Grupo administram essas questões como atividades empresariais críticas, estabelecem padrões e metas de melhoria e medem, avaliam e reportam o desempenho fora da companhia. Buscamos continuamente meios de reduzir o impacto ambiental de nossas operações, produtos e serviços.

PRINCÍPIO 6

COMUNIDADES LOCAIS

As companhias do Grupo aspiram a ser boas vizinhas, aprimorando continuamente as maneiras pelas quais contribuímos, direta ou indiretamente, para o bem-estar geral das comunidades dentro das quais trabalhamos. Administramos cuidadosamente os impactos sociais de nossas atividades empresariais e trabalhamos em colaboração com outros no aumento dos benefícios às comunidades locais e na atenuação de quaisquer impactos negativos decorrentes de nossas atividades. Além disso, as companhias do Grupo mantêm um interesse construtivo por questões sociais relacionadas direta ou indiretamente a nossas atividades.

PRINCÍPIO 7

COMUNICAÇÃO E ENGAJAMENTO

As companhias do Grupo reconhecem que o diálogo e o engajamento regulares com as partes interessadas é essencial. Estamos empenhados no relato do nosso desempenho por meio do fornecimento, na íntegra, das informações relevantes às partes legitimamente interessadas, condicionado a considerações superiores sobre confidencialidade empresarial. Em nossas interações com empregados, parceiros comerciais e comunidades locais procuramos ouvir e responder aos mesmos de maneira honesta e responsável.

PRINCÍPIO 8

RESPEITO ÀS LEIS

Acatamos todas as leis e regulamentações aplicáveis dos países em que operamos.

2. ANEXO B

CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE ALCOOL HIDRATADO UP 085.08-943 QUE ENTRE SI FAZEM:

Usina XXX, com sua sede na Fazenda XXX, situada em XXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXX, neste ato representada por seu diretor abaixo-assinado, doravante simplesmente denominada VENDEDORA e XXX, com sede na XXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXX, neste ato representada por seu diretor abaixo-assinado, doravante designada COMPRADORA.

Considerando que a VENDEDORA, é uma empresa produtora de álcool etílico hidratado e considerando que a COMPRADORA é uma companhia comercial exportadora e que deseja adquirir álcool hidratado, destinado ao mercado externo, prometem por mútuo acordo, a primeira a vender e a segunda a comprar, o produto mencionado, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

Produto:

Álcool etílico hidratado, na safra 2008/09.

Qualidade:

Pelas especificações em anexo

Volume: 943 m³ a 20 Graus C.

OBS: A carga do último veículo a carregar deverá ser completada e neste caso, o excedente em volume porventura necessário para complemento deste caminhão, será pago depois de informado para a COMPRADORA, no dia subsequente.

Preço/PVU: R\$ 618,05/ m³ (seiscentos e dezoito reais e cinco centavos por metro cúbico) para pagamento total em 08/02/2008.

Os valores a serem pagos serão depositados pela COMPRADORA na conta bancária de número xxxxxxxxxxxxxx, da agência de número xxxxxxxxxxxxxx, no banco xxxxxxxxxxxxxx.

O preço acima é líquido, pois se tratando de uma venda a Companhia Comercial Exportadora prevalece a isenção de ICMS e PIS/COFINS.

Registro de exportação e comprovação da exportação:

O registro deste lote para exportação e seu desembaraço serão de exclusiva responsabilidade da COMPRADORA bem como quaisquer impostos e/ou taxas que incidam ou venham a incidir sobre a mesma.

Na qualidade de Companhia Comercial Exportadora, a COMPRADORA obriga-se a comprovar junto à VENDEDORA, a exportação deste produto, dentro de 180 dias da data do faturamento, fornecendo para isto a documentação necessária, depois de efetuado o embarque.

A falta do fornecimento da documentação comprobatória da exportação sujeitará a COMPRADORA a pagar os impostos correspondente à venda do produto no mercado interno.

Entrega: a retirada se dará a partir do dia 01 de abril de 2008, devendo-se efetuar o carregamento nos horários normais da VENDEDORA. Caso seja necessário carregamento em horário estendido, será solicitado com antecedência e definido entre as partes.

A COMPRADORA, para fins de controle interno, poderá enviar um funcionário para acompanhar o embarque e digitar dados das notas durante esta operação, sem custos para a VENDEDORA.

Contrato de Promessa de Compra e Venda de Álcool Hidratado n° CRY 085.08-943

Faturamento:

O álcool deverá ser faturado para exportação devendo constar na nota a denominação constante do registro junto ao DTIC, ou seja, “ALCOOL ETÍLICO (NÃO DESNATURADO COM VOL. TEOR ALCOOLICO $\geq$ 80 PORCENTO)”. **Deve-se constar na observação da nota fiscal que se trata de álcool hidratado.**

Será emitida uma nota mãe e esta será quitada após ser constatado o recebimento integral líquido, do pagamento feito pela COMPRADORA. Esta nota mãe deverá cobrir todo o volume negociado. A retirada será feita então com a emissão de notas de simples remessa, fazendo menção à nota mãe supracitada.

Caso a VENDEDORA não consiga fornecer o produto dentro da qualidade acordada, a VENDEDORA se compromete a converter este contrato para o mercado interno. O detalhamento fiscal será informado na ocasião, caso essa situação ocorra.

Carregamento: A COMPRADORA deverá apresentar veículos habilitados para efetuar este carregamento dentro da legislação em vigor. A sequência de carregamento será a da apresentação dos veículos na fila para carregamento.

A COMPRADORA deverá enviar à Usina ordens de carregamento, contendo as placas do caminhão e da carreta, nome do motorista, destino, volume e produto.

Fieis depositários: Como Fiel Depositário do produto, antes da sua entrega e após sua produção, fica nomeado o Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, casado, industrial, portador da Cédula de Identidade RG. xxxxxxxxxxxxxxxx / SSP-SP e do CPF xxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado à Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxxxxxx, estado de xxxxxxxxxxxx; que nesta qualidade, firma o referido contrato.

Avalistas: Como avalista o Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, casado, industrial, portador da Cédula de Identidade RG. xxxxxxxxxxxxxxxx / SSP-SP e do CPF xxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado à Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxxxxxx, estado de xxxxxxxxxxxx; o qual incondicionalmente garante as obrigações assumidas pela USINA em razão do negócio ora contratado.

Inadimplemento: Se, por qualquer motivo, a VENDEDORA deixar de entregar o produto nos prazos e nas condições acima estabelecidos, ficara constituída em mora de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, e obrigada a pagar a COMPRADORA: (i) uma multa moratória em montante equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total dos pagamentos antecipados do preço do produto, somado a todas as despesas daí advindas; (ii) juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês; (iii) perdas e danos eventualmente sofridas pela COMPRADORA, desde que por esta devidamente comprovadas.

Verificada a hipótese de inadimplemento da VENDEDORA, será facultado a COMPRADORA optar por um dentre os seguintes procedimentos:

- a) Promover "execução para entrega de coisa", nos termos do Livro II, Título II, Capítulo II, do Código de Processo Civil, bem como quaisquer outros procedimentos preparatórios ou assecuratórios a execução, nos termos previstos em referido diploma legal, cobrando a multa moratória e as perdas e danos através dos procedimentos judiciais adequados; ou
- b) Considerar rescindido este CONTRATO de pleno direito, comunicando este fato à VENDEDORA através de carta com aviso de recebimento, caso em que ficará a VENDEDORA obrigada a reembolsar à COMPRADORA, ou a quem esta indicar o valor relativo aos pagamentos antecipados por este efetuado na forma deste CONTRATO, acrescidos dos juros moratórios de 1% ao ano, e da multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos pagamentos antecipados do preço do produto.

A opção por um dos procedimentos supra transcritos não exclui a possibilidade de utilização dos demais, podendo ser utilizados sempre que o escolhido restar ineficaz.

Outras obrigações: O atraso na entrega do produto ou do sem embarque no navio nomeado para a respectiva exportação por culpa da VENDEDORA, independentemente de qualquer outra formalidade, obrigará a VENDEDORA a ressarcir à COMPRADORA todos os valores em que vier a incorrer a título de “demurrage”, frete morto, penalidades aplicadas por adquirentes do produto no mercado internacional, ou quaisquer outras indenizações que venham se tornar devidas em decorrência desse fato.

Disposições gerais: Na ocorrência de eventos caracterizados como “caso fortuito” ou “força maior”, diretamente relacionado com a atividade das partes e o objeto do presente instrumento, nos termos previstos em lei, e que impeçam o cumprimento do CONTRATO, a VENDEDORA deverá ressarcir à COMPRADORA os valores recebidos a título de pagamentos antecipados do preço do produto, devidamente corrigidos, bem como quaisquer outros valores suportados pela COMPRADORA em decorrência de tal inadimplemento, desde que devidamente comprovados, sendo nesses termos dispensada a multa contratual acima prevista.

As obrigações acima previstas, com exceção apenas das perdas e danos, são desde logo reputadas pelas partes como líquidas, certas e exigíveis nas respectivas hipóteses, constituindo este CONTRATO título executivo extrajudicial nos termos do art. 585, II, do Código de Processo Civil.

Foro: Para qualquer dúvida deste contrato, será competente o foro da comarca de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, com preferência sobre qualquer outro.

3. ANEXO C

TERMO REGULADOR DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA COMPRA DE
ÁLCOOIS ETÍLICOS COMBUSTÍVEIS NA MODALIDADE SPOT

Dezembro 2005

1. APLICAÇÃO

Toda e qualquer compra de álcoois etílicos combustíveis efetuada entre a DISTRIBUIDORA, doravante denominada XXX, localizada no endereço XXX, na condição de COMPRADORA e empresas autorizadas pelos órgãos competentes a produzir e comercializar álcool etílico anidro combustível e álcool etílico hidratado combustível, doravante denominada VENDEDORA, será regulada pelo presente Termo.

2. DEFINIÇÕES

Álcool Etílico Combustível (AEAC) - produzido no País ou importado pelos agentes econômicos autorizados para cada caso, conforme características constantes no Regulamento Técnico nº 1/2002 da ANP, ou outro que venha substituí-lo, destinado aos distribuidores de combustíveis para mistura com a gasolina A para formulação da gasolina C.

Álcool Etílico Hidratado Combustível (AEHC) - produzido no País ou importado por agentes econômicos autorizados para cada caso, conforme características constantes no Regulamento Técnico nº 1/2002 da ANP, ou outro que venha substituí-lo, para utilização como combustível em motores de combustão interna de ignição por centelha.

CIF (Cost, Insurance and Freight - Custo, Seguro e Frete) - Modalidade de comercialização onde o vendedor contrata e paga o frete e o seguro necessário para levar a mercadoria até o destino indicado pelo comprador.

FOB (Free on Board - Livre a Bordo) - Modalidade de comercialização onde o comprador assume os custos pela contratação do frete e seguro da mercadoria.

SPOT - Contrato envolvendo uma compra pontual, cujas condições são aplicáveis apenas para a negociação em foco.

ORP - Ordem de Remessa de Produto.

ANP - Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

3. OBJETO

O objeto do presente instrumento é a compra e venda de ÁLCOOIS ETÍLICOS COMBUSTÍVEIS, figurando a VENDEDORA como fornecedora do produto e a DISTRIBUIDORA como COMPRADORA.

4. CELEBRAÇÃO DO COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA

4.1. O Preço unitário, os volumes contratados, as condições e locais de entrega e faturamento serão negociados entre as PARTES e serão formalizados pela DISTRIBUIDORA por fac-símile, e-mail ou serviço postal, conforme modelo do ANEXO I - PEDIDO DE COMPRA.

4.2. A primeira entrega de produto implicará na aceitação das condições estabelecidas no PEDIDO DE COMPRA.

4.3. Em caso de não concordância com as condições estabelecidas no PEDIDO DE COMPRA, a VENDEDORA deverá comunicar à DISTRIBUIDORA a não concordância, no prazo máximo de dois dias úteis após o seu recebimento, através de fac-símile ou e-mail.

4.4. A não comunicação, no prazo acima, implicará na aceitação das condições estabelecidas no PEDIDO DE COMPRA.

5. PREÇO

O preço unitário será expresso em Reais por metro cúbico (R\$/m³) do PRODUTO a temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), incluído os tributos, à exceção do ICMS.

6. ENTREGAS

6.1. As entregas do PRODUTO serão na modalidade definidas no PEDIDO DE COMPRA.

6.2. Até o terceiro dia útil após o recebimento pela VENDEDORA do PEDIDO DE COMPRA, a DISTRIBUIDORA informará a VENDEDORA as bases da DISTRIBUIDORA que receberão o PRODUTO comprado e seus respectivos volumes.

6.2.1. A soma dos volumes informados para cada base será igual ao volume total informado no PEDIDO DE COMPRA.

6.2.2. A DISTRIBUIDORA poderá alterar a alocação de volumes não entregues, ainda não faturados, mediante solicitação através de fac-símile, e-mail ou serviço postal.

6.3. No caso de compras na modalidade FOB, a DISTRIBUIDORA providenciará para cada base a retirada dos volumes nos quantitativos informados, na UNIDADE

PRODUTORA da VENDEDORA, mediante o envio de caminhão-tanque, vagão-tanque, ou outro meio transportador designado pela DISTRIBUIDORA e das respectivas ORP, assinadas por prepostos da DISTRIBUIDORA, devidamente autorizados e informados à VENDEDORA.

6.3.1. A VENDEDORA entregará o PRODUTO contido em suas instalações ao caminhão-tanque, vagão-tanque, ou outro meio de transporte do transportador designado pela DISTRIBUIDORA, sendo a VENDEDORA responsável pelo carregamento do PRODUTO.

6.4. No caso de compras na modalidade CIF, a VENDEDORA providenciará a entrega dos volumes, nos quantitativos informados no PEDIDO DE COMPRA, nas bases da DISTRIBUIDORA e conforme orientação da área operacional.

6.5. Por ocasião do carregamento do PRODUTO restante, para base da DISTRIBUIDORA, e em sendo o volume ainda não entregue insuficiente para carregamento total da capacidade do meio de transporte, haverá 2 situações que serão reguladas pelas seguintes regras:

6.5.1. Se o volume não entregue for inferior a 10 m³, bem como ainda não tiver sido emitido faturamento contra a base da DISTRIBUIDORA, a compra deste volume ficará cancelada, não sendo permitido qualquer tipo de cobrança à DISTRIBUIDORA;

6.5.2. Se o volume não entregue for superior ou igual a 10 m³, ou se já tiver sido emitido faturamento contra a base da DISTRIBUIDORA, o VENDEDOR deverá completar a capacidade do meio de transporte com volume adicional do PRODUTO. O preço para faturamento e emissão de Nota Fiscal de venda do produto adicional deverá ser igual ao preço da CONFIRMAÇÃO DE COMPRA para o volume original, não sendo permitido qualquer ajuste de preço, desde que não tenham decorridos mais de 90 dias.

6.6. É de responsabilidade da VENDEDORA garantir condições operacionais adequadas e seguras em suas instalações de carregamento até que não reste PRODUTO remanescente da DISTRIBUIDORA armazenado nos tanques de armazenagem da VENDEDORA. O carregamento do produto adquirido pela DISTRIBUIDORA, nas UNIDADES PRODUTORAS da VENDEDORA, não isentará a VENDEDORA de quaisquer de suas responsabilidades relativas à segurança das operações em suas instalações de carregamento, junto aos órgãos públicos e danos que possam vir a ocasionar a terceiros e ao meio ambiente.

7. QUANTIDADE E QUALIDADE

7.1. O volume entregue será expresso em metro cúbico (m³), à temperatura de 20°C (vinte graus Celsius).

7.2. A VENDEDORA deve disponibilizar todos os meios necessários para que o representante do transportador, designado pela DISTRIBUIDORA, possa certificar-

se de que o volume faturado na Nota Fiscal confere com o volume efetivamente carregado no compartimento do transporte, a 20°C, bem como possa informar na nota fiscal os dados de densidade do produto, sua temperatura do carregamento, o grau INPM e o volume carregado à temperatura ambiente do carregamento.

7.3. O produto entregue obedecerá às especificações do Regulamento Técnico ANP nº 1/2002 da Agenda Nacional de Petróleo - ANP, ou outra especificação oficial que venha a substituí-la.

7.4. A VENDEDORA deverá garantir que, a cada fornecimento, o PRODUTO atenda a todas as especificações da ANP, ou outro órgão que venha a substituí-la, devendo anexar à respectiva Nota Fiscal certificado de análise do tanque expedidor dos produtos vendidos, contendo, no mínimo, as especificações abaixo, sem prejuízo das demais obrigações previstas na lei vigente:

CARACTERÍSTICAS	UNIDADE
Acidez total (em ácido acético)	mg/l
Aparência	-
Condutividade elétrica	us/m
Massa específica a 20°C	kg/m ³
Potencial hidrogeniônico	(pH)
Teor alcoólico	°INPM

7.5. A DISTRIBUIDORA poderá realizar testes, quando do recebimento dos produtos. Caso seja verificada incompatibilidade com as especificações emitidas pelo órgão oficial e haja confirmação de responsabilidade da VENDEDORA, esta se obriga a receber o produto de volta, reembolsando a DISTRIBUIDORA pelas despesas e indenizações pagas em decorrência desse fato, bem como a fornecer igual volume ao retirado, sem custo adicional para a DISTRIBUIDORA e ainda ressarcir a DISTRIBUIDORA pelo frete devido em virtude da devolução.

7.6. A DISTRIBUIDORA se reserva no direito de verificar as técnicas de determinação da qualidade e apuração de seu volume, utilizadas pela VENDEDORA e convencionadas pelas partes, obedecem aos padrões internacionalmente aceitos e estão de acordo com a lei nacional, sendo que tal verificação não eximirá a VENDEDORA de suas responsabilidades.

7.7. A DISTRIBUIDORA se reserva o direito de promover a coleta de amostras testemunhos dos produtos adquiridos, com a finalidade de se certificar de sua especificação, sem que isto represente exoneração de responsabilidade da VENDEDORA pela especificação e qualidade dos aludidos produtos.

8.FISCALIZAÇÃO

8.1. A DISTRIBUIDORA poderá realizar visitas de inspeção aos estabelecimentos da VENDEDORA, ficando expressamente convencionado que a atuação ou ausência dessa fiscalização não diminui a responsabilidade da VENDEDORA pelo não cumprimento das obrigações ajustadas no presente instrumento. A fiscalização de que trata este dispositivo aplica-se, tão somente, aos quantitativos de álcoois referentes ao PEDIDO DE COMPRA, armazenados nos tanques da VENDEDORA.

8.1.1. A VENDEDORA deverá autorizar, sempre que solicitada, a vistoria pela DISTRIBUIDORA, facilitando o acesso ao local de armazenamento do produto, fornecendo as informações referentes à quantidade e qualidade do produto armazenado, requeridas pelos prepostos da DISTRIBUIDORA e disponibilizando seu parque de tancagem para medição e comprovação dos estoques existentes.

8.2. A DISTRIBUIDORA deverá informar a VENDEDORA a data prevista para a medição e inspeção com antecedência de 2 (dois) dias úteis, ficando a VENDEDORA obrigada a permitir o acesso de prepostos da DISTRIBUIDORA em horário comercial.

8.3. Qualquer tolerância da DISTRIBUIDORA quanto a eventuais infrações contratuais por parte da VENDEDORA, não implicará em novação ou renúncia aos direitos que por lei e por este instrumento lhe são assegurados.

9. ATRASOS E SOBREESTADIAS

As sobreestadias acusadas pelo transportador e cujas causas são decorrentes de falha da VENDEDORA, tais como, mas não limitado a, falta de disponibilidade do PRODUTO, terão seus custos repassados à VENDEDORA.

10. FATURAMENTO E PAGAMENTO

10.1. No ato da entrega do PRODUTO à DISTRIBUIDORA, a VENDEDORA deverá emitir e entregar a Nota Fiscal de venda de PRODUTO ao representante designado pela DISTRIBUIDORA.

10.1.1. As Notas Fiscais serão entregues com antecedência mínima de cinco dias úteis a seus respectivos vencimentos. O não cumprimento deste prazo implicará no postergamento da data de pagamento em proporção igual ao atraso na entrega da Nota Fiscal.

10.1.2. Não serão consideradas como atrasadas as Notas Fiscais apresentadas nas seguintes hipóteses:

10.1.2.1. Com erro na remessa ou no conteúdo:

10.1.2.2. Referentes a produtos que não estejam disponibilizados pelas VENDEDORAS para retirada pela COMPRADORA. Esta indisponibilidade será informada pelas VENDEDORAS ou verificada por meio de Inspeção prevista na CLÁUSULA OITAVA.

10.2. Nas Notas Fiscais constarão as condições de pagamento, data de pagamento, volume entregue (ou a entregar no caso de venda futura), modalidade de entrega, valor líquido a pagar e tributos incidentes.

10.3. Para negociações feitas na condição Decendial + 10 dias, a data de vencimento do pagamento da Nota Fiscal obedecerá a seguinte regra:

- Entregas entre o dia 01 e 10 do mês, vencimento no dia 20 do mês;
- Entregas entre o dia 11 e 20 do mês, vencimento no dia 30 do mês;
- Entregas entre o dia 21 e 31 do mês, vencimento no dia 10 do mês seguinte.

10.4. No dia 30 do mês em que a compra foi realizada, existindo volume a ser entregue superior a 10 m3, cuja responsabilidade de não retirada é exclusiva da DISTRIBUIDORA, a VENDEDORA emitirá Nota Fiscal de venda futura contra base da DISTRIBUIDORA referente ao volume não entregue, com vencimento para o dia 10 do mês seguinte.

10.4.1. Caso a responsabilidade de não retirada seja da VENDEDORA, esta não ficará eximida de entregar o volume, exceto com a anuência prévia da DISTRIBUIDORA.

10.5. Na entrega de PRODUTO previamente faturado através de Nota Fiscal de venda futura, a VENDEDORA emitirá Nota Fiscal de Simples Remessa, na qual constará de forma legível o número da Nota Fiscal de venda futura.

10.6. Caso as datas de vencimentos das Notas Fiscais de venda coincidam com sábado, domingo ou feriado bancário na cidade do Rio de Janeiro, o vencimento será postergado para o primeiro dia útil bancário seguinte.

10.7. O CNPJ constante da Nota Fiscal de Venda deverá, obrigatoriamente, ser o mesmo da unidade produtora, segundo o cadastro da ANP.

10.8. Na ocasião de entrega da Nota Fiscal de Venda à DISTRIBUIDORA, todas as obrigações tributárias do VENDEDOR referentes à venda e entrega do PRODUTO deverão estar rigorosamente em dia e em conformidade com legislação em vigor.

10.9. O pagamento será efetuado mediante depósito em conta bancária da VENDEDORA.

10.9.1. A VENDEDORA não poderá emitir Título de Crédito, inclusive para desconto em banco, correspondente a Nota Fiscal de Venda sem a anuência do COMPRADOR.

10.9.1.1. Quando da emissão de tal título, a VENDEDORA se compromete em providenciar seu resgate na data de vencimento. No caso de não cumprimento desta obrigação pela VENDEDORA, esta ficará responsável pelos danos decorrentes, incluindo, mas não limitado a, eventual protesto do título, e sujeitar-se-á ao pagamento do dobro do valor apontado, na forma determinada pelo artigo 940 do Código Civil.

10.9.2. A VENDEDORA poderá optar por receber o pagamento através de Boleto Bancário, tendo para isto que encaminhar o Boleto Bancário para a Base ou Terminal da DISTRIBUIDORA, onde foi entregue o produto, com antecedência mínima de cinco dias úteis da data do vencimento da Fatura. Caso haja atraso no recebimento do Boleto pela gerência de contas a pagar, a DISTRIBUIDORA irá efetuar o pagamento através de TED (depósito em conta), conforme dados bancários constantes do cadastro da VENDEDORA.

11. TITULARIDADE E RISCOS

No caso de compras na modalidade FOB, no momento em que o PRODUTO der entrada no meio de transporte designado pela DISTRIBUIDORA, todas as entregas serão consideradas completas e a titularidade do PRODUTO, bem como os riscos de perdas, passarão do VENDEDOR para a DISTRIBUIDORA.

12. FORÇA MAIOR

12.1 A DISTRIBUIDORA e a VENDEDORA não serão responsáveis pelo cumprimento de suas respectivas obrigações no caso de evento que caracterize caso fortuito ou força maior, previsto no art. 393 do Código Civil Brasileiro.

12.1.1. Qualquer suspensão na execução dos serviços, em decorrência dos fatos assinalados neste item, será limitada ao período durante o qual tal causa ou suas consequências persistirem. Esse período será acrescido ao prazo contratual previsto.

12.1.2. Ocorrendo circunstâncias que justifiquem a invocação da existência de caso fortuito ou de força maior, a parte impossibilitada de cumprir a sua obrigação deverá dar conhecimento à outra, por escrito, até 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência do caso fortuito ou força maior.

12.1.3. Se a razão impeditiva ou suas causas perdurarem por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, qualquer uma das partes poderá notificar a outra para encerramento do presente CONTRATO, suportando cada uma suas respectivas perdas e danos.

13. INDENIZAÇÕES

13.1. A VENDEDORA obriga-se ao ressarcimento de eventuais multas que sejam aplicadas à DISTRIBUIDORA, em decorrência do não cumprimento, pela VENDEDORA, das ordens e instruções da ANP ou de outros órgãos competentes para disciplinar a comercialização e a distribuição do AEHC e do AEAC, naquilo que se refere à qualidade do produto.

13.2. A VENDEDORA obriga-se a ressarcir a COMPRADORA por todos os custos decorrentes do fornecimento de produtos fora da qualidade definida na CLÁUSULA SEXTA, incluindo, mas não limitado aos custos com fretes de entrega e devolução, sobreestadias, limpezas de tanque etc.

14. MEIO AMBIENTE

14.1. A VENDEDORA se responsabiliza pelo cumprimento de leis e regulamentos pertinentes a proteção do meio ambiente, inclusive pela obtenção e manutenção válida de todas as licenças, autorizações e estudos exigidos para o pleno desenvolvimento de suas atividades, devendo adotar, ainda, as medidas e procedimentos cabíveis, a fim de afastar qualquer agressão, perigo ou risco de dano ao meio ambiente que possa ser causado pelas atividades que desenvolve, ainda que contratadas ou delegadas a terceiros.

14.1.1. Para os fins deste instrumento, a expressão meio ambiente ou aquelas relativas à responsabilidade ambiental abrangem os demais temas regulados pelas normas a ela referentes, tais como saúde pública, ordenamento urbano, patrimônio histórico/cultural e administração ambiental.

14.2. São de exclusiva responsabilidade da VENDEDORA as sanções impostas pelas normas ambientais e por todos e quaisquer danos causados ao meio ambiente decorrente do exercício de suas atividades ou sinistros de qualquer natureza, especialmente em razão de defeitos, armazenamento ineficaz, utilização, conservação, manuseio ou disposição final dos bens, embalagens, produtos e equipamentos de sua propriedade ou que estejam sob sua posse em razão de empréstimo, locação ou outra forma negocial, ainda que transferidas a terceiros estranhos a este instrumento.

14.3. A responsabilidade ambiental da VENDEDORA abrange todas as sanções e exigências contidas na Lei nº 9.605/98 e outras leis ou atos normativos que tratam ou venham a tratar de matéria ambiental.

14.4. A responsabilidade da VENDEDORA pelos danos ambientais, causados ou originados durante a vigência do CONTRATO, permanece ainda que seus

efeitos sejam conhecidos ou ocorram após o encerramento das entregas do PRODUTO.

14.5. A VENDEDORA se obriga a manter a DISTRIBUIDORA a salvo de todos e quaisquer ônus, riscos, prejuízos ou despesas decorrentes de eventuais danos ambientais ou autuações/sanções decorrentes do descumprimento das leis e normas que regulamentam o meio ambiente, seja perante órgãos ou entes de direito público, seja perante particulares ou entidades de natureza privada, reparando direta ou regressivamente todos os danos, prejuízos e/ou despesas causadas e, eventualmente, imputadas, direta ou indiretamente, à DISTRIBUIDORA.

14.6. Caso a VENDEDORA infrinja as normas relacionadas ao meio ambiente ou não adote as providências aptas a evitar danos ou prejuízos neste sentido, a DISTRIBUIDORA poderá, a seu critério, suspender de imediato a aquisição dos volumes de produtos objeto deste CONTRATO, até que a VENDEDORA adote as medidas necessárias a suprir sua falta.

14.7. Em ocorrendo quaisquer danos ao meio ambiente, a VENDEDORA está obrigada a comunicar imediatamente às autoridades competentes, bem como a realizar todas as medidas no sentido de reparar e minimizar os danos e impactos ambientais. A VENDEDORA também se compromete a comunicar a DISTRIBUIDORA, imediatamente e de forma eficaz, referidos danos, bem como as notificações, citações e autos de infração que receber, sem que este fato implique em assunção de qualquer responsabilidade por parte da DISTRIBUIDORA.

14.8. Caso a VENDEDORA descumpra a obrigação prevista no item 14.7 acima, ficará responsável pelos prejuízos decorrentes de sua conduta.

15. COMUNICAÇÕES

15.1. Todas as comunicações, solicitações e correspondências, relativas ao presente CONTRATO, deverão ser formuladas por escrito, e dirigidas através de fac-símile, e-mail ou serviço postal as PARTES.

15.2. Endereços para comunicações à DISTRIBUIDORA:

XXX DISTRIBUIDORA

Endereço: XXX

CEP

Tel./Fax/e-mail

16. RESCISÃO

16.1. O presente CONTRATO poderá ser rescindido de pleno direito, a critério da parte inocente, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, com a

aplicação à parte infratora da penalidade prevista, ocorrendo qualquer das seguintes hipóteses:

16.1.1. Inadimplemento de qualquer cláusula ou condição deste instrumento;

16.1.2. Liquidação judicial ou extrajudicial de quaisquer das PARTES;

16.1.3. Falência ou concordata, requerida, decretada ou homologada de qualquer das PARTES;

16.1.4. Não atendimento pela VENDEDORA das garantias de qualidade definidas neste instrumento;

16.2. Com exceção dos casos expressamente previstos neste instrumento, a PARTE que der motivo à rescisão ficará obrigada a pagar à outra as perdas e danos que forem apuradas.

17. CONDIÇÕES GERAIS

17.1. Somente serão acatados faturamentos relativos a novas aquisições após a entrega integral do saldo pendente dos volumes adquiridos anteriormente.

17.2. A VENDEDORA deverá cumprir na íntegra o disposto na Portaria ANP nº 02, de 16/01/2002.

17.3. O não cumprimento das condições de fornecimento acima descritas acarretará devolução do produto à VENDEDORA, que arcará com qualquer ônus financeiro em decorrência desse fato.

17.4. As obrigações aqui assumidas são integralmente extensivas aos cessionários ou sucessores das PARTES contratantes, e a todas as pessoas que vierem a operar o estabelecimento da VENDEDORA ou sub-rogar-se na atividade da mesma, seja a que título for, somente ficando desobrigada qualquer das contratantes mediante a anuência prévia por escrito da outra PARTE.

17.5. A VENDEDORA se compromete, ainda, a não utilizar, em todas as atividades relacionadas com a execução deste instrumento, mão-de-obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República vigente, bem como envidar esforços para que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com fornecedores de seus insumos e prestadores de serviços.

18. FORO

18.1. As partes elegem o foro da Cidade de XXX com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.2. A PARTE inadimplente arcará com as despesas judiciais e extrajudiciais, além dos honorários advocatícios.